



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Luiz Carlos De Martini Junior

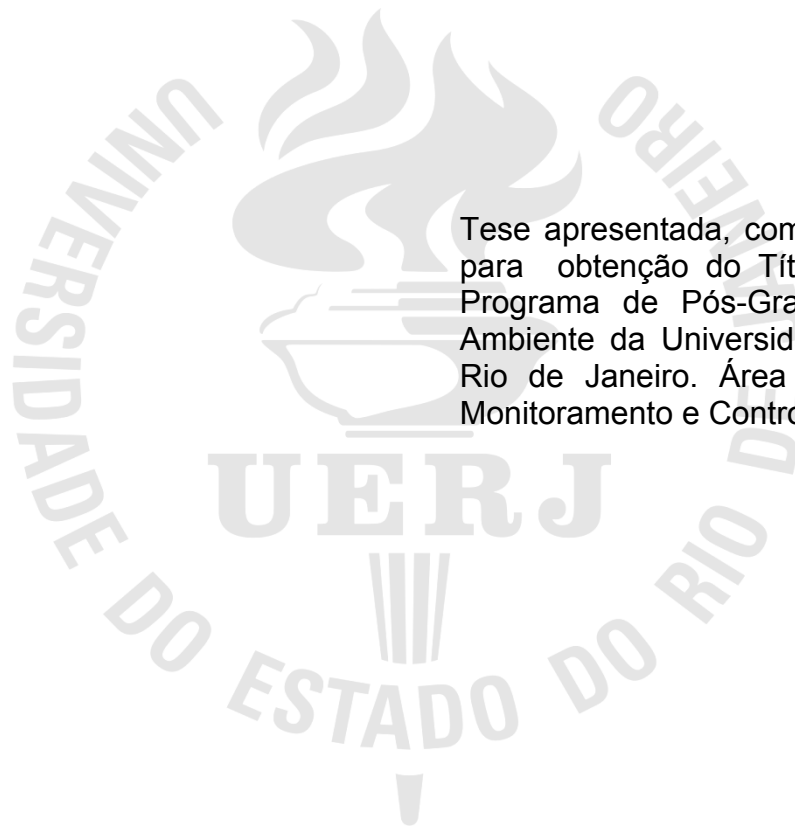
**Análise da Transparência Corporativa através dos Relatórios de
Sustentabilidade com base na *Global Reporting Initiative* de
Empresas do Setor Brasileiro de Energia Elétrica**

Rio de Janeiro

2013

Luiz Carlos De Martini Junior

Análise da Transparência Corporativa através dos Relatórios de Sustentabilidade com base na *Global Reporting Initiative* de Empresas do Setor Brasileiro de Energia Elétrica



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Monitoramento e Controle Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Elmo Rodrigues da Silva
Coorientador: Prof. Dr. Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/A

D278 De Martini Junior, Luiz Carlos.

Análise da transparência corporativa através dos relatórios de sustentabilidade com base na Global Reporting Initiative de empresas do setor brasileiro de energia elétrica/ Luiz Carlos De Martini Junior. - 2013.

176 f.

Orientador: Elmo Rodrigues da Silva.

Coorientador: Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos.

Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Sustentabilidade - Teses. 2. Energia elétrica - Brasil - Teses. 3. Gestão ambiental - Teses. I. Silva, Elmo Rodrigues da. II. Mattos, Ubirajara Aluizio de Oliveira. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. IV. Título.

CDU 504.03

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Luiz Carlos De Martini Junior

Análise da Transparência Corporativa através dos Relatórios de Sustentabilidade com base na *Global Reporting Initiative* de Empresas do Setor Brasileiro de Energia Elétrica

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Monitoramento e Controle Ambiental

Aprovada em 9 de maio de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Elmo Rodrigues da Silva (Orientador)
Faculdade de Engenharia – UERJ

Prof. Dr. Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos (Coorientador)
Faculdade de Engenharia – UERJ

Prof.^a Dra. Maria de Fátima Ferreira Portilho
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Sergio Luiz Braga França
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Celso Sánchez Pereira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marco Antonio Gaya de Figueiredo
Instituto de Química - UERJ

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

*Manu
mon
amour*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que ajudaram na construção deste trabalho, e em especial:

Elmo Rodrigues e Ubirajara Mattos, pela orientação participativa e confiança;

Gaya, pelo incentivo inicial, de novo;

Elza Neffa, pela iniciação ao pensamento da complexidade e pelo decisivo papel de anjo da guarda.

O real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia

João Guimarães Rosa
Grande Sertão: Veredas

RESUMO

DE MARTINI JUNIOR, Luiz Carlos. *Análise da Transparência Corporativa através dos Relatórios de Sustentabilidade com base na Global Reporting Initiative de Empresas do Setor Brasileiro de Energia Elétrica*. 2013. 176 f.
Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Este estudo realizou um exame crítico sobre os relatórios de sustentabilidade, com base na *Global Reporting Initiative* (GRI), elaborados pelas empresas do setor de geração de energia elétrica por hidroeletricidade no Brasil e avaliou a significância destes documentos em prestar informações claras sobre a eficácia do desempenho socioambiental. Os estudos acadêmicos relacionados com os relatórios de sustentabilidade, e especificamente com os relatórios da GRI, demonstram que há problemas na qualidade da informação com relação à completeza, padronização e credibilidade do conteúdo, porém sem aprofundar nas causas potenciais. Trata-se de um estudo com abordagem quali-quantitativa, com o emprego de pesquisa do tipo descritiva e a utilização de procedimentos bibliográfico e documental, por meio de análise de conteúdo. A quantificação das evidências foi desenvolvida com base nas informações contidas nos relatórios de sustentabilidade das empresas CPFL, EDP e Tractebel, que possuíam o nível mais alto de aplicação da GRI, associadas com as informações de seus desempenhos socioambientais disponíveis por outras fontes de consulta independentes. Os resultados da análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade demonstraram que nenhuma das empresas atingiu o atendimento pleno de evidência da informação solicitada nas Unidades de Informação avaliadas. Esta constatação indica que todas as empresas avaliadas apresentaram falhas na validação das informações antes do início da elaboração propriamente dita do relatório, como determina a etapa de validação da GRI, sugerindo que os testes disponíveis nos princípios da GRI, provavelmente, não foram empregados ou foram adotados sem eficácia, afetando a qualidade da informação com relação à completeza e credibilidade do conteúdo. Questões que merecem ser aprofundadas em futuros trabalhos são: a influência dos limites da auditoria independente no resultado da verificação do relatório e a extensão da pesquisa de análise de conteúdo para outros setores industriais formados por grandes empresas e com elevado impacto ambiental potencial. O estudo contribui para o aumento de conhecimento sobre o tema, em destaque na atualidade, seja pelos esforços de normalização mundial do relatório de sustentabilidade GRI, e, principalmente, com a recomendação para o fomento destes relatórios incluída no documento final "The Future We Want"- "O Futuro que Queremos" da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no parágrafo 47, com potencial regulamentação brasileira compulsória dos mesmos.

Palavras-chave: Relatório de Sustentabilidade. *Global Reporting Initiative* (GRI). Transparência. *Greenwashing*. Setor de Energia Elétrica.

ABSTRACT

This study undertook a critical examination on the sustainability reports, based on the Global Reporting Initiative (GRI), prepared by companies in the sector of electric power generation by hydropower in Brazil and assessed the significance of these documents provide clear information on the effectiveness of the social and environmental performance. Academic studies relating to sustainability reports, and specifically with the GRI reports, show that there are problems in the quality of information regarding the completeness, standardization and credibility of the content, but without deepening the potential causes. This is a study with qualitative approach, with the use of descriptive research and use of bibliographic and documentary procedures, through content analysis. The quantification of the evidence was developed on the basis of the information contained in the sustainability reports of CPFL, EDP and Tractebel, which had the highest level of application of GRI, associated with the socio-environmental performance information available in other independent reference sources. The results of the content analysis of sustainability reports have shown that none of the companies has reached the full service of evidence of information requested in the Information evaluated. This finding indicates that all companies assessed failed validation of the information before the start of the preparation of the report itself, as determines the validation step of GRI, suggesting that the tests available in the GRI principles probably were not employed or have been adopted without effectiveness, affecting the quality of information regarding the completeness and credibility of the content. Issues that deserve to be deepened in futures studies are: the influence of the limits of independent audit on the result of the verification of the report and the extent of content analysis research for others industrial sectors formed by large companies with potential high environmental impact. The study contributes to the increase of knowledge on the subject, highlighted today, either by the world standardization efforts of GRI sustainability report, and, mainly, with the recommendation for the promotion of these reports included in the final document "The Future We Want" of the United Nations Conference on Sustainable Development (Rio + 20), paragraph 47, with potential brazilian regulations compulsory.

Keywords: Sustainability Report. Global Reporting Initiative (GRI). Transparency. Greenwashing. Electrical Energy Sector.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Objetivos Específicos e Referencial Teórico	20
Gráfico 1 -	Geração de hidroeletricidade por país – 2011 (bilhões de kilowatts-hora)	22
Figura 1 -	Modelo de <i>Stakeholders</i>	53
Figura 2 -	Relevância e Tipologia de <i>Stakeholder</i>	59
Figura 3 -	Diagnóstico da Tipologia de <i>Stakeholder</i>	63
Figura 4 -	Exemplo de Cálculo do <i>Score</i> DJSI	72
Figura 5 -	Estrutura do questionário ISE: dimensões, critérios e indicadores	76
Figura 6 -	Nível de Aplicação da GRI	79
Figura 7 -	Processo de definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade ..	81
Quadro 2 -	Testes para o “Princípio de Contexto da Sustentabilidade”	82
Quadro 3 -	Testes para o “Princípio da Inclusão dos <i>Stakeholders</i> ”	83
Quadro 4 -	Testes para o “Princípio da Materialidade”	85
Quadro 5 -	Testes para o “Princípio de Abrangência”	86
Quadro 6 -	Estudos anteriores sobre relatórios de sustentabilidade	94
Quadro 7 -	Exemplos de outras iniciativas voluntárias em responsabilidade social	96
Quadro 8 -	Síntese da Pesquisa de Confiabilidade de Informações de Produtos .	105
Quadro 9 -	Unidades de Informação do Teste 1 do Princípio da Abrangência	114
Quadro 10 -	Unidades de Informação do Teste 2 do Princípio da Abrangência	115
Quadro 11 -	Unidades de Informação do Teste 3 do Princípio da Abrangência	115
Quadro 12 -	Unidades de Informação do Teste 4 do Princípio da Abrangência	115
Quadro 13 -	Categorias de classificação e pontuação da informação	117
Quadro 14 -	Empresas do Setor Elétrico e Nível de Aplicação do Relatório de Sustentabilidade GRI	120
Quadro 15 -	Informações básicas das empresas selecionadas	121
Quadro 16 -	Relatório EDP: engajamento da parte interessada “sociedade”	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Países que respondem por 82,09% das empresas listadas no Índice <i>Dow Jones</i> de Sustentabilidade Mundial 2012	73
Tabela 2 -	Alocação percentual por macro setor das empresas listadas no Índice <i>Dow Jones</i> de Sustentabilidade Mundial 2012	74
Tabela 3 -	Alocação percentual das empresas listadas no ISE 2012 por macro setores	77
Tabela 4 -	Resultados de publicação anual da palavra greenwashing em blogs a partir de 2003	101
Tabela 5 -	CPFL: Avaliação das Unidades de Informação	131
Tabela 6 -	EDP: Avaliação das Unidades de Informação	139
Tabela 7 -	Tractebel: Avaliação das Unidades de Informação	146
Tabela 8 -	Resumo da Avaliação das Unidades de Informação	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRADEE	Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPG	Comitê Brasileiro do Pacto Global
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CONAR	Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária
DDT	Dicloro Difeniltricloroetano
DJSI	<i>Dow Jones Sustainability Index</i>
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
GAPIE-GRI	Grau de Aderência Plena aos Indicadores Essenciais solicitados pela GRI
GEE	Grau de Evidenciação Efetiva
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IHA	<i>International Hydropower Association</i>
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
ISR	Investimentos Socialmente Responsáveis
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
LO	Licença de Operação
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
ONG	Organização Não Governamental
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCB	Policloreto de Bifenila
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RIMA	Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente

RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SAM	<i>Sustainable Asset Management Group</i>
SBAC	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
UI	Unidade de Informação
WBCSD	<i>World Business Council for Sustainable Development</i>
WWF	<i>World Fund for Nature</i>

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	REFERENCIAL TEÓRICO	20
1.1	Setor elétrico brasileiro, população e meio ambiente	21
1.1.1	<u>Setor elétrico brasileiro</u>	22
1.1.2	<u>População e meio Ambiente na construção de operação de hidrelétricas</u> ...	25
1.1.3	<u>Considerações sobre o setor elétrico brasileiro</u>	29
1.2	Do progresso a economia verde: os caminhos do desenvolvimento sustentável	30
1.2.1	<u>Progresso e desenvolvimento</u>	31
1.2.2	<u>Desenvolvimento sustentável</u>	34
1.2.2.1	Relatório Meadows	34
1.2.2.2	Conferência de Estocolmo	35
1.2.2.3	Ecodesenvolvimento	38
1.2.2.4	Relatório Brundtland	39
1.2.3	<u>Críticas contrárias ao conceito de desenvolvimento sustentável</u>	41
1.2.4	<u>Do desenvolvimento sustentável para a economia Verde</u>	47
1.2.5	<u>Considerações sobre desenvolvimento sustentável</u>	49
1.3	A Teoria dos Stakeholders	51
1.3.1	<u>Definições de stakeholders</u>	52
1.3.2	<u>Hierarquização dos stakeholders</u>	57
1.3.3	<u>Gerenciamento dos stakeholders</u>	61
1.3.4	<u>Críticas contrárias à Teoria dos Stakeholders</u>	65
1.3.5	<u>Considerações sobre a Teoria dos Stakeholders</u>	67
1.4	Diretrizes de gestão para a sustentabilidade	68
1.4.1	<u>Dow Jones Sustainability Index (DJSI)</u>	70
1.4.2	<u>Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)</u>	74
1.4.3	<u>Global Reporting Initiative (GRI)</u>	78
1.4.3.1	Processo de definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade GRI....	79
1.4.3.2	Etapa de identificação dos tópicos relevantes	82
1.4.3.3	Etapa de priorização	83
1.4.3.4	Etapa de validação	85
1.4.4	<u>Pesquisas anteriores sobre relatórios de sustentabilidade</u>	87
1.4.5	<u>Outras diretrizes de gestão para a sustentabilidade</u>	95
1.4.6	<u>Considerações sobre diretrizes de gestão para a sustentabilidade</u>	97

1.5	Transparência e maquiagem verde corporativa	98
1.5.1	<u>Transparência e <i>greenwashing</i></u>	99
1.5.2	<u>Pesquisas de opinião e de confiabilidade dos produtos</u>	101
1.5.3	<u>Ações para fomentar a transparência</u>	106
1.5.4	<u>Considerações sobre transparência e <i>greenwashing</i></u>	109
2	METODOLOGIA DA PESQUISA	111
2.1	Tipo de pesquisa e procedimentos	111
2.1.1	<u>Pesquisa documental</u>	112
2.1.1.1	Análise de conteúdo	113
2.1.1.2	Unidades de informação (UI)	113
2.1.2	<u>Crítérios de seleção das empresas e delimitação do estudo</u>	118
3	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	122
3.1	CPFL Energia	122
3.1.1	<u>Evidências</u>	122
3.1.2	<u>Avaliação das Unidades de Informação</u>	125
3.2	EDP	131
3.2.1	<u>Evidências</u>	131
3.2.2	<u>Avaliação das Unidades de Informação</u>	134
3.3	Tractebel	140
3.3.1	<u>Evidências</u>	140
3.3.2	<u>Avaliação das Unidades de Informação</u>	141
3.4	Análise da operacionalização do processo de definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade	146
3.5	Avaliação do atendimento às partes interessadas	152
3.6	Avaliação da transparência da governança empresarial	154
4	CONCLUSÃO	156
	REFERÊNCIAS	159

INTRODUÇÃO

As corporações empresariais vêm progressivamente procurando alternativas que visam à sustentabilidade socioambiental com o objetivo de realizar a gestão do negócio levando em consideração os aspectos ambiental, social e econômico-financeiro; e cada vez mais realizam o monitoramento, quantificação e divulgação para as partes interessadas através de relatórios de sustentabilidade.

No entanto, estes relatórios podem não ser suficientes para apoiar a transparência do desempenho social, ambiental e financeiro das empresas, caso apresentem resultados incompletos ou sejam utilizados como instrumentos de *marketing* ou de defesa das corporações contra críticas da sociedade (TAPSCOTT; TICOLL, 2005).

A extensa adoção de relatórios de sustentabilidade pode ser comprovada no website da *Corporate Register*, website de recursos de responsabilidade corporativa internacional que possui um banco de dados com 38.832 relatórios de sustentabilidade fornecidos por 8.860 empresas elaboradoras destes documentos (CORPORATE REGISTER, 2012). As empresas brasileiras encaminharam 139 relatórios de sustentabilidade até o momento da elaboração deste trabalho, sendo todos os relatórios realizados com base nos critérios definidos pela *Global Reporting Initiative* (GRI), que é a diretriz de gestão mais adotada mundialmente (GRI, 2006a).

A convergência das empresas brasileiras para formas padronizadas de divulgação de dados sócio-ambientais foi medida no Anuário Gestão Ambiental (2011) ao pesquisar 428 empresas que atuam nos setores econômicos de serviços, agroindústria, comércio e indústria. O relatório com o modelo GRI foi o único, entre as oito opções citadas (Relatório Anual, Informativo anual à Comissão de Valores Mobiliários, Balanço Social, Modelo GRI, Modelo IBASE, Modelo Ethos, Balanço Socioambiental e Site da empresa), que evoluiu significativamente, com o percentual das empresas que o adotam passando de 12% em 2007 para 26% em 2011.

Antes da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro, em 2012, Achim Steiner, diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, sugeriu em artigo encabeçado pelo próprio que um resultado “definitivo, decisivo e positivo” da conferência “poderia ser

um compromisso global em relação à prestação de contas sobre sustentabilidade corporativa” (STEINER *et al.*, 2012).

Como reforço desta proposta, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, que representa 74 grandes grupos empresariais brasileiros, visando propiciar maior transparência às atividades do setor empresarial brasileiro, recomendou ao Poder Executivo Brasileiro que regulamentasse a obrigatoriedade da publicação do relatório de sustentabilidade para grandes empresas públicas e privadas que atuam no Brasil, a ser adotado a partir de 2014 (CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CEBDS, 2012).

E de fato, a temática relacionada com os relatórios de sustentabilidade foi incluída no documento final “The Future We Want”- “O Futuro que Queremos” da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNITED NATIONS, 2012a), no parágrafo 47, quando reconhece a importância dos relatórios de sustentabilidade corporativa e recomenda o encorajamento para a elaboração destes relatórios pelas grandes empresas.

O documento “Rumo à Credibilidade 2010” (CROWTHER, 2010) relata a pesquisa nos Relatórios de Sustentabilidade no Brasil, classificando os dez relatórios mais bem elaborados. Ressalta-se o número significativo de empresas do setor de energia elétrica nesta lista seleta de dez empresas, representado por quatro empresas (EDP, Coelce, Ampla e Light). Os demais segmentos presente são representados por apenas uma empresa de cada: cosmético (Natura), saneamento (Sabesp), papel (Celulose Irani), mineração (Vale), financeiro (Itaú) e construção (Even).

No caso específico do setor elétrico, entre os fatores de influência que determinam o reconhecimento do relatório de sustentabilidade socioambiental como parte integrante da gestão empresarial, incluem-se:

- Obrigação legal, como definida compulsoriamente pela agência brasileira reguladora de energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do diploma legal Despacho nº 3034, de 21 de dezembro de 2006 (ANEEL, 2006) que institui o “Relatório de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica”;
- Pressão e fomento pelas associações de classe. A Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) incentiva

seus associados, que devem apresentar compulsoriamente relatórios de sustentabilidade anuais para a ANELL, na assimilação e melhoria dos relatórios de sustentabilidade, através de premiações e fóruns de debate (ABRADEE, 2011);

- Constatação das responsabilidades socioambientais pelos produtos e processos. No caso do setor elétrico, a construção de Usinas Hidrelétricas resulta numa alteração drástica das condições naturais dos cursos de água e na eliminação direta de extensas áreas de vegetação e de habitats terrestres e fluviais que são o suporte de vida para uma grande diversidade de espécies da fauna (BERMANN, 2008). Apesar da matriz energética brasileira ser considerada dentre as mais limpas, a energia está sendo gerada em locais cada vez mais remotos, onde a diversidade cultural e biodiversidade estão mais preservadas (SILVA, 2012);

- As empresas brasileiras de capital aberto na Bolsa de Valores de São Paulo estão sendo recomendadas a divulgar para os investidores as informações e resultados socioambiental e de governança corporativa através da publicação de Relatórios de Sustentabilidade ou divulgando o motivo porque não publicam os relatórios (BOVESPA, 2012a).

Nesta tese, a pesquisa bibliográfica sobre os estudos acadêmicos relacionados com os relatórios de sustentabilidade, especificamente com os relatórios baseados na diretriz de gestão para a sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*, demonstrou que há problemas na qualidade da informação com relação à completeza, padronização e credibilidade do conteúdo, porém estes estudos não se aprofundam nas causas potenciais dos conteúdos incompletos ou da baixa transparência.

Esta questão da deficiência na qualidade do conteúdo, refletindo na credibilidade da informação, é a origem do problema que constitui o objeto desta tese. Em função disto, a hipótese aqui levantada é que a operacionalização do processo de definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade pode não ser

suficiente para apoiar a transparência empresarial pela possibilidade de apresentar resultados duvidosos.

Como objetivo geral, a tese pretende realizar um exame crítico sobre os relatórios de sustentabilidade elaborados pelas empresas, tendo como base os relatórios do setor de geração de energia elétrica por hidroeletricidade no Brasil, e avaliar a significância destes documentos em prestar informações claras para a sociedade sobre a eficácia do desempenho das empresas na área socioambiental.

Para atingir o objetivo geral, almejam-se como objetivos específicos:

- Analisar os processos de definição do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade com base nos critérios das diretrizes de gestão da *Global Reporting Initiative* (GRI);
- Avaliar se os conteúdos dos relatórios de sustentabilidade consideram as demandas de suas partes interessadas;
- Avaliar se os relatórios de sustentabilidade com base nos critérios das diretrizes de gestão da GRI são suficientes para apoiar a transparência da governança empresarial.

A avaliação da hipótese de insuficiência da operacionalização do processo de definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade para apoiar a transparência empresarial foi realizada pela quantificação das evidências das informações contidas em relatórios de sustentabilidade com o nível mais alto de aplicação da GRI, associadas com as informações de seus desempenhos socioambientais disponíveis por outras fontes de consulta independentes, como informações nos *websites* do Superior Tribunal de Justiça, Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais.

Este estudo justifica-se em função da ausência de trabalhos acadêmicos ou artigos técnicos e científicos que abordem as causas dos conteúdos incompletos ou da baixa transparência dos relatórios.

A presente tese aponta as possíveis causas das deficiências na elaboração de relatórios de sustentabilidade e propõe novos caminhos para a melhoria da qualidade destes relatórios.

Espera-se que o estudo possa concorrer para o aumento de conhecimento sobre o tema, especificamente na elaboração dos relatórios de sustentabilidade, que teve recomendação para o seu fomento pela Conferência das Nações Unidas sobre

Desenvolvimento Sustentável, com potencial regulamentação brasileira compulsória dos mesmos.

A tese possui quatro capítulos. Após esta introdução, onde se apresenta o problema investigado, indica a relevância da tese, seus objetivos, justificativa e delimitações, o primeiro capítulo trata dos principais temas teóricos que permeiam o objeto de pesquisa. O capítulo inicia-se com a contextualização da relevância do setor de geração de energia elétrica por hidroeletricidade para o crescimento econômico brasileiro e os conflitos socioambientais existentes na construção e operação de usinas hidrelétricas.

Para que este crescimento econômico esteja alinhado com a diminuição das desigualdades sociais e a preservação dos recursos naturais, as empresas devem buscar um modelo de desenvolvimento que permita este equilíbrio, conhecido como *desenvolvimento sustentável*, que é o enfoque do subtítulo seguinte do capítulo ao descrever seu surgimento e desdobramentos, como a Economia Verde, e também discutir o significado do termo *desenvolvimento sustentável* sob a ótica de diversos pesquisadores que analisaram seu conceito pelas diferentes concepções de mundo e de interesses.

Estes interesses variam porque os indivíduos ou grupos interessados ou impactados por uma corporação também variam. Por este motivo, o referencial teórico seguinte aborda a Teoria dos *Stakeholders*, em que as partes implicadas possuem interesses a serem considerados na gestão corporativa. Na sequência, são apresentadas as diretrizes de gestão para a sustentabilidade, através de modelos que consolidam os conceitos de sustentabilidade e são implementados como estratégias corporativas para incorporar o crescimento econômico integrado com os aspectos socioambientais, cujos desempenhos podem ser comunicados para suas partes interessadas através de indicadores de sustentabilidade ou por meio de relatórios de sustentabilidade.

Porém, estes relatórios podem ser desvirtuados do seu propósito original, voltado para a transparência do desempenho social, ambiental e econômico das empresas, e se transformar em peças publicitárias com forte coloração de maquiagem verde, ou *greenwashing*, como é conhecido o termo original em língua inglesa, e cuja teoria é detalhada no último item do primeiro capítulo.

O segundo capítulo apresenta a metodologia adotada para a seleção da base amostral e a pesquisa descritiva com a utilização de procedimentos bibliográfico e

documental, por meio de análise de conteúdo para a qualificação e quantificação das informações evidenciadas.

A apresentação, análise e interpretação dos resultados da pesquisa são tratadas no terceiro capítulo da tese.

No último capítulo é apresentada a conclusão onde são apontadas as possíveis causas das deficiências e propostos novos caminhos, além de propostas e sugestões para pesquisas posteriores.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, este capítulo apresenta a contextualização da relevância do setor de geração de energia elétrica por hidroeletricidade para o crescimento econômico brasileiro e os conflitos socioambientais existentes na construção e operação de usinas hidrelétricas. Na sequência, são apresentados os principais temas teóricos identificados a partir dos objetivos específicos do objeto de pesquisa, conforme ilustrado no Quadro 1.

Objetivos Específicos	Referencial Teórico			
	Desenvolvimento Sustentável	Teoria dos Stakeholders	Diretrizes de gestão	Transparência e maquiagem verde
1. Analisar os processos de definição do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade com base nos critérios das diretrizes de gestão da <i>Global Reporting Initiative (GRI)</i> ;	✓	-	✓	-
2. Avaliar se os conteúdos dos relatórios de sustentabilidade consideram as demandas de suas partes interessadas;	-	✓	-	-
3. Avaliar se os relatórios de sustentabilidade com base nos critérios das diretrizes de gestão da GRI são suficientes para apoiar a transparência da governança empresarial.	-	-	-	✓

Quadro 1 - Objetivos Específicos e Referencial Teórico

Fonte: O autor, 2013.

1.1 Setor elétrico brasileiro, população e meio ambiente

A seleção do setor de geração de energia elétrica por hidroeletricidade no Brasil como objeto de pesquisa da presente tese deve-se a fatores relevantes nos aspectos econômico, ambiental e social.

A relevância econômica do Setor Elétrico está relacionada com a crescente demanda por energia para sustentar as atuais taxas de crescimento econômico brasileiro, com muitas usinas hidrelétricas incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Brasileiro, como o caso do projeto da Usina de Belo Monte que gera polêmica por questões sociais e ambientais (BERMANN, 2010; SILVA, 2011).

A relevância ambiental é destacada no uso intensivo de recursos naturais que provoca significativo impacto ambiental. Apesar da menor contribuição das emissões de gases de efeito estufa, na geração de energia elétrica por hidroeletricidade há o impacto ambiental significativo provocado pelo barramento de cursos d'água com a consequente inundação das áreas necessárias à formação dos reservatórios, podendo ocorrer alterações nos meios físico e biótico. As empresas do setor de energia elétrica informam em seus relatórios de sustentabilidade (CPFL, 2010a; EDP, 2010; TRACTEBEL, 2012) que estes impactos são mitigados e/ou compensados, através do processo de licenciamento ambiental.

Bermann (2008), ao analisar as políticas de inserção das fontes renováveis de energia no Brasil, assinala a sua relevância social com os conflitos na remoção compulsória de famílias e comunidades das áreas atingidas pela construção de barragens hidrelétricas.

Da mesma forma, Zhouri e Oliveira (2005) ressaltam a existência de injustiça social imposta a uma parcela mais vulnerável da sociedade, provocando o desalojamento de mais de 200 mil famílias no Brasil, equivalente a um milhão de pessoas, e inundando 3,4 milhões de hectares de terras férteis e florestas.

1.1.1 Setor elétrico brasileiro

Desde os anos 1960, a geração mundial de energia por hidroeletricidade tem aumentado, em média, 3 por cento ao ano, atingindo 3.499 bilhões de kilowatts-hora em 2011, gerados principalmente por grandes centrais hidrelétricas e representando 16 por cento da produção de eletricidade global. Apesar de 160 países gerarem energia por hidroeletricidade, apenas quatro países (China, Brasil, Canadá e Estados Unidos) produzem 52% da geração mundial, conforme ilustrado no Gráfico 1, estando o Brasil como o segundo maior produtor mundial de energia a partir de recursos hídricos (MOLLER, 2012).

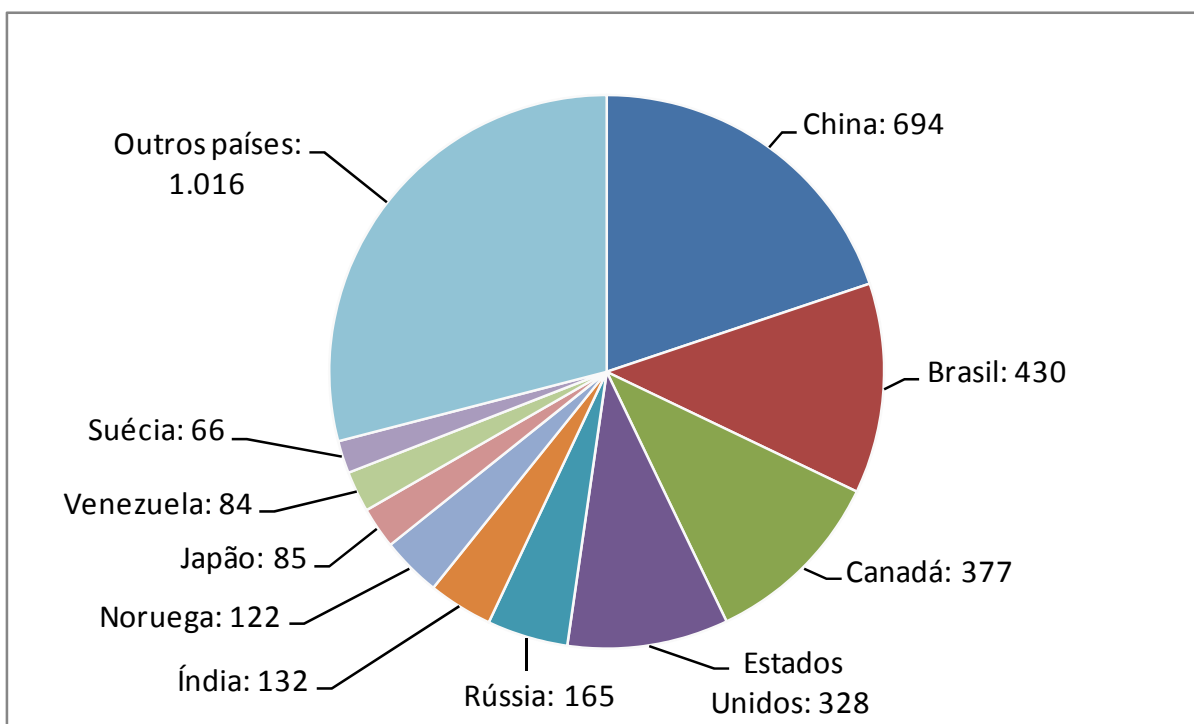


Gráfico 1 – Geração de hidroeletricidade por país – 2011 (bilhões de kilowatts-hora)

Fonte: MOLLER, 2012

O modelo institucional do setor de energia elétrica brasileiro foi alterado com a privatização das companhias operadoras, depois de mais de 50 anos de controle estatal. A Lei nº 9.427, de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996a) determinou que a exploração dos potenciais hidráulicos fosse concedida por meio concorrência ou

leilão, em que o maior valor oferecido pela outorga definiria o vencedor. No Modelo do Setor Elétrico Brasileiro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) atua como agência reguladora e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) é o responsável por coordenar e supervisionar a operação centralizada do sistema interligado brasileiro (ANEEL, 2008).

A classificação da usina hidrelétrica é definida em função da sua potência instalada: Centrais Geradoras Hidrelétricas (com até 1 MW de potência instalada), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH, entre 1,1 MW e 30 MW de potência instalada) e Usina Hidrelétrica de Energia (UHE, com mais de 30 MW). Em 2008, existiam no Brasil em operação 227 Centrais Geradoras Hidrelétricas, com potência total de 120 MW; 320 Pequenas Centrais Hidrelétricas (2,4 mil MW de potência instalada) e 159 Usina Hidrelétrica de Energia com uma capacidade total instalada de 74,632 mil MW (ANEEL, 2008).

A matriz brasileira de geração de energia elétrica é de origem predominantemente renovável, com a geração interna hidráulica, ou seja, excluída a importação de eletricidade, responsável por 74,0% de toda a oferta de energia elétrica em 2011. Considerando-se as importações, a matriz elétrica brasileira, em 2011, era originada 88,9% de fontes renováveis (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE), 2012a).

Esta elevada participação de fontes renováveis permite uma contribuição menor para as emissões de gases de efeito estufa do país, emitindo 56 kgCO₂/MWh, em média, no ano de 2011. Comparativamente, os Estados Unidos e a China, com suas matrizes elétricas intensivas na emissão de carbono, lançam para a atmosfera, respectivamente, 8 e 12 vezes mais que o setor elétrico brasileiro (EPE, 2012b).

Outro indicador de sustentabilidade relacionado com este tema é o consumo de energia *per capita*, que mostra o consumo final anual de energia por habitante, em um determinado território, habitualmente associado ao nível de desenvolvimento de um país. Como a produção, consumo e subprodutos da oferta de energia exercem pressões socioambientais, o indicador de consumo de energia *per capita* permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade, que no caso da brasileira devem ser também consideradas as seguintes variáveis: a existência de uma significativa parcela da população rural sem acesso a energia elétrica e que o uso de energia nos países em desenvolvimento é cerca da sexta parte do

consumido nos países desenvolvidos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2012).

Para atender a esta carência, municípios brasileiros com Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) inferiores à média nacional participaram do Programa Luz para Todos, criado pelo Governo Federal Brasileiro como um estímulo ao desenvolvimento econômico e social das comunidades em áreas sem energia elétrica. Em oito anos, este programa atingiu 2,8 milhões de famílias, o que representa um universo estimado em 14,2 milhões de pessoas, com o programa estendido até 2014 para os cidadãos contemplados nos programas Brasil Sem Miséria e Territórios da Cidadania e/ou estabelecidos em antigos quilombos, áreas indígenas, assentamentos de reforma agrária ou em regiões afetadas pela construção de usinas hidrelétricas (BRASIL, 2012).

Assim, a busca de um modelo de oferta de energia no contexto de um desenvolvimento sustentável deve estar associada a outros indicadores, como o uso de fontes renováveis e o aumento da eficiência energética, devendo este último ser priorizado, já que fontes de energias renováveis também implicam em impactos ao meio ambiente (IBGE, 2012).

A melhor eficiência energética deve ser associada a uma “Revolução da Eficiência” na produção de energia, como recomenda Zhouri (2003), com a diminuição do uso de matéria, água e energia, essencial para se pensar a sustentabilidade da geração de energia por hidroeletricidade.

Em 2011, foram agregados aproximadamente 5 GW de potência instalada ao parque gerador brasileiro, com a capacidade instalada das centrais de geração de energia elétrica alcançando 117 GW, sendo as usinas hidrelétricas responsáveis por 37,1% deste acréscimo, as centrais térmicas responderam por 52,4% e as usinas eólicas responsáveis pelos 10,5% restantes de aumento da capacidade nacional (EPE (Brasil), 2012a).

Para os próximos anos, apesar do incremento das usinas termelétricas por sua independência nos períodos de estiagem, o planejamento da expansão da matriz elétrica brasileira tem como prioridades as energias renováveis, incluindo a hidreletricidade para aproveitar seu potencial hidrelétrico, considerado como o maior do mundo com 260 mil MW, sendo que pouco mais de 30% se transformaram em usinas construídas ou outorgadas. Com o esgotamento do potencial hidráulico das bacias hidrográficas próximas aos grandes centros urbanos, o Plano Nacional de

Energia 2030 estima que o potencial hidrelétrico seja de cerca de 126.000 MW, com a maior parte dos novos projetos localizados nas bacias do Amazonas e do Tocantins/Araguaia, regiões com alta sensibilidade em termos ambientais e sociais (REVISTA MEIO AMBIENTE INDUSTRIAL, 2011; ANEEL, 2008).

1.1.2 População e meio ambiente na construção e operação de hidrelétricas

Para produzir a energia hidrelétrica normalmente é preciso unificar os desníveis do relevo através da construção de barragem que interrompe o curso normal do rio e forma o reservatório e o desnível necessário para a energia hidráulica, permite a captação da água em volume adequado e regulariza a vazão do rio em períodos de chuva ou estiagem (ANEEL, 2008).

Os principais impactos sociais e ambientais, reais ou potenciais, relacionados com os grandes empreendimentos hidrelétricos, principalmente em função da extensa área geográfica necessária para a construção das barragens, são (VAINER, 1993):

- Deslocamento compulsório de milhares de pessoas;
- Desestruturação das atividades econômicas e dos mercados de trabalho e de terras;
- Ruptura das teias de relações sociais;
- Afluxo de populações que pressionam as precárias redes de infraestrutura e serviços básicos;
- Mudanças na qualidade da água, no curso e regime dos rios com consequências para as condições sanitárias e para as atividades econômicas (pesca e agricultura de vazante).

Recentes estudos contradizem a baixa emissão de gases de efeito estufa das hidrelétricas com o argumento que não são considerados ou são subestimados os cálculos de emissão das áreas alagadas, onde existe carbono estocado na vegetação que ficou submersa, desprendido na forma de metano (CH₄), gás estufa mais crítico que o gás carbono (CO₂) (SANTOS, 2000; FEARNSSIDE, 2005, 2009; BERMANN, 2010; McDERMOTT, 2012).

Desta forma, a construção de barragens pode provocar injustiça ambiental ao recair os custos dos impactos socioambientais sobre as comunidades atingidas. Por esta razão, os impactos destes empreendimentos devem ser previamente avaliados (ZHOURI; LASCHEFSKI; PAIVA, 2005).

Não por acaso, o primeiro empreendimento no Brasil a realizar avaliação ambiental de seus impactos foi uma UHE, a Usina Hidrelétrica de Sobradinho, em 1972 (GUSMÃO; DE MARTINI JR, 2009). Para Vainer (1992), Sobradinho pode ter sido a última grande construção de usina hidrelétrica sem expressiva resistência social, desde então, organizada em movimentos de contestação à implantação de barragens hidrelétricas, como o Movimento dos Atingidos por Barragens. Estes grupos sociais organizados passaram a intervir no processo decisório do Setor Elétrico por possuir visões diferenciadas acerca do significado de todos os processos, incluindo as relações população-meio ambiente.

Com a Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986 (BRASIL, 1986) tornou-se obrigatória a Avaliação de Impacto Ambiental para o licenciamento de grandes obras de infra-estrutura e de outras atividades de alto potencial poluidor, incluindo as obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, como barragem para fins hidrelétricos, acima de 10 MW, e usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária.

Esta resolução, em seu artigo 5º, estabeleceu as diretrizes gerais que devem ser adotadas na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA):

- Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do empreendimento;
- Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais nas fases de implantação e operação da atividade;
- Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;
- Considerar os planos e programas governamentais propostos ou em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

Com relação ao conteúdo do EIA, a mesma resolução determina, em seu artigo 6º, as seguintes atividades técnicas (BRASIL, 1986):

- Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando o meio físico, o meio biológico e os ecossistemas naturais e o meio sócio-econômico. No meio sócio-econômico é contemplado o diagnóstico do “uso e a ocupação do solo, os usos da água e a sócio-econômica, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e *culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local e os recursos ambientais* e a potencial utilização futura desses recursos” (BRASIL, 1986, artigo 6º, alínea I.c, grifo nosso);
- Análise dos impactos ambientais do projeto e suas alternativas, através da identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes, seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas, a distribuição dos ônus e benefícios sociais;
- Definição de medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas;
- Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

Portanto, a licença ambiental para as usinas hidrelétricas depende de prévio EIA e respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) com a finalidade de embasar as decisões quanto ao licenciamento ambiental, inclusive considerando-se as demandas e manifestações de interesse dos grupos sociais potencialmente ou efetivamente afetados.

Porém, observa-se a ocorrência de conflitos durante e após a construção de empreendimentos, apesar do processo regulamentado de elaboração do EIA/RIMA

possuir diretrizes gerais e conteúdo mínimo das atividades técnicas, inclusive os diagnósticos culturais da comunidade e as relações de dependência entre a sociedade local e os recursos ambientais. Estes conflitos são relatados em estudos acadêmicos de Vainer (1992), Zhouri e Oliveira (2005) e Zhouri, Laschefski e Paiva (2005) relacionados com obras no Setor Elétrico.

Para Zhouri e Oliveira (2005) os processos de licenciamento ambiental, através dos Estudos de Impacto Ambiental, tendem a perpetuar a injustiça ambiental ao desqualificar o ambiente em que as barragens são projetadas, negam a condição dos indivíduos e reforçam e “invisibilidade” das comunidades.

“Via de regra, os projetos são licenciados, malgrado insuficiência de estudos, restrições legais e resistência das populações atingidas” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005, p. 52) e as decisões de adequação se baseiam em ações político-econômicas por meio de arranjos e ajustes tecnológicos dados por medidas mitigadoras e compensatórias, desviando-se do debate envolvendo questões políticas, sociais e culturais para análise da efetiva viabilidade socioambiental da obra.

Vainer (1992) observa que os prognósticos de impactos sociais identificados nos Estudos de Impactos Ambientais terão um maior índice de acerto quando a população afetada não se constitui como sujeito diante do projeto. E este último e o meio ambiente poderão ter uma realidade diferente da prevista nos estudos técnicos caso surja uma resistência social, podendo levar a uma situação de conflito. O autor complementa que

ao representarem diferentemente a relação população-meio ambiente, os dois agentes – Setor Elétrico e movimentos de atingidos – percebem-se um ao outro de modo diverso. Através de suas representações buscam impor uma determinada visão acerca do significado e das consequências da implantação de barragens hidrelétricas. (VAINER, 1992, p. 200)

Este olhar diferenciado do uso do capital natural leva ao conflito entre grupos sociais pelo controle de recursos naturais, que enquanto pode ser visto pelo Setor Elétrico como um “obstáculo ambiental ao progresso da nação, os movimentos vêm [...] um modelo de desenvolvimento que os exclui” (Vainer, 1992, p. 201).

Em função dos problemas e conflitos provocados por empreendimentos que receberam licenças ambientais, trazendo para a discussão argumentos de descrédito quanto ao processo de licenciamento ambiental, Zhouri, Laschefski e

Paiva (2005) preocupam-se em defender o licenciamento ambiental em sua função primordial de analisar a viabilidade socioambiental das atividades modificadoras do meio ambiente. Vale destacar o parágrafo a seguir, por sua atualidade cíclica sempre que há atrasos nos prazos dos cronogramas de implantação de grandes empreendimentos.

Recentemente, o tema vem ganhando crescente visibilidade nos órgãos de comunicação, com um debate marcado por posicionamentos antagônicos, em que um dos lados denuncia o licenciamento como um “entrate” ao desenvolvimento do País, e o outro o defende como instrumento de avaliação ambiental. (ZHOURI; LASCHEFSKI; PAIVA, 2005, p. 90).

Para John Elkington, criador do conceito de *Triple Bottom Line*, que aborda os aspectos econômico, ambiental e social de um empreendimento, a hidreletricidade deve ser bem concebida, instalada e gerida. Em entrevista, ao ser questionado sobre a aparente incoerência de Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais contrárias a projetos de energia hidráulica que reduzem os fatores de mudança climática global, argumentou que existem projetos nesta área com problemas de concepção e gestão com evidências posteriores que sugerem resultados menos atraentes quando custos mais amplos são considerados (ELKINGTON, 2009).

1.1.3 Considerações sobre o setor elétrico brasileiro

A expansão da matriz elétrica brasileira prioriza as energias renováveis, predominantemente a hidreletricidade, visando sustentar as atuais taxas de crescimento econômico. Para este crescimento ser compatível com a diminuição das desigualdades sociais e a preservação dos recursos naturais deve ser perseguido um modelo de desenvolvimento que busque este equilíbrio, conhecido como “desenvolvimento sustentável”, que será o enfoque do subtítulo seguinte deste capítulo.

1.2 Do progresso a economia verde: os caminhos do desenvolvimento sustentável

Após cada novo evento climático extremo; como furacão, supertempestade, grande inundação ou seca; mesmo com as incertezas científicas ainda existentes, reforça-se a percepção pública de que o aquecimento global é um fato técnico, consequência das crescentes emissões de gases de efeito estufa produzidos pelas atividades antrópicas, como a queima de carvão e derivados de petróleo.

Esta e outras crises contemporâneas, como as crises do petróleo, o acesso limitado à água potável, a degradação da camada de ozônio, o colapso da pesca marinha e as ações humanas destruindo de forma contínua a biodiversidade, demonstram o esgotamento da estratégia de crescimento econômico obtido através da degradação do capital natural.

Porém, a lógica do pensamento mercantil tradicional desconsidera a relação do meio ambiente com a dimensão econômica (PORTO-GONÇALVES, 2006), pois na economia política clássica a prioridade é o valor monetário dos produtos e serviços sem considerar a valoração da natureza (ALMEIDA, 1999). Com isto, ocorre a externalização dos custos ambientais. Estes, ao não serem agregados aos custos privados, são impostos à economia da população, consumidores ou outros produtores, afetando o bem estar de todos (MARGULIS, 1990).

Em outras palavras, externalidades ambientais negativas, como prejuízos sociais, ambientais, culturais e à saúde pública, não compõem o preço final dos produtos e serviços, mas têm seus custos repassados para a sociedade, sistemas públicos de saúde e seguridade social, incluindo as populações vulneráveis em casos de conflitos e injustiça ambiental (PORTO, 2012), conforme descrito no capítulo anterior para o caso específico do Setor Elétrico.

Em função do exposto, as concepções avançadas de mercado defendem a adoção do princípio da internalização dos custos ambientais, ou seja, os efeitos ambientais ao invés de serem externalizados devem ser agregados aos custos privados, o que encontra resistência das próprias forças de mercado (FREY, 2001).

O desenvolvimento sustentável é uma proposta com notoriedade mundial que pretende traduzir como deve ser um novo modelo de desenvolvimento que

contemple esta internalização dos custos, reconhecendo o valor da riqueza natural e a inclusão social.

Contudo, o conceito de desenvolvimento sustentável foi diluído pela banalização de seu uso (VEIGA, 2010). Já em 1992, Diegues (1992, p.22) estranhava o aparente consenso com o termo *desenvolvimento sustentável*, “como se fosse uma palavra mágica ou um fetiche”.

Este capítulo descreve o surgimento do desenvolvimento sustentável, seus desdobramentos, como a Economia Verde, e também discute o termo *desenvolvimento sustentável* sob a ótica de diversos pesquisadores que analisaram seu conceito.

1.2.1 Progresso e desenvolvimento

Até meados do século XX, o termo *progresso*, originário do Iluminismo e presente no Positivismo cujo lema - *O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim* - está abreviado na bandeira brasileira, foi adotado como ideologia pelos países industrializados com a ideia de que o progresso do conhecimento humano traria o progresso material e, através deste, a felicidade. Imperava o pensamento de que a capacidade humana de adquirir conhecimento fosse ilimitada, e, portanto, também não deveria haver limites para o progresso, a produção e o domínio (ALMEIDA, 1999).

Porém, este aumento do domínio tecnológico proporcionado pelo maior saber pode alcançar um impasse, denominado por Wright (2007, p. 44) de *armadilha do progresso*, exemplificado pela bomba atômica, “uma progressão lógica do arco e da bala, tornou-se a primeira tecnologia a ameaçar todas as espécies de extinção”. O autor argumenta que a tecnologia armamentista foi a primeira das áreas do progresso humano a chegar a uma situação de difícil solução causada pela ameaça de destruir o planeta.

Após a Segunda Guerra Mundial, esta confiança no futuro ficou abalada e o termo *progresso* desgastou-se, sendo substituído pelo conceito rejuvenescido de *desenvolvimento*, referindo-se principalmente aos índices numéricos de crescimento

econômico, atenuado posteriormente pela inclusão dos indicadores sociais (ALMEIDA, 1999).

Para Almeida (1999, p. 39), “progresso, e depois, desenvolvimento, querem apenas dizer maior produção”, quantificado através do Produto Interno Bruto (PIB), sendo o crescimento econômico da produção o alvo visado, sem detalhar quem aproveita socialmente este crescimento e considerando a máxima de que é preciso fazer o bolo crescer para depois distribuir. Esta fragilidade de representar o desenvolvimento social de um país é um dos motivos porque o PIB é considerado um indicador insuficiente e equivocado para medir os recursos naturais e a sustentabilidade (BESSERMAN, 2010).

O que caracteriza a ideologia desenvolvimentista, em suas diferentes versões, é o conceito de que os países industrializados são a referência a ser atingida pelos países capitalistas pobres através do processo de desenvolvimento (CARNEIRO, 2005). Esta relação de interferência na política econômica de países mais fracos pelos países mais fortes confunde-se com o conceito de colonialismo (ALMEIDA, 1999) e assemelha-se aos projetos missionários dos impérios passados (WRIGHT, 2007) ao catequizar a fé na infalibilidade da ciência e tecnologia para a prosperidade das nações.

Segundo Pelizzoli (1999), a crença inabalável na onipotência tecnológica que resolve qualquer problema é uma concepção própria dos países de economia central e questionável frente à fome e miséria de mais de 1 bilhão de pessoas no mundo.

Nos anos 1960, iniciou-se a mudança dos paradigmas vigentes de externalização dos custos ambientais e degradação do capital natural como necessários ao desenvolvimento econômico. A “revolução ambientalista” ocorreu dentro dos próprios países industrializados, através de laços informais de movimentos ambientalistas com atuantes movimentos sociais (direitos civis, contra a guerra fria, contra a guerra do Vietnã) e alternativos (contracultura) e que conseguiram cooptar segmentos da classe média (McCORMICK, 1992).

Apesar de já haver estudos e literatura técnico-científica sobre poluição ambiental e degradação da natureza, a participação pública ativa nas questões ambientais surgiu em 1962, quando Rachel Carson publicou *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) denunciando o desaparecimento de pássaros nos campos dos Estados Unidos da América provocado pelo emprego do inseticida DDT (Dicloro

Difeniltricloroetano) na agricultura. Postumamente, em 2006, Rachel Carson foi eleita em primeiro lugar na lista do jornal britânico *The Guardian* com as cem pessoas que mais contribuíram para a defesa do meio ambiente de todos os tempos (ADAM, 2006).

Sobre este livro, Lemos (1993) comentou que pela primeira vez uma audiência de milhões de pessoas entendeu as formas pelas quais se estava atacando os sistemas que mantêm a vida no planeta, sendo o início da responsabilidade ambiental.

Ainda nos anos 1960, o conflito entre os interesses individuais e a distribuição das externalidades nos bens difusos e comuns foi abordado no agora clássico ensaio *The Tragedy of the Commons*, de Garret Hardin (1968), através da metáfora do uso de pasto compartilhado por vários pastores para a criação de animais. “Cada homem está dentro de um sistema que o compele a aumentar seu rebanho sem limite — em um mundo que é limitado”¹ (HARDIN, 1968, p. 1244, tradução nossa).

Contribuiu para o aprimoramento da consciência social e política sobre as questões ambientais da população dos países industrializados uma série de acidentes ampliados ocorridos a partir dos meados dos anos 1960. Estes acidentes receberam destacado tratamento da mídia, como o naufrágio do petroleiro *Torrey Canyon* na costa sudoeste da Inglaterra (em 1967, com vazamento de 117 mil toneladas de petróleo cru²), contaminação da baía de Minamata, Japão (poluição por metais pesados) e a elevada toxicidade do PCB (policloreto de bifenila) utilizado em transformadores elétricos (MOKHIBER, 1995).

Desta forma, a questão ambiental entrou para a agenda dos movimentos sociais e das políticas públicas, com o enfoque na inevitabilidade do colapso, salvo houvesse o controle da exploração dos recursos naturais (McCORMICK, 1992).

1 O texto em língua estrangeira é: “Each man is locked into a system that compels him to increase his herd without limit—in a world that is limited.”

2 A título de comparação, no acidente com o navio Exxon Valdez no Alasca (1989) vazaram, aproximadamente, 35.000 toneladas de petróleo.

1.2.2 Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável oficialmente surgiu em 1980 com a publicação *The World Conservation Strategy* (INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE (IUCN) *et al.*, 1980), elaborada pelas representativas organizações não governamentais IUCN e *World Fund for Nature* (WWF) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Apesar deste documento focar a preservação da fauna e flora silvestres, ele lança um conceito conciliatório da possibilidade de uma sociedade sustentável através da conjugação da conservação e desenvolvimento, alterando o paradigma vigente entre os ambientalistas dos anos 1970 da incompatibilidade entre o desenvolvimento econômico e o gerenciamento ambiental (McCORMICK, 1986) .

1.2.2.1 Relatório Meadows

O conceito de desenvolvimento sustentável oficializado em 1980 começou a aparecer como uma nova ideia em 1972, no Relatório Meadows, também conhecido como *Limites do Crescimento*, elaborado para o chamado Clube de Roma, uma associação de cientistas, tecnocratas e políticos (MEADDOWS *et al.*, 1978). Este documento concluiu que o crescimento ilimitado da população mundial, poluição e industrialização em um planeta com limites apresentariam como riscos o declínio súbito e incontrolável da população e da capacidade industrial.

Com base no Relatório Meadows, o Clube de Roma chegou às seguintes conclusões:

1. O equilíbrio ambiental global seria alcançado com a redução do crescimento populacional dos países subdesenvolvidos;
2. O interrelacionamento do desenvolvimento global com questões ambientais exige uma estratégia geral para enfrentar o problema;
3. Seriam necessárias medidas internacionais concatenadas e o planejamento em conjunto de longo prazo numa escala sem precedentes, a imposição de uma interrupção do crescimento

econômico e populacional não seria obtida com uma interrupção do desenvolvimento econômico; mas, sim, com os países desenvolvidos desacelerando seu desenvolvimento e ajudando os países subdesenvolvidos a impulsionar suas economias.

Ou seja, os crescimentos econômicos e populacionais precisariam ser alterados (McCORMICK, 1992).

O relatório *Limites do Crescimento* foi publicado em 2 de março de 1972, três meses antes da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, acontecida de 5 a 16 de junho de 1972.

1.2.2.2 Conferência de Estocolmo

A realização desta conferência foi decidida em 1969 na XXIV Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Todos os países-membros da ONU foram convocados para a Conferência de Estocolmo e o governo brasileiro, através da Câmara dos Deputados Federais, visando entender o assunto e preparar-se, organizou o “I Simpósio sobre Poluição Ambiental”, de 24 a 27 de agosto de 1971, para o debate com técnicos e especialistas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1971).

O Brasil, cuja estratégia desenvolvimentista industrial foi fomentada notavelmente a partir da Segunda Guerra Mundial pela substituição de manufaturas importadas, passava por um excepcional crescimento econômico durante esta fase do regime militar. Este crescimento foi interrompido, precisamente, com a exploração mundial excessiva de um recurso natural não renovável, gerando as crises do petróleo a partir de 1973 que provocaram o fim da energia a baixo custo e o aumento das taxas de juros do financiamento internacional (PRADO JR., 1979).

No discurso em nome dos participantes do “I Simpósio sobre Poluição Ambiental”, José Martiniano de Azevedo Neto, professor da USP São Carlos, trazia conceitos de harmonização entre desenvolvimento e preservação dos recursos naturais, inclusive com a internalização dos custos externos intertemporais: “O desenvolvimento sadio que não venha lesar nem comprometer os nossos bens

naturais é o legado que almejamos deixar para as gerações futuras” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1971, p. 21).

Porém, o Embaixador Miguel Osório de Almeida, representando o Ministro das Relações Exteriores, deu a tônica do governo executivo brasileiro ao discursar:

A preservação do ambiente é plenamente legítima quando a sua realização é consequência do próprio processo de desenvolvimento ou quando se pode fazer sem “custos de oportunidade”³ em termos de desenvolvimento. Despesas ambientais tornam-se ilegítimas sempre que representarem desvio de recursos que se destinariam a crescimento econômico. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1971, p. 28).

O simpósio encerrou-se com a entrega de uma placa de prata com a inscrição:

DESENVOLVIMENTO SEM POLUIÇÃO

Ao Presidente Emílio G. Médici, homenagem dos participantes do I Simpósio sobre Poluição Ambiental, iniciativa da Comissão Especial sobre Poluição, da Câmara dos Deputados.

Brasília, 27 de agosto de 1971 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1971, p. 11).

Contudo, o Brasil demonstrou na Conferência de Estocolmo uma postura considerada “desenvolvimentista”, onde o meio ambiente não se sobreponha à necessidade econômica (GUSMÃO; DE MARTINI JR, 2009). Esta postura reativa foi seguida pela maior parte dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, para quem os princípios da conferência freariam suas pretensões ao crescimento econômico. Neste ponto, é importante a referência a Sachs (1996) que não considera crescimento econômico sinônimo de desenvolvimento, e por isto, adotou os termos *crescimento perverso* ou *mau desenvolvimento* para denominar o sistema de produção de riqueza que se acompanha da reprodução ampliada da pobreza, exclusão social e degradação ambiental.

A Declaração de Estocolmo (ONU, 1972), documento final da Conferência de Estocolmo, estabeleceu uma visão global e princípios comuns que serviram de orientação para a preservação e melhoria do ambiente através de vinte e seis

³ Custo de Oportunidade é o valor dos usos alternativos do recurso que tiveram que ser sacrificados para que este uso específico fosse realizado, ou seja, o uso do meio ambiente pode gerar externalidades (ou custos externos) que podem não estar incorporadas aos custos de mercado (SERÓA DA MOTTA, 1990).

princípios, que traziam conceitos embrionários no uso dos recursos naturais e na relação entre desenvolvimento econômico e capital natural:

Os recursos naturais da Terra [...] devem ser preservados em benefício das gerações atuais e futuras e [...] ao planejar o desenvolvimento econômico, deve ser dada a devida importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres. (ONU, 1972)

A relação neo-malthusiana entre crescimento demográfico e pressão sobre recursos naturais, abordada no relatório *Limites do Crescimento*, reaparece na Declaração de Estocolmo, no princípio 16, recaindo, principalmente, sobre os países pobres:

Nas regiões onde exista o risco de que a taxa de crescimento demográfico ou as concentrações excessivas de população prejudiquem o meio ambiente ou o desenvolvimento, ou onde, a baixa densidade de população possa impedir o melhoramento do meio ambiente humano e limitar o desenvolvimento, deveriam se aplicadas políticas demográficas que respeitassem os direitos humanos fundamentais e contassem com a aprovação dos governos interessados. (ONU, 1972)

Para Martine (1993, p. 23) é inapropriado atribuir os problemas ambientais graves em escala global às taxas de crescimento demográfico. Numa ponderação ainda válida para os dias atuais, o autor afirma que, de fato, há correlação entre o “complexo pobreza / crescimento demográfico acelerado / tamanho populacional / subdesenvolvimento” e problemas ambientais de âmbito local, regional ou nacional, porém, excetuando-se os casos do Brasil, Índia e China, os países industrializados são os responsáveis pelos piores problemas de degradação ambiental, como o efeito estufa e o esgotamento de recursos não-renováveis, especialmente combustíveis fósseis.

Atualmente, esta afirmação da maior influência dos países industrializados sobre o meio ambiente é verificada por um dos métodos mais utilizados para a avaliação do grau de sustentabilidade entre países, o *Ecological Footprint Method*, conhecido como Pegada Ecológica. Este método inverte a interpretação tradicional e, ao invés de avaliar a pressão da população em uma determinada área geográfica, calcula a área requerida para o consumo de energia, recursos naturais e capacidade de absorver os resíduos de uma determinada população (VAN BELLEN, 2004, p. 68).

Retornando a Martine (1993, p. 27), o principal problema ambiental global é o relacionado com o modelo de desenvolvimento e padrões de produção e consumo característicos dos países industrializados. Por esta ótica, países com a dimensão demográfica como a China, Índia e Brasil, ao alcançarem o desenvolvimento com os padrões consumistas dos países ricos, teriam a melhoria do bem estar da população acompanhada pelo aumento do consumo, tornando insustentável a situação ambiental global. “Assim, o não-crescimento dos países pobres é, paradoxalmente, uma necessidade política dos países desenvolvidos”.

1.2.2.3 Ecodesenvolvimento

Em 1973, surgiu o conceito de ecodesenvolvimento, de autoria de Maurice Strong (DIEGUES, 1992), posteriormente desenvolvido por Sachs, baseado na utilização criteriosa de recursos naturais de cada ecossistema pelas populações locais.

Sachs (1993) ressalta que, independentemente de haver grandes diferenças entre as classes sociais mais favorecidas e as menos favorecidas economicamente, ambas possuem necessidades compartilhadas quanto à preservação dos recursos naturais, pois vivem dentro do mesmo limite geográfico da biosfera, sendo os seguintes fatores-chave na discussão sobre sustentabilidade:

- 1) Necessidade de conter o consumo excessivo;
- 2) A concepção de que os sistemas econômicos dependem dos sistemas ecológicos;
- 3) É preferível subestimar o "poder" do ajuste tecnológico;
- 4) Introdução do conceito de capital natural;
- 5) Ampliação dos critérios para estimar valor.

Sachs (1993, 2008) também elencou nove dimensões necessárias para a sustentabilidade: social, econômica, ecológica, geográfica, cultural, ambiental, territorial, política nacional e política internacional. Para as dimensões ecológicas e ambientais os alicerces da sustentabilidade são:

- 1) A preservação do potencial da natureza para a produção de recursos renováveis;
- 2) A limitação do uso de recursos não renováveis;
- 3) A capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

Na dimensão cultural este autor destaca a impossibilidade de forçar padrões de desenvolvimento que não correspondam à cultura de um dado grupo ou povo (SACHS, 1996). A dimensão de sustentabilidade territorial, um dos elementos essenciais da crise sócio-ambiental, passa pela má distribuição dos homens e das atividades humanas no planeta (SACHS, 1996).

A dimensão econômica deve ser contemplada em políticas públicas do ponto de vista macrossocial, para se diferenciar da dimensão econômica empresarial que pode ter alta rentabilidade à custa da imposição de custos sociais e ecológicos externalizados, sendo eficiente no patamar microeconômico, porém socialmente ineficiente (SACHS, 1996).

Sachs (2008) alerta para a importância de expandir a perspectiva de tempo e espaço, pois além das ações antrópicas ultrapassarem os limites geográficos podendo afetar todo o planeta, os sistemas econômicos tradicionais adotam ordens de grandeza de tempo com uma perspectiva de anos-décadas, enquanto pelos sistemas ecológicos esta se amplia para séculos-milênios.

Ao contrário do processo inicialmente imaginado de se reproduzir o modelo de desenvolvimento dos países industriais nos países periféricos, Sachs (1996) alertou, há mais de uma década, para a possibilidade de *terceiromundialização* do planeta inteiro, por problemas nos países industrializados relacionados com a exclusão social, segregação espacial, pobreza endêmica e até da população sem teto.

1.2.2.4 Relatório Brundtland

Em 1987, na busca por um novo padrão de desenvolvimento econômico, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente da ONU realizou o estudo *Nosso Futuro Comum* também conhecido por Relatório Brundtland em referência a primeira-

ministra da Noruega, Gro Brundtland. Este documento redefiniu a pauta política ambiental internacional ao repaginar o conceito de *desenvolvimento sustentável*, definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (UNITED NATIONS, 2012b).

O desenvolvimento sustentável pelo Relatório Brundtland traz inserida uma meta móvel ao buscar o equilíbrio para atender as demandas presentes, que se alteram ao longo do tempo, sendo, portanto um conceito dinâmico ao não envolver limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social sobre os recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera em absorver os efeitos das atividades humanas (LEMOS, 1993).

A definição do conceito de desenvolvimento sustentável do Relatório Brundtland de um crescimento econômico ilimitado com a diminuição das desigualdades sociais e a preservação dos recursos naturais, foi popularizada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Temas como a biodiversidade, sociodiversidade, justiça social, direitos humanos e desenvolvimento social foram interligados pelo conceito de desenvolvimento sustentável, buscando a sua operacionalização através da criação da Agenda 21.

Em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+20, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, com o intuito de renovar o compromisso político para o desenvolvimento sustentável, analisar o sucesso de dificuldades na implementação dos compromissos da Conferência de 1992 e planejar os novos desafios. Os dois grandes temas da Rio+20 foram a economia verde e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2012). O documento político final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, “The Future We Want”- “O Futuro que Queremos”, procrastinou a adoção de metas concretas e políticas públicas, refletindo uma disputa político-econômica entre os países.

1.2.3 Críticas contrárias ao conceito de desenvolvimento sustentável

Diversos autores analisaram a legitimização do conceito teórico de desenvolvimento sustentável, tais como Montibeller Filho (2000), Robson (2004), Viola e Leis (1995), Viola (1998), Frey (2001), Redclift (2006), Carneiro (2005), Latouche (2009) e Veiga (2008).

Para Montibeller Filho (2000) o conceito amplo e vago de desenvolvimento sustentável permite apropriações diferenciadas e ideologizadas por segmentos sociais de interesse. Robson (2004) acredita que o motivo para o termo ser vago e aberto é permitir a abordagem adequada na esfera política e, mais do que uma visão científica imparcial, os diferentes significados de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade tendem a refletir a posição política e filosófica de quem os define.

Da mesma forma, ao analisar os estudos acadêmicos sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, Viola e Leis (1995, p. 78) concluem que o “amplo espectro de suas significações tende a fortalecê-lo politicamente muitas vezes à custa do enfraquecimento de seus conteúdos científicos”.

Por seu referencial político consolidado, mesmo não alcançando o consenso entre as diversas abordagens político-teóricas sobre o conceito, este se institucionalizou mundialmente pela elaboração da Agenda 21 Global e seus desdobramentos (CAPES, 2012).

Uma questão no embate sobre a definição do conceito é a leitura de desenvolvimento como sinônimo de crescimento e, portanto, o desenvolvimento sustentável estar atrelado ao crescimento econômico. Por isto, a preferência pelo termo *sustentabilidade*, no lugar de desenvolvimento sustentável. O primeiro é considerado mais adequado, pois o enfoque da *sustentabilidade* não é o crescimento econômico e se concentra na capacidade dos seres humanos em continuar a viver nos limites do sustentável. Inicialmente foi adotado pela academia e ONGs, sendo incorporado, posteriormente, pelo setor privado e governamental (ROBSON, 2004).

Para alguns autores, o desenvolvimento sustentável ignora a relação de forças políticas. Assim, Frey (2001) defende a hipótese de que o obstáculo para o desenvolvimento sustentável não se restringe ao gerenciamento dos recursos naturais ou a auto-regulação do mercado com a pressão da concorrência e dos

consumidores conscientes. Para ele, o desafio maior está relacionado com a questão política e de exercício de poder, pois as negociações de acordos e a implementação de estratégias de políticas públicas são pautadas pelos sistemas políticos e econômicos, ineficazes para traduzir as demandas sócio-ambientais em um modelo alternativo de desenvolvimento que deveria privilegiar o bem comum, provocando a falta de compromisso com o desenvolvimento sustentável, com resultados aquém das metas estabelecidas nas conferências internacionais e políticas públicas insustentáveis adotadas pelos países. Em 2012, observou-se na Rio+20 que a atual morosidade e falta de prioridade para um acordo mundial para a redução de gases de efeito estufa reflete esta disputa político-econômica entre os países.

Ainda na esfera das forças políticas, mas no contexto do modelo de desenvolvimento econômico pautado na globalização da economia de mercado, Viola (1998, p. 3) enfatizou a redução parcial da influência do Estado-nação como agente regulador da sociedade e constituidor das identidades, substituída por uma maior “interdependência complexa-assimétrica” entre os países e considerou o fenômeno da globalização como o resultado da interrelação de seis dimensões: militar, econômico-financeira, comunicacional-cultural, científico-tecnológica, política e ecológico-ambiental, qualificando esta última como a mais poderosa dimensão dos processos de globalização por repercutir na atividade científica e nos conceitos básicos para conhecer a realidade social e natural em escala planetária no lugar do conceito mais limitado de realidades sociais dos países.

Desta forma, os embates nas questões de meio ambiente e desenvolvimento entre os poderes políticos em escala mundial são travados entre três fragmentações principais definidas por Viola (1998): os Nacionalistas, cujos interesses e orientação estão dentro do Estado-nação, versus os Globalistas, cujos interesses e orientação são em escala mundial; os Sustentabilistas, que assumem a proteção ambiental conjugado com o desenvolvimento econômico contra os Predatórios, favoráveis ao desenvolvimento econômico desatrelado da proteção ambiental; e por fim, os Progressistas, favoráveis a limitada redistribuição progressiva de renda versus os Conservadores, que são as forças que mantêm o *status quo* do ponto de vista social.

A enorme complexidade das tomadas de decisões nos fóruns internacionais que discutem a pauta política ambiental internacional pode ser inferida através das

oito grandes forças atuantes identificadas por Viola através da combinação destas três fragmentações: Nacionalistas Conservadores, Nacionalistas Progressistas, Nacionalistas Conservadores Sustentabilistas, Nacionalistas Progressistas Sustentabilistas, Globalistas Conservadores, Globalistas Progressistas, Globalistas Conservadores Sustentabilistas e Globalistas Progressistas Sustentabilistas.

No contexto atual de globalização, o processo de produção é distribuído mundialmente ao sabor das vantagens econômicas competitivas e o aproveitamento das oportunidades de redução de custos, com as atividades intensivas no uso de recursos naturais e elevado impacto ambiental migrando para os países de economia periférica, em geral ocupando áreas habitadas por populações de baixa renda e criando a desigualdade ecológica entre as nações, classes e grupos sociais (CARNEIRO, 2005). Este fenômeno foi definido por Costa e Porto-Gonçalves (2006, p. 101) como “geografia desigual de proveitos e rejeitos”, exemplificado pelas plantações de eucalipto com alta demanda recursos naturais, transferida do primeiro para o terceiro mundo.

A distribuição espacial da degradação ambiental também foi abordada por Mattos, Porto e Freitas (1995) que destacaram questões sócio-econômicas e políticas fundamentais para o entendimento da realidade brasileira e para corroborar, aqui nesta tese, o potencial antagonismo entre o discurso da excelência em sustentabilidade apresentados pelas empresas e suas práticas reais, quais sejam:

- A divisão internacional do trabalho e dos riscos, com processos incompletos de transferência de tecnologia que acentua os riscos de acidentes e poluição ambiental;
- A iniquidade dos modelos de desenvolvimento vigentes cujos efeitos ambientais negativos concentram-se nos grupos sociais excluídos;
- A análise dos processos decisórios envolvendo as políticas e o controle de riscos específicos, incluindo as características de participação e controle social destes processos pelos diversos atores envolvidos.

Nesta divisão internacional do trabalho e dos riscos, Martine (1993, p. 36) classifica como “novas vantagens comparativas” baseadas em “desvantagens relativas de negociação”, ou seja, as vantagens de países pobres são de caráter

negativo, como falta de organização política, inoperância de movimentos sindicais e falta de oposição à degradação.

Assim como a definição de desenvolvimento sustentável, a questão ambiental é conflitiva por essência, pois envolve os diferentes usos e significados do meio ambiente em função das diferentes visões de mundo. Conflitos sociais passaram a ser vistos como ambientais (ACSELRAD, 2004).

Neste sentido, Acselrad (2004) classifica os conflitos sociais em dois tipos: o conflito por distribuição de externalidades, quando os geradores de impactos externos não assumem a responsabilidade por suas consequências, e o conflito pelo acesso e uso de recursos naturais, pela dificuldade de se definir o proprietário dos recursos naturais.

Outros autores criticam o desenvolvimento sustentável por este trazer na sua concepção a crença nas forças do mercado como solução dos problemas ambientais. Por isto, para Veiga (2008), o desenvolvimento não pode ser sustentável, pois o aumento constante da produção de bens e serviços é feito com o aumento do consumo de recursos naturais, acarretando o seu esgotamento, e não há evidência da possibilidade de desacoplar o crescimento econômico do aumento do seu impacto ambiental.

Frey (2001, p. 3) destaca as limitações do desenvolvimento sustentável concebida pelo Relatório Brundtland, sendo considerado como representativo da abordagem econômico-liberal de mercado que pressupõe a necessidade de crescimento econômico para garantir a redução da pobreza e um desenvolvimento compatível com as exigências ambientais. O autor sublinha que a proposta de desenvolvimento sustentável do relatório Brundtland tornou-se “aceitável e digerível” para os países dominantes na hierarquia econômica e geopolítica por priorizar as preocupações relacionadas com a poluição provocada pela pobreza, ao invés da crítica ao modelo de desenvolvimento dos países industrializados.

Ainda, segundo Frey (2001) esta abordagem econômico-liberal é alinhada com a abordagem tecnocrata de planejamento em que a superação de problemas ambientais é obtida por meios gerenciais dentro de uma perspectiva tecnocrata. Para o autor é necessária uma reforma democrática do Estado e do sistema político, com uma abordagem política de participação democrática, principalmente nos países em desenvolvimento.

A abordagem tecnocentrista acredita na conciliação de desenvolvimento e proteção ambiental pela solução da ecoeficiência que busca a redução do impacto ecológico e a menor intensidade de uso dos recursos naturais. Porém, esta maior eficiência por unidade de mercadoria produzida é invalidada pela multiplicação de unidades vendidas, no caso de existir o crescimento econômico, perpetuando a degradação ambiental (LOUETTE, 2007).

Redclift (2006) ao analisar os diferentes discursos para o termo “desenvolvimento sustentável”, considerou este como um paradoxo ao colocar dois conceitos opostos numa só expressão, formando assim um terceiro conceito que instigou interpretações discursivas. A análise destes discursos sugeriu a necessidade de corrigir as anomalias das políticas econômicas, pois mesmo revestidos em nova linguagem, como cidadania e direitos, os novos discursos em torno da sustentabilidade camuflavam conflitos do passado relacionados com as questões de justiça social e equidade, incorporados dentro de questões ambientais (REDCLIF, 2006).

A crítica ao desenvolvimento sustentável como estratégia para melhorar a qualidade de vida e o bem estar da humanidade foi abordada por diferentes autores. Para Serge Latouche (2009, p.7) desenvolvimento sustentável é um pleonasma na definição, porque o desenvolvimento já é sustentável por si mesmo, e um paradoxo no conteúdo, pois desenvolvimento econômico é insustentável socio-ambientalmente. O autor a considera uma expressão “balaio de gatos”, “impressa até nos pacotes do café Lavazza...”.

Porto (2012, p.40) sublinha a crítica ao modelo de desenvolvimento sustentável por sua desigualdade, insustentabilidade e destruição de alternativas, ilustrada pela redução da pobreza com a “inserção de classes populares num ideário consumista de classe média” de forma injusta e insustentável, como o aumento da frota urbana de carros acarretando mais engarrafamentos, mais tempo no trânsito e menos qualidade de vida. Ou seja, o aumento do consumo que representaria maior bem estar para a população, com base no modelo existente nos países industrializados, pode se tornar antagônico ao bem estar da própria população.

Para Boff (2006), o modelo globalizado de “desenvolvimento” é fundamentado na exploração sistemática e sem limites dos recursos da terra para aumentar a produção, o consumo e produzir riqueza econômica, provocando crescente desigualdade social por suas características de competição e concorrência.

Boff (2006) reconhece a utilidade pontual do conceito “desenvolvimento sustentável” em regiões delimitadas e em ecossistemas definidos, exemplificado pelo manejo sustentado da floresta através da sua população. Diegues (1992, p. 28) sugere a perspectiva da “sociedade sustentável”, conceito trabalhado por Chambers (2003), em que cada sociedade define seus próprios padrões de produção, consumo e bem estar seguindo suas tradições culturais, seus parâmetros próprios e composição étnica.

Sob uma perspectiva original e tendo como base que o crescimento econômico não é sustentável para o ecossistema global, pois os recursos naturais são limitados para sustentar um crescimento constante, Nicholas Georgescu-Roegen cunhou o conceito político e econômico de “Decrescimento”. O decrescimento se contrapõe ao pensamento econômico dominante de que o aumento do valor de produção é um objetivo permanente (LOUETTE, 2007).

Serge Latouche, referência mundial no conceito de decrescimento, argumenta que o “decrescimento” não é o “crescimento negativo” e pretende enfatizar o abandono do crescimento ilimitado e ser um “projeto alternativo para uma política do após-desenvolvimento”. O autor discute que a sociedade tem como fim “o crescimento pelo crescimento”, sendo a proposta de decrescimento um questionamento desta lógica e propõe como entrar no “circulo virtuoso do decrescimento sereno” desencadeado por oito mudanças interdependentes que se reforçam mutuamente, seus 8 R’s (LATOUCHE, 2009, p. 43-58):

- Reavaliar: promover os valores morais que deveriam predominar sobre os valores dominantes atuais;
- Reconceituar: reavaliar valores acarreta em outra maneira de apreender a realidade;
- Reestruturar: adaptar os processos produtivos à mudança de paradigma de produção;
- Redistribuir: distribuir as riquezas e o acesso ao patrimônio natural;
- Relocalizar: produzir localmente, limitando os movimentos de mercadorias e de capitais;
- Reduzir: diminuir o impacto da produção e consumo sobre a biosfera;
- Reutilizar/Reciclar: reduzir o desperdício.

1.2.4 Do desenvolvimento sustentável para a economia verde

Em 2011, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (2011) no documento “Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão” define o conceito de “economia verde” como uma economia que resulta em melhoria do bem estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica.

Para Tavares (2011), o significado do termo economia verde ainda é objeto de debate e pode adquirir significados distintos em países e contextos diferentes.

Inversamente, Sawyer (2011, p. 36) considera o termo economia verde “praticamente consensual” e parece uma alternativa ao “desgastado ou esvaziado” desenvolvimento sustentável. Contudo, o autor recomenda cuidados na substituição de um termo pelo outro. Por exemplo, o emprego do termo com efeitos pontuais ou na aplicação em assuntos e espaços geográficos menos importantes, sem a manutenção de diversos ecossistemas e sem atender às necessidades presentes e futuras. Falta à economia verde o respaldo político e “pode ser pior que desenvolvimento sustentável em termos de seu significado implícito e seus possíveis usos e abusos”, com risco de se resumir a atividades ou projetos verdes “atualmente na moda”, sem mudar os padrões de produção e consumo insustentáveis. “A economia verde facilmente acaba se tornando lavagem verde cosmética (*greenwashing*)”. Ao concluir, Sawyer acredita que a economia verde e o desenvolvimento sustentável devem ser promovidos. “O primeiro seria mais concreto, instrumental e popular e o segundo, mais abstrato, diplomático e governamental”.

Para Viola (2011), uma dimensão fundamental de uma economia internacional verde é a baixa intensidade de emissão de carbono.

Seroa da Motta (2011) explica que o conceito de economia verde significa que o crescimento econômico pode estar baseado em investimentos em capital natural, com a migração da economia baseada em tecnologias “sujas” para tecnologias “limpas” e que relatório do PNUMA, com as diretrizes sobre economia verde, procura demonstrar que esta transformação pode ser alcançada sem perdas de renda e emprego e com a redução da pobreza.

Para Yong (2011), o conceito de economia verde propõe a expansão de setores de baixo impacto ambiental, através do incentivo de ações como tecnologias limpas, energias renováveis, transportes verdes, gestão de resíduos, prédios verdes, agricultura sustentável, manejo florestal e pagamento por serviços ambientais.

Apesar do documento do PNUMA explicitar que “o conceito de uma economia verde não *substitui* desenvolvimento sustentável” (PNUMA, 2011, p.1, grifo do autor), ao analisar o documento oficial do PNUMA sobre economia verde, Boff (2012) conclui que a ONU tem consciência do desgaste da expressão “desenvolvimento sustentável” e que a economia verde não difere do desenvolvimento sustentável. “No fundo, trata-se da mesma coisa”.

De fato, termos como *desenvolvimento econômico* e *desenvolvimento sustentável* são evitados no conteúdo do documento do PNUMA, chegando a ser substituídos, numa volta ao começo, pelo outrora desgastado termo iluminista *progresso*, como *progresso econômico* e *progresso econômico sustentável* (PNUMA, 2011, p. 3, 6 e 37). Boff (2012) elencou os seguintes pontos positivos neste documento:

1. A proposta de recuperação das áreas verdes, desmatadas ou degradadas e a manutenção das florestas existentes;
2. Sinalizar a valoração econômica do capital natural;
3. Outro modo de produção que respeite o alcance e os limites de um determinado bioma.

Por fim, Boff alerta que a economia verde pode representar a “vontade altamente perversa” de fazer negócios com os bens comuns.

Na análise de d'Avignon e Caruso (2011) o documento do PNUMA apresenta uma visão excessivamente otimista em relação aos efeitos da transição para uma economia verde, sendo consideradas decisivas para esta transição as soluções locais para inovações vocacionais e a participação das comunidades afetadas. Os autores ressaltaram a exclusão dos países industrializados na discussão dos setores que mais geram emissões de gases do efeito estufa, excetuando-se transporte e energia renovável, esta última enfocada principalmente no uso da terra, como agricultura e florestas, nos países em desenvolvimento, faltando soluções para “descarbonizar” as economias industrializadas e os mecanismos para “esverdear” as economias dos países em desenvolvimento.

O enfoque no documento do PNUMA nos setores de agricultura e floresta dos países em desenvolvimento como grande geradores de emissões de gases do efeito estufa retorna com Young (2011), ao chamar a atenção para a tendência acentuada nos últimos anos dos países latino-americanos exportarem justamente para os países industrializados seus recursos naturais e bens industriais intensivos em poluição durante seu processo de produção.

Os debates entre governos sobre economia verde e mecanismos de transferência de tecnologia limpa para os países em desenvolvimento trazem as visões diferentes do papel da cooperação internacional e da importância das responsabilidades históricas, presentes também na definição de desenvolvimento sustentável e nas dificuldades de acordos sobre mudanças climáticas (TAVARES, 2011).

1.2.5 Considerações sobre o desenvolvimento sustentável

Através da revisão da literatura técnica e científica sobre desenvolvimento sustentável verificou-se que este tem sido analisado por diferentes perspectivas, principalmente no que se refere à dimensão política, em função das diferentes concepções de mundo e de interesses.

Estas divergentes perspectivas políticas, acirradas por confrontos de interesses, poderes e estilos de sociedades, muitas vezes antagônicos, transformam-se em barreiras; presentes nas discussões desde os anos 1970, como no Relatório Meadows; e impedem, ou dificultam enormemente, o exercício de “descarbonização” dos países industrializados e o “esverdeamento” das economias em desenvolvimento.

Portanto, existe uma enorme complexidade para a superação de uma estratégia de crescimento econômico obtida com a degradação do capital natural e prejuízos sociais até se atingir um novo modelo de desenvolvimento que contemple a internalização destes custos, reconhecendo o valor da riqueza natural e a inclusão social.

Este grau de complexidade se reflete na mimetização da aplicação do termo desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade, que muitas vezes parece ser apenas o antigo progresso industrial repaginado.

1.3 A Teoria dos *Stakeholders*

A reputação das organizações empresariais como uma das principais atividades impulsionadoras do desenvolvimento da humanidade, através dos benefícios advindos de suas atividades, produtos e serviços, ficou seriamente comprometida em função do aprimoramento da consciência sócio-ambiental e política do público em geral, tornando-se um paradoxo: a empresa que cria a riqueza, também pode causar o mal (GUSMÃO; DE MARTINI JR, 2009).

Em geral, este malefício é provocado pela empresa ao buscar resultados que maximizam as riquezas para seus proprietários ou investidores e externalizam seus custos para outras pessoas; físicas ou jurídicas. A recente Norma ISO 26000, Diretrizes sobre responsabilidade social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), 2010), define como “parte interessada” este indivíduo ou grupo que tem um interesse em quaisquer decisões ou atividades de uma organização. A tradução inglesa para partes interessadas é *stakeholders*, palavra amplamente adotada nas linhas de pesquisa que tratam deste assunto.

Para Savitz (2007, p. 65 e 83) a rede de *stakeholders* atuais tornou-se mais “vociferante, qualificada, influente, perseverante e eficaz do que em qualquer outra época”, sendo “a importância crescente dos *stakeholders* o elemento isolado mais importante no que chamamos de Era da Responsabilidade”. Por consequência, a partir dos anos 1980, com as iniciativas nas questões de responsabilidade social corporativa, as expectativas das partes interessadas, tais como empregados, consumidores e comunidades, começaram a ser mais consideradas nas demandas que as empresas devem atender visando o sucesso organizacional, além da prestação de contas com seus proprietários e investidores (GREENWOOD, 2001).

Pela Norma ISO 26000, *responsabilidade social* é definida como a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que (ABNT, 2010, p. 4):

- contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e bem-estar da sociedade;
- leve em consideração as expectativas das partes interessadas;

- esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento; e
- esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações.

Ademais, a complexidade da sociedade atual, marcada por incertezas, impõe às organizações contemporâneas, além de ameaças e oportunidades, também conflitos em função de uma pluralidade de interesses contraditórios de diferentes partes interessadas, podendo gerar instabilidade nas relações intra e inter-organizacionais. Portanto, é um desafio o aperfeiçoamento do gerenciamento dos *stakeholders* diretos e indiretamente envolvidos nas decisões estratégicas para se alcançar níveis desejáveis de sustentabilidade organizacional (MARTINS; FONTES FILHO, 1999).

Buysse e Verbeke (2003) sugerem que o gerenciamento de *stakeholders* não se limite na criação de valor para o acionista, devendo ser ampliado para atender as expectativas e os interesses de uma grande variedade de partes interessadas relevantes. Da mesma forma, em outras palavras, para Roberto e Serrano (2007) o processo de criação (ou destruição) de riqueza por uma organização acontece com o relacionamento entre esta e seus *stakeholders*.

1.3.1 Definições de *stakeholders*

Mitchell, Agle e Wood (1997) identificaram 28 definições de *stakeholders* na literatura pesquisada e consideraram a definição de Edward Freeman como uma das mais amplas, pois engloba todos os atores. E estes têm uma interferência em mão dupla, ou seja, podem ser impactados ou impactar no negócio da organização, independente da reciprocidade do impacto. A definição é: “qualquer grupo ou indivíduo que afeta ou é afetado pelo atendimento dos objetivos de uma organização”⁴ (FREEMAN *apud* MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997, p. 856, tradução nossa).

⁴ O texto em língua estrangeira é: “any group or individual who can affect or is affected by the achievement of the organization's objectives”.

Nota-se que a Norma ISO 26000 adotou, em 2010, uma definição ampla para partes interessadas, já descrita neste texto, aparentemente próxima da definição de Freeman, porém bem menos contundente ao generalizar, ou deixar subtendido, através do “interesse em quaisquer decisões ou atividades da organização”, o ato de ser impactado pelos resultados. Além disto, “ter interesse” exclui os indivíduos ou grupos incautos ou indiferentes que podem ser impactados pela organização e possuir legitimidade legal de serem considerados como interessados. Por fim, a definição da ISO 26000 não inclui a demanda em mão dupla no sentido de afetar as decisões da organização.

A definição de Freeman está representada na Figura 1 com o modelo da relação dos *stakeholders* com a organização, em que todos participam sem prioridades de interesses sobre os outros e com as setas nos dois sentidos indicando a mão dupla em afetar e ser afetado (DONALDSON; PRESTON, 1995).



Figura 1 – Modelo de *Stakeholders*
Fonte: DONALDSON; PRESTON, 1995, p. 69.

Em 1984, a definição de Freeman foi apresentada em seu livro *Strategic Management: A Stakeholder Approach* que incorporou definitivamente o termo e o interesse sobre o assunto nas agendas acadêmica e empresarial relacionadas com gerenciamento estratégico, sendo estudado por diversas perspectivas, variando da

estratégia empresarial até uma abordagem moral relacionada com o equilíbrio dos interesses de todas as partes interessadas (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

De um modo genérico, as definições de *stakeholders* são alocadas em duas categorias:

Uma categoria que aloca as definições restritas, que incluem grupos vitais para a sobrevivência e sucesso da organização, como empregados, gerentes, fornecedores, proprietários, acionistas e clientes (DONALDSON; PRESTON, 1995).

De maneira pragmática, Mitchell, Agle e Wood (1997, p.857, tradução nossa) expõem que as definições restritas baseiam-se “na realidade dos recursos limitados, tempo e atenção limitados, e paciência limitada dos gestores para lidar com limitações externas”⁵.

A outra categoria inclui as definições amplas, em que qualquer indivíduo ou grupo pode afetar ou ser afetado pela organização. Nesta definição, segundo Greenwood (2001, p.3, tradução nossa), “o gerente enfrenta um desconcertantemente complexo conjunto de demandas”⁶, sendo essencial que qualquer modelo de teoria de *stakeholders* disponível na literatura ofereça uma hierarquização destes *stakeholders*.

Para Donaldson e Preston (1995), uma definição excessivamente ampla inclui atores sem participação específica na empresa, como concorrentes, tornando-se uma contradição, pois, competidores não buscam benefícios com o sucesso do concorrente. Entretanto, Post, Preston e Sachs (2002) lembram que empresas concorrentes possuem interesses comuns na reputação de seus mercados e atividades, podendo ter benefícios ou prejuízos com o resultado das ações de seus pares, exemplificando com as acusações contra a empresa Arthur Andersen que abalaram o mercado financeiro e a atividade de auditoria contábil nos Estados Unidos.

Para Clarkson (1995), os *stakeholders* podem ser primários ou secundários, conforme sua importância para a sobrevivência da empresa, sendo os primários essenciais por participarem de suas transações formais, como empregados,

⁵ O texto em língua estrangeira é: “on the practical reality of limited resources, limited time and attention, and limited patience of managers for dealing with external constraints”.

⁶ O texto em língua estrangeira é: “the manager faces a bewilderingly complex set of claims”.

fornecedores e organizações governamentais de controle, e os secundários não vitais para a sobrevivência, como a mídia e comunidade.

Machado Jr. (2009) argumenta que as distinções de Clarkson têm utilidade para os que são considerados centrais, porém a classificação dos secundários não abrange aqueles que podem adquirir poder para influenciar a empresa.

Donaldson e Preston (1995) propuseram uma Teoria dos *Stakeholders* com alicerces na sociologia, comportamento organizacional e administração de conflitos, visando a inclusão de princípios morais e éticos nos negócios. Esta teoria pondera que os *stakeholders* possuem interesses a serem considerados na gestão corporativa para prover os recursos necessários na obtenção dos benefícios para os *stakeholders* selecionados como legítimos.

Para Martins e Fontes Filho (1999) a grande contribuição da Teoria dos *Stakeholders* foi trazer uma ampliação do campo de visão organizacional, principalmente por existir enfoques reducionistas centrados nos privilégios de interesses dos acionistas e investidores ou nos interesses do cliente com a gestão da qualidade do produto e serviço.

Na Teoria dos *Stakeholders* existem diversas formas de identificar as partes interessadas, visando objetivos distintos, conforme elencado por vários autores, tais como Greenwood (2001), Mitchel et. al. (1995), Donaldson e Preston (1995) e Clarkson (1995).

As diferentes abordagens sobre o interrelacionamento entre empresa e partes interessadas geram divergências de definições e conceitos entre os estudiosos da Teoria dos *Stakeholders*. As causas de discrepâncias estão relacionadas, conforme esclarecem Donaldson e Preston (1995), aos diversos objetivos de pesquisa que exigem distintas metodologias, tipos de evidências, critérios de validação e, por fim, diferentes consequências e resultados, sendo classificado por estes autores em três tipos de usos da teoria:

- **Descritivo/Empírico:** a teoria é usada para descrever a realidade observada e explicar características e comportamentos corporativos com relação aos seus *stakeholders*.
- **Instrumental:** combinada com dados descritivos e empíricos, quando disponíveis, a teoria é empregada para identificar as conexões entre a gestão dos *stakeholders* e o desempenho corporativo comumente pretendidos.

- **Normativo:** a teoria é utilizada para interpretar a função da organização, incluindo a orientação de valores e obrigações morais para a operacionalização e gerenciamento das empresas.

Para os autores estes três aspectos coexistem na Teoria dos *Stakeholders* como se fossem círculos concêntricos. O aspecto normativo é o círculo central, pois através de sua fundamentação moral é que se terá a base para a gestão dos *stakeholders*. Campos (2006) destaca que é no campo normativo que se concentram os debates entre os estudiosos, pois a discussão sobre uma teoria para *stakeholders* envolve a ética.

O aspecto descritivo é o círculo mais externo ao descrever a realidade dos relacionamentos no mundo exterior que é suportado pelo círculo intermediário que representa o aspecto instrumental da teoria que identifica a correlação entre práticas e resultados (DONALDSON; PRESTON, 1995).

Diferentemente da definição ampla, que enfatiza o poder do *stakeholder* para influenciar a empresa com reivindicações legítimas ou não, as definições mais restritas enfocam apenas o atributo da legitimidade. Pouco para avaliar a relevância dos *stakeholders*, por identificar somente os grupos com relevância direta nos interesses econômicos da empresa, favorecendo alguns detentores de interesses legítimos, diferente da complexidade do mundo real quando as empresas podem ser afetadas ou afetar quase todos (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

Post, Preston e Sachs (2002) analisaram a Teoria dos *Stakeholders* em empresas estendidas, cujos modelos organizacionais transcendem os limites tradicionais da empresa, envolvendo todos ou alguns dos fornecedores da sua cadeia de suprimentos.

Em empresas estendidas, originadas, entre outros motivos, pela atual economia globalizada, a competitividade entre empresas concorrentes ocorre não apenas entre si, mas entre as cadeias de valor nas quais elas se inserem, não sendo apenas uma dependência financeira mútua dentro da cadeia de suprimentos, também envolvendo reputação e considerações legais, como os direitos do trabalhador e o controle da poluição (SAVITZ, 2007).

Por isto, Post, Preston e Sachs (2002) ampliaram o conceito de empresa estendida incluindo na cadeia de valor da empresa as interações com outros *stakeholders* internos e externos, sendo, a partir deste relacionamento, que a

empresa estendida cria, sustenta e melhora a capacidade de criar valor. O sucesso e perenidade da empresa são determinados pela habilidade do gestor da empresa em estabelecer e manter relacionamento com toda a rede de *stakeholders*, daí ser importante identificar quais são os *stakeholders* críticos. A partir deste conceito, os autores definiram que os *stakeholders* de uma organização são os indivíduos e grupos que contribuem, voluntariamente ou involuntariamente, para a sua capacidade e atividades de geração de riqueza, sendo, portanto, seus potenciais beneficiários e/ou prejudicados (POST; PRESTON; SACHS, 2002).

Assim como Mitchell, Agle e Wood (1997) alertam para a dinâmica de reconhecimento de *stakeholders*, podendo a identificação de quem é importante se alterar com o tempo, Post, Preston e Sachs (2002) destacam que qualquer *stakeholder* pode ser o mais crítico em um determinado momento. Portanto, é essencial que o gestor conheça o conjunto inteiro de *stakeholders* que devem ser gerenciados, pois eles são fontes definitivas de riqueza da organização. Para eles, os Relatórios *Triple Bottom Line*, que abordam os aspectos econômico, ambiental e social, refletem uma tentativa de conciliar as complexidades do contexto atual em que as empresas estão inseridas ao reconhecer a multiplicidade e diversidade de *stakeholders*, como clientes/não clientes e acionistas/não acionistas.

1.3.2 Hierarquização dos *stakeholders*

A alocação de recursos de uma organização para atender aos interesses de seus múltiplos *stakeholders* deve obedecer a uma escala de prioridades baseada em critérios consistentes para selecionar as partes interessadas relevantes e apoiar o estabelecimento dos objetivos que a empresa se propõe a atingir (HILL; JONES, 1992; DONALDSON; PRESTON, 1995; GREENWOOD, 2001).

Mitchell, Agle e Wood (1997) desenvolveram uma teoria normativa de identificação de tipos de *stakeholders* baseada na hipótese que apenas três atributos (poder de influência do *stakeholder*, legitimidade do relacionamento do *stakeholder* com a organização e a urgência da reivindicação) definem quem não é e quem é um *stakeholder*, sua tipologia e relevância.

Os autores acataram a proposição de Hill e Jones (1992) de que a percepção de qual *stakeholder* é relevante deve ser do gestor da empresa, pois este é o único *stakeholder* que possui um relacionamento com todos os outros *stakeholders*, além de ter o controle direto sobre a tomada de decisões da empresa.

A análise da relevância do *stakeholder* é realizada pela classificação de acordo com as várias combinações destes três atributos (poder, legitimidade e urgência).

A Figura 2 apresenta uma ilustração alternativa à linguagem da Teoria dos Conjuntos do artigo de Mitchell, Agle e Wood (1997) visando distribuir a coleção de atributos em um formato que permita uma diferente visão espacial do interrelacionamento entre eles, além de incluir o grau de relevância de cada tipologia.

ATRIBUTOS	Poder	Legitimidade	Urgência
Poder	RELEVÂNCIA BAIXA Adormecido	RELEVÂNCIA ELEVADA Definitivo	
Legitimidade	RELEVÂNCIA MODERADA Dominante	RELEVÂNCIA BAIXA Arbitrário	
Urgência	RELEVÂNCIA MODERADA Perigoso	RELEVÂNCIA MODERADA Dependente	RELEVÂNCIA BAIXA Reivindicador

Figura 2 – Relevância e Tipologia de *Stakeholder*

Fonte: O autor, 2013. Adaptado de MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997, p. 874.

Não são considerados como *stakeholders* as entidades que não possuem pelo menos um dos atributos, não sendo entidades relevantes para a organização.

O *stakeholder* possui relevância **baixa** quando é percebido pelo gestor da empresa apenas um dos atributos (poder, legitimidade ou urgência), podendo não ter ação nenhuma ou não se esforçar para reconhecer a existência dessa parte interessada. Os autores destacam que como os atributos são dinâmicos, e podem se alterar com o tempo, um *stakeholder* com apenas um atributo percebido pode tornar-se mais relevante caso adquira pelo menos mais um dos outros dois atributos. Estes *stakeholders*, denominados **Latentes**, são classificados conforme o tipo de atributo conforme a seguir:

Adormecido: quando se percebe que o único atributo do *stakeholder* é o poder de impor a sua vontade perante a empresa, porém sem legitimidade ou urgência da reivindicação.

Arbitrário: quando o único atributo do *stakeholder* é a legitimidade, porém sem o poder de influência ou urgência da reivindicação, não havendo pressão sobre

os gestores para o envolvimento com este *stakeholder*. Ou seja, um *stakeholder* pode ter uma legítima reivindicação, como, por exemplo, com suporte em um requisito legal, "mas caso não tenha poder de impor sua vontade ou a percepção de que seu pedido é urgente, não vai conseguir relevância para os gestores da empresa"⁷ (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997, p. 866, tradução nossa).

Reivindicador: quando o único atributo do *stakeholder* é a urgência da reivindicação, porém sem o poder de influência e sem legitimidade. Apenas urgência não garante a relevância da parte interessada, só alcançada quando combinada com poder e/ou legitimidade.

A relevância do *stakeholder* é **moderada** quando são percebidos dois atributos (poder, legitimidade ou urgência) pelo gestor da empresa. Estes *stakeholders*, denominados **Esperados**, são classificados conforme o tipo de atributo a seguir:

Dominante: quando o *stakeholder* possui poder e legitimidade a sua influência na organização é assegurada por possuir poder com legitimidade e, por isto, "são aqueles *stakeholders* que tantos estudiosos estão tentando estabelecer como as únicas partes interessadas da empresa"⁸ (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997, p. 877, tradução nossa).

Perigoso: quando o *stakeholder* possui urgência da reivindicação e poder, porém sem legitimidade, tornando-se coercivo e possivelmente violento.

Dependente: quando o *stakeholder* não tem poder, mas possui legitimidade e urgência, ele é dependente de outros *stakeholders* ou do gestor da empresa para ter o poder necessário para influenciar.

Os autores exemplificam o *stakeholder* dependente com o caso do acidente do navio Exxon Valdez com poluição marinha provocada por óleo, quando vários grupos de partes interessadas afetadas, como população local e ONGs preocupadas com a fauna marinha, tinham reivindicações urgentes e legítimas, porém sem o atributo de poder, precisando contar com a defesa de outros *stakeholders* com poder, como o governo do estado americano do Alasca, ou o voluntarismo da gestão da empresa. Desta forma, um *stakeholder* de classe dependente adquire um terceiro

⁷ O texto em língua estrangeira é: "but unless it has either power to enforce its will in the relationship or a perception that its claim is urgent, it will not achieve salience for the firm's managers."

⁸ O texto em língua estrangeira é: "are those stakeholders that so many scholars are trying to establish as the only stakeholders of the firm".

atributo indiretamente através de outro *stakeholder* com o atributo que lhe faltava, se tornando um *stakeholder* **Definitivo**, com relevância **elevada** por apresentar todos os três atributos: poder, legitimidade ou urgência (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

1.3.3 Gerenciamento de *stakeholders*

Para Greenwood (2001) o modelo de Mitchell, Agle e Wood descreve o relacionamento do *stakeholder* com a empresa através de atributos do *stakeholder* (poder e legitimidade) e atributo situacional (urgência), não se concentrando em atributos da organização ou de gerenciamento e não descreve ou orienta como os gerentes devem priorizar os relacionamentos com os *stakeholders*. Esta insuficiência do modelo também foi abordada por Roberto e Serrano (2007) que recomendam a sua complementação com o emprego da metodologia proposta por Savage *et al.* (1991).

Savage *et al.* (1991) propuseram uma estratégia de gerenciamento de relacionamento com os *stakeholders* através da avaliação dos respectivos potenciais de cooperação e de ameaça, com a tipificação em quatro categorias – *supportive*, *marginal*, *nonsupportive* e *mixed blessing*, podendo ser traduzidas, respectivamente, como colaborativo, marginal, não colaborativo e faca de dois gumes. Para esta última categoria encontra-se na literatura acadêmica a tradução para o português como “ambíguo”, palavra com sinônimos como impreciso, duvidoso, o que não exprime o significado da expressão *mixed blessing*, que se relaciona a uma situação que traz vantagens e desvantagens. Daí se preferir o uso no presente texto da expressão “faca de dois gumes”. Cada uma destas categorias tem orientação estratégica distinta:

Os *Stakeholders* **Colaborativos** possuem alto potencial de colaboração e baixo potencial de ameaça. Ao lidar com esta parte interessada a estratégia deve ser de envolvimento visando obter a participação da mesma.

Os *Stakeholders* **Marginais** possuem baixo potencial de colaboração e ameaça. Esta categoria deve ser monitorada para acompanhar seu comportamento e possíveis mudanças que os tornem mais influentes.

Os *Stakeholders Não Colaborativos* possuem alto potencial em ameaçar a organização, acompanhado de baixo potencial em cooperar. Os autores recomendam a estratégia de defesa ao tratar com esta categoria.

Os *Stakeholders “Faca de dois gumes”* possuem representantes tanto com alto potencial de colaboração, quanto de ameaça, sendo recomendada a estratégia de colaboração.

Ao cotejar o diagnóstico dos *stakeholders* de Savaget *et al.* com a *Grade de Influências* de Savitz (2007) percebe-se claramente a inspiração da primeira sobre a segunda, esta, porém, com recomendações mais agressivas nas estratégias de relacionamento com os *stakeholders*. Exemplificando, Savitz recomenda que *stakeholders* com potencial colaborativo, como os empregados, devam ser capacitados para aumentar a influência deles, com reforço de suas iniciativas para atrair novos indivíduos e a divulgação mais ampla de suas mensagens através da mídia para a formação da imagem da empresa na população.

Diferentemente de Savage *et al.*, que recomendam a defesa contra *stakeholders* com potencial não colaborativo, como ambientalistas e comunidades vizinhas, Savitz sugere a estratégia de envolvimento, através de abertura de canais de comunicação, áreas de acordo e formas de influenciar o seu modo de pensar para que se tornem mais favoráveis.

A Figura 3 apresenta uma combinação do diagnóstico da Tipologia de *Stakeholder* de Savage *et al.* e da *Grade de Influências* de Savitz.

		POTENCIAL DOS <i>STAKEHOLDERS</i> EM AMEAÇAR A ORGANIZAÇÃO	
		Baixo	Alto
POTENCIAL DOS <i>STAKEHOLDERS</i> EM COLABORAR COM A ORGANIZAÇÃO	Alto	Tipo 1: COLABORATIVO (exemplo: empregados) Estratégia: Envolver (Savage et al, 1991) Capacitar (Savitz, 2007)	Tipo 3: FAÇA DE DOIS GUMES (exemplo: grupo de negócios) Estratégia: Colaborar (Savage et al, 1991) Formar Parceria (Savitz, 2007)
	Baixo	Tipo 2: MARGINAL (exemplo: concorrentes) Estratégia: Monitorar (Savage et al, 1991) Monitorar (Savitz, 2007)	Tipo 4: NÃO COLABORATIVO (exemplo: ambientalistas) Estratégia: Defender (Savage et al, 1991) Envolver (Savitz, 2007)

Figura 3 – Diagnóstico da Tipologia de *Stakeholder*

Fonte: O autor, 2013. Adaptado de SAVAGE *et al.*, 1991; SAVITZ, 2007.

Austen *et al.* (2009) ao analisarem o gerenciamento de relacionamentos de *stakeholders* resumiram as ações necessárias para este gerenciamento, identificadas na literatura pesquisada sobre o tema, através do seguinte processo linear:

1. Identificar os grupos de *stakeholders*;
2. Identificar a legitimidade, interesses, urgência, recursos e poder;
3. Examinar a dinâmica de relacionamento entre os *stakeholders*;
4. Avaliar o provável impacto sobre a organização;
5. Identificar formas de gerenciar as expectativas dos *stakeholders* e influenciá-los;
6. Priorizar as demandas dos *stakeholders*;
7. Desenvolver respostas organizacionais para gerenciar os *stakeholders*;
8. Monitorar e controlar a estratégia de engajamento de *stakeholders*.

Para Post, Preston e Sachs (2002) o termo “gerenciamento de *stakeholders*” se refere ao desenvolvimento e implementação de políticas e práticas que

considerem as preocupações de todas as partes interessadas relevantes, o que “enfaticamente não implica na mobilização ou manipulação dos *stakeholders* no sentido de exploração”⁹ (POST; PRESTON; SACHS, 2002, p. 9, tradução nossa).

No modelo de uma Teoria dos *Stakeholders*, Donaldson e Preston (1995) enfatizaram a importância dos gerentes reconhecerem os *stakeholders* específicos e o papel destes gerentes na seleção de atividades e recursos diretos para obter benefícios para os *stakeholders* legítimos. Para os autores, a questão da ética nas tomadas de decisão dos gerentes torna a Teoria dos *Stakeholders* fundamentalmente normativa.

Da mesma forma, a legitimidade da empresa está vinculada com a sua capacidade de construir estratégias sócio-ambientais contemplando as demandas das múltiplas partes interessadas, ultrapassando os limites do planejamento técnico-econômico e caracterizando-se, sobremaneira, como um processo político dinâmico socialmente construído a partir da mediação de conflitos e articulação de arranjos de negociação entre a empresa e suas diversas partes interessadas (ANDRADE; DIAS; QUINTELLA, 2001).

Na análise do processo de formação de estratégias sócio-ambientais da empresa Aracruz Celulose S.A., em uma situação de conflito com um de seus *stakeholders* (os Índios Tupiniquim e Guarani), Andrade, Dias e Quintella concluem que

O conflito advindo do encontro entre diferentes racionalidades não é tomado como um fenômeno negativo, uma anomalia, que constitua um obstáculo à formação de estratégias sócio-ambientais adequadas à construção de vantagens competitivas. Ao contrário, as visões múltiplas são consideradas como condições necessárias e essenciais ao processo de conformação de estratégias sócio-ambientais corporativas que visem à extração de acordos satisfatórios com os *stakeholders*. (ANDRADE; DIAS; QUINTELLA, 2001, p.15).

A ISO 26000 define engajamento de partes interessadas como a atividade realizada para criar oportunidades de diálogos entre uma organização e uma ou mais de suas partes interessadas visando fornecer uma base sólida para as decisões da organização (ABNT, 2010).

Como um dos seus princípios, a ISO 26000 orienta que a organização defina quais são as partes interessadas para que respeite, considere e responda aos seus

⁹ O texto em língua estrangeira é: “it emphatically does not imply the mobilization or manipulation of stakeholders in an exploitative sense”.

interesses, como os relacionados com direitos, reivindicações ou interesses específicos, através de (ABNT, 2010, p. 13):

- identificar suas partes interessadas;
- reconhecer e ter a devida consideração pelos interesses e direitos legítimos de suas partes interessadas e responder às preocupações por elas expressas;
- reconhecer que algumas partes interessadas podem afetar significativamente as atividades da organização;
- avaliar e considerar a capacidade relativa das partes interessadas de estabelecer contato, engajar-se e influenciar a organização;
- levar em conta a relação entre os interesses de suas partes interessadas, as expectativas mais amplas da sociedade e o desenvolvimento sustentável, assim como a natureza das relações das partes interessadas com a organização; e
- considerar os pontos de vista das partes interessadas, cujos interesses possam ser afetados por uma decisão ou atividade, mesmo que não tenham um papel formal na governança da organização ou não estejam conscientes desses interesses.

As partes interessadas podem não ter consciência do potencial que uma organização tem de afetá-los ou podem ser negligenciados por pertencer a grupos vulneráveis não mobilizados socialmente ou a gerações futuras. A organização com base nos impactos de suas decisões e atividades conseguiria identificar suas principais partes interessadas e incluí-las no engajamento (ABNT, 2010).

1.3.4 Críticas contrárias à Teoria dos *Stakeholders*

A Teoria dos *Stakeholders* é criticada por estudiosos da área econômico-financeira que se baseiam na Teoria da Firma, cujo objetivo é a maximização dos lucros, com a conseqüente elevação ao máximo da riqueza dos acionistas (BOAVENTURA *et al.*, 2009).

Jensen (2001) critica a definição ampla de *stakeholder*, por ser excessivamente inclusiva ao abranger não apenas o acionista financeiro, mas também funcionários, clientes, comunidades, funcionários do governo e, dependendo da interpretação, o meio ambiente e, citando criticamente Edward Freeman, até terroristas. Mitchell, Agle e Wood (1997) explicam que um terrorista pode ser classificado como um *stakeholder* perigoso ao possuir urgência da reivindicação e poder, porém sem legitimidade, tornando-se coercivo e violento. De fato, as empresas que hoje adotam sistemas de gestão de risco visando a continuidade dos negócios (ABNT, 2009), identificam o terrorista como um ator que interfere na sobrevivência da organização e adotam medidas para lidar com ele.

Também para Jensen (2001) a Teoria dos *Stakeholders* não fornece um arcabouço teórico robusto para a função-objetivo de uma corporação, permite que os gerentes corporativos tomem decisões conflitantes com os interesses da empresa e não define um método de implementação da mesma. Estas duas últimas assertivas são alvos de outros estudiosos como Sundaram e Inkpen (2001), Sternberg (1999) e Silveira, Yoshinaga e Borba (2005).

Silveira, Yoshinaga e Borba (2005) na busca das respostas que consideram as duas questões básicas para qualquer corporação: “qual a função da empresa?” e “quais devem ser os critérios para a tomada de decisão e a avaliação de desempenho?”, confrontaram as referências bibliográficas da Teoria da Maximização da Riqueza (Teoria da Firma) dos acionistas e da Teoria dos *Stakeholders*. Os autores concluíram que uma função com múltiplos objetivos originados de diversos interesses simultâneos, como propõe a Teoria dos *Stakeholders*, dificulta a definição de critérios lógicos para a tomada de decisão e a avaliação de desempenho, e, por isto, esta teoria não possui uma formalização conceitual robusta e unificada.

Sternberg (1999) no artigo *The Stakeholder Concept: A Mistaken Doctrine* (O Conceito *Stakeholder*: Uma Doutrina Enganosa”, tradução nossa) manifesta que a Teoria dos *Stakeholders* é “uma ameaça à liberdade individual e para a atividade econômica, devendo haver resistência firme a ela”¹⁰ (STERNBERG, 1999, p. 34, tradução nossa). A autora enxerga a *Teoria dos Stakeholders* com sua inclusão de outras partes interessadas, além dos acionistas, como um novo vocabulário para o

¹⁰ O texto em língua estrangeira é: “a threat to individual freedom as it is to economic activity, and should be firmly resisted”.

controle estatal proclamado pelo socialismo e que os benefícios para as partes interessadas apenas ocorrerão caso os acionistas tenham benefícios de seus investimentos através da maximização de suas riquezas.

Também defensor da Teoria da Firma, Jensen (2001) admite que para a maximização da riqueza dos acionistas é preciso considerar os interesses dos *stakeholders* e propõe uma terceira via, que chamou de “Maximização do Valor Iluminada” ou “Teoria dos *Stakeholders* Iluminada” que adota a mesma estrutura da Teoria dos *Stakeholders*, porém aceita a maximização da riqueza a longo prazo como o critério para o atendimento das demandas dos *stakeholders*.

Ainda longe do consenso, as diferentes abordagens sobre os *stakeholders* continuam trazendo novas colaborações para o assunto, como a “Teoria dos Acionistas Iluminada”, de Pichet (2011), que se baseia na Teoria da Firma, com elementos da Teoria dos *Stakeholders*. Para o autor, as dificuldades encontradas na governança corporativa e a definição de quem são os beneficiários das decisões desta governança estão relacionadas com a legitimidade dos representantes do Conselho de Administração da empresa e a falta de enfoque prioritário nas partes interessadas neste alto nível hierárquico da organização visando os interesses a longo prazo da empresa.

1.3.5 Considerações sobre a Teoria dos *Stakeholders*

Os *stakeholders* possuem percepções e expectativas sobre a organização que se traduzem por demandas em mão dupla, ou seja, impactam ou sofrem impactos. Porém, estes impactos podem não ser igualmente importantes. Em função deste princípio, a identificação, classificação e seleção dos *stakeholders* que impactam ou sofrem impactos relevantes permite a alocação de prioridades e recursos em função da importância destes impactos.

1.4 Diretrizes de gestão para a sustentabilidade

Diretrizes de gestão são preceitos orientativos para o aperfeiçoamento da organização, tendo surgido nos últimos 20 anos, em função da crise socioambiental, diferentes modelos que consolidam os conceitos de sustentabilidade e que foram implementados como estratégias corporativas para incorporar o crescimento econômico integrado com o socioambiental (QUELHAS; MEIRIÑO; VIEIRA NETO, 2013).

Por exemplo, novas demandas de gestão dos negócios, em função das mudanças ambientais e pressões públicas crescentes, provocaram o surgimento, entre outras normas e diplomas legais, da Norma NBR ISO 14001 (ABNT, 2004) que especifica um modelo de Sistema de Gestão Ambiental (SGA) com possibilidade de demonstrar a conformidade a terceiros, inclusive com a busca de certificação do SGA por uma organização externa, denominada pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade como Organismo de Certificação Ambiental (DE MARTINI JR; SILVA; MATTOS, 2012).

Confirmando esta tendência de diretrizes de gestão para a sustentabilidade, foi publicada recentemente a Norma ISO 26000 – Diretrizes sobre responsabilidade social - visando fornecer orientações para a responsabilidade social na organização. Esta não é uma norma de sistema de gestão, ou seja, ela não é apropriada para certificação ou uso regulatório, possuindo um caráter orientativo (ABNT, 2010).

Como efeito da adoção de diretrizes de gestão para a sustentabilidade, houve a necessidade das organizações medirem e coletarem informações sobre seus desempenhos e investimentos socioambientais, além de criarem meios de comunicação para seus *stakeholders* através de indicadores de sustentabilidade ou por meio de um documento elaborado e emitido contendo informações sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais, comumente denominado de relatório socioambiental, relatório social corporativo ou relatório de sustentabilidade (CALIXTO, 2011).

Estes indicadores de sustentabilidade corporativa, diferentes dos indicadores tradicionais, requerem dados multidimensionais que mostrem a interação econômica, ambiental e social (SUSTAINABLE MEASURES, 2003), e devem possuir as

seguintes características: transparência, completeza, relevância, precisão, neutralidade, ser comparável e auditável (MITCHELL, 1996).

Porém, os diversos indicadores de sustentabilidade existentes variam nas suas características e nem sempre concordam no propósito, pois há diferença no enfoque de cada abordagem, ou voltando-se mais à competitividade, com forte base em fatores econômicos e operacionais, ou mais à sustentabilidade, com base em fatores econômicos, sociais e ecológicos (CORAL; STROBEL; SELIG, 2004).

Por sua vez, o relatório de sustentabilidade divulga às partes interessadas internas e externas como está o desempenho de uma organização, em um determinado período de tempo, para atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável no contexto dos compromissos assumidos, estratégia e abordagem de gerenciamento, devendo fornecer uma explanação equilibrada deste desempenho, com os resultados benéficos e adversos (GRI, 2006a).

Os Relatórios de Sustentabilidade podem ser usados para as seguintes finalidades, entre outras (GRI, 2006a; CALIXTO, 2011; QUELHAS; MEIRIÑO; VIEIRA NETO, 2013; CEBDS, 2012):

- Comparar o desempenho de uma organização ou entre organizações diferentes ao longo do tempo;
- Catalisar a transição para o modelo do desenvolvimento sustentável;
- Avaliar o desempenho em sustentabilidade com relação a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias;
- Demonstrar como a organização influencia e é influenciada por expectativas sobre o desenvolvimento sustentável;
- Analisar riscos, avaliações dos impactos e as decisões de investimentos do setor financeiro;
- Aumentar a concorrência e novos padrões de competição, como a disputa por investidores estrangeiros que consultam os relatórios de sustentabilidade como fonte de informação sobre ameaças e oportunidades, assim como a entrada no mercado consumidor internacional de empresas transnacionais de origem brasileira que pretendem demonstrar um elevado padrão de boas práticas globais;
- Estimular a transparência;
- Permitir o aperfeiçoamento dos processos e da governança.

Quelhas, Meiriño e Neto (2013, p. 47) elencam as tendências futuras dos relatórios de sustentabilidade:

- Normalização com maior emprego de padrões mundiais visando homogeneidade de indicadores;
- Consolidação da linguagem dos relatórios para a credibilidade do conteúdo;
- Regulação para a realização dos relatórios.

Hubbard (2008) informa que a maioria das grandes organizações em países desenvolvidos elabora relatórios de sustentabilidade. Em 2007, o percentual destas empresas atingiu 93% das 100 maiores empresas da Europa, 73% das 100 maiores empresas dos Estados Unidos da América (EUA) e 68% das 100 maiores empresas fora da Europa e EUA. Em 2008, ao discutir sobre a emissão de relatórios de sustentabilidade, o autor considerou que “o estado atual do relato é confuso e confunde”¹¹ (HUBBARD, 2008, p. 5, tradução nossa), com relatórios em diferentes estágios de desenvolvimento e aceitação.

Entretanto, Hubbard (2009) admite que o relatório de sustentabilidade seja atualmente o principal veículo de comunicação para relatar o desempenho ambiental e social das organizações e atender as expectativas da sociedade, devendo-se buscar uma avaliação equilibrada do desempenho da organização.

Entre as iniciativas de diretrizes de gestão para a sustentabilidade, que confirmam a tendência de padronização mundial, destacam-se as detalhadas a seguir na adoção pelas empresas.

1.4.1 Dow Jones Sustainability Index (DJSI)

Investimentos Socialmente Responsáveis (ISR) tiveram início durante a Guerra do Vietnã, quando pacifistas tiraram o dinheiro anteriormente aplicado como investimento em empresas que estavam se beneficiando com o combate. Depois, a

¹¹ O texto em língua estrangeira é: “the current state of reporting is confusing and confused”.

influência político-social dos ISR destacou-se na campanha de desinvestimento na África do Sul contra o regime de segregação racial, contribuindo para a sua queda em 1993 (SAVITZ, 2007).

Em função da crescente necessidade de identificar e monitorar os Investimentos Socialmente Responsáveis foram desenvolvidos índices para auxiliar a tomada de decisão dos investidores e também dos profissionais dos segmentos de investimento, crédito, risco e *rating* de classificação de acordo com o risco, todos considerados *stakeholders* por serem afetados pela existência da empresa (GONZALEZ, 2005).

Pesquisa realizada de 2007 a 2011, sobre gestão ambiental em 28 ramos econômicos no Brasil, concluiu que os segmentos cujas empresas de capital aberto possuem ações negociadas em bolsa de valores estão nas melhores posições quanto ao relacionamento com os *stakeholders* internos e externos. O ramo de Energia Elétrica é o líder deste *ranking*, apresentado uma evolução constante desde o início da pesquisa, com o valor do índice do tema *stakeholders* passando de 54%, em 2007, para 61%, em 2011 (ANÁLISE, 2012).

Tradicionalmente, os índices de ações em bolsas de valores internacionais registram as mudanças nas cotações das ações numa determinada bolsa de valores. Por exemplo, o *Dow Jones Total Globe Stock Market Index* avalia o valor de ações cujos negócios passam pela Bolsa de Nova York (BOVESPA, 2012a).

Em 1999, na Bolsa de Ações de Nova Iorque foi lançado o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (em inglês, *Dow Jones Sustainability Index - DJSI*), sendo a primeira referência mundial no mercado de ações a monitorar o desempenho financeiro em termos de critérios econômico, ambiental e social. O DJSI age como parâmetro para os investidores avaliarem a sustentabilidade destas empresas e na criação de valor de longo prazo.

O DJSI é administrado pela *Sustainable Asset Management Group (SAM)*, empresa de consultoria em investimentos sediada em Zurique (Suíça). Em sua metodologia, o DJSI Mundial (em inglês, *DJSI World*) convida anualmente a participar da avaliação as 2500 maiores empresas do *Dow Jones Total Globe Stock Market Index* e são selecionadas 250 empresas pertencentes a 58 setores de atividades (SAM, 2012).

Para participar do DJSI a empresa convidada deve responder um questionário com critérios gerais, abrangendo de 40 a 50% da avaliação, dependendo do

segmento da empresa, e pelo menos 50% com perguntas para avaliar os critérios de riscos e oportunidades específicos do setor que enfocam as dimensões econômica, ambiental e social. Cada uma destas dimensões contém, em média, de 6 a 10 critérios, e cada critério com 2 a 10 questões, totalizando cerca de 80 a 120 perguntas, dependendo do setor. Os critérios avaliados incluem estratégias de mudança climática, consumo de energia, desenvolvimento de recursos humanos, gestão do conhecimento, relações das partes interessadas e governança corporativa.

Cada empresa é avaliada com base em pesos estabelecidos para cada pergunta e critério, podendo atingir uma Pontuação de Sustentabilidade Total de até 100 pontos. A Pontuação de Sustentabilidade Total obtida pela empresa a classificará dentro do seu grupo. A Figura 4 ilustra com um exemplo como a pontuação é obtida.

Segmento	Farmacêutico
Dimensão	Social
Critério	Estratégia para melhorar o acesso a medicamentos e produtos
Pergunta	Qual é a abordagem da empresa para melhorar o acesso a medicamentos nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, evidenciando com documentos?
Pontuação da pergunta	0 a 100 pontos (dependendo de qual abordagem é adotada)
Peso da pergunta no critério	50%
Pontuação final da pergunta na pontuação geral do questionário (considerando que a empresa recebeu 50 pontos nesta pergunta)	$50 \text{ (pontos recebidos na pergunta)}$ \times $50/100 \text{ (peso da pergunta no critério)}$ \times $3/100 \text{ (peso do critério no total de perguntas do questionário)}$ $=$ $0,75$

Figura 4 – Exemplo de Cálculo do Score DJSI

Fonte: O autor, 2013. Adaptado de SAM, 2012, p. 10.

As respostas do questionário são confrontadas com as evidências documentadas, informações publicamente disponíveis, incluindo mídia e partes interessadas, e o histórico da empresa na gestão de crises. A análise das notícias veiculadas pela mídia e *stakeholders* é feita durante o ano todo e incluem questões como corrupção, fraude, práticas comerciais ilegais, direitos humanos, disputas trabalhistas, segurança do trabalho, acidentes catastróficos ou desastres ambientais, podendo afetar a inclusão da empresa no DJSI.

O processo de avaliação da SAM para a elaboração do *ranking* anual das empresas selecionadas é auditado por organização independente.

Em 30 de novembro de 2012, trinta países possuíam empresas que participavam do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade Mundial, sendo que apenas oito países representavam 82,09% do total de empresas, conforme apresentado na Tabela 1. O Brasil apareceu na 13ª colocação, com 1,68% das empresas do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade, com nove empresas brasileiras: Bradesco, Cemig, Embraer, Itaú Unibanco, Itaúsa, Petrobras, Redecard, Duratex e Banco do Brasil (SAM; DOW JONES INDICES LLC, 2012).

Tabela 1 – Países que respondem por 82,09% das empresas listadas no Índice Dow Jones de Sustentabilidade Mundial 2012

País	Percentual (%)
Estados Unidos	28,86
Reino Unido	16,08
Suíça	8,54
Alemanha	8,25
França	6,89
Austrália	6,23
Canadá	3,81
Coréia do Sul	3,43
Total	82,09

Fonte: S&P Dow Jones Indices LLC, 2012, p. 2

O relatório da S&P *Dow Jones Indices* LLC (2012) também segmentou as empresas do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade Mundial por macro setores da economia, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Alocação percentual por macro setor das empresas listadas no Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade Mundial 2012

Macro Setor	Percentual (%)
Financeiro	19,97
Bens de Consumo	13,71
Saúde	12,52
Indústrias	11,80
Bens Primários	10,09
Tecnologia	10,00
Petróleo e Gás	8,06
Serviços ao Consumidor	7,76
Telecomunicações	3,52
Utilidades	2,57
Total	100,00

Fonte: S&P *Dow Jones Indices* LLC, 2012, p. 3

A metodologia, além de definir o Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade Mundial (*Dow Jones Sustainability Index World*), também segmenta em índices de sustentabilidade customizados visando a demanda de investidores que queiram realizar exclusões de sua avaliação de investimentos potenciais ou reais. Estes índices podem abranger diferentes regiões (por exemplo, o *Dow Jones Sustainability Europe Index* acompanha o desempenho das 20% melhor colocadas das 600 maiores empresas europeias no *Dow Jones Total Globe Stock Market Index*, com base na sustentabilidade) e aos seguintes critérios de exclusão de empresas com atuação em áreas de negócios controversas eticamente: bebidas alcoólicas, tabaco, jogos de azar, armamento, bombas de fragmentação, minas terrestres, armas de fogo, nuclear e entretenimento adulto (pornografia), formando, por exemplo, o *Dow Jones Sustainability World Index ex Alcohol, Gambling, Tobacco, Armaments & Firearms and Adult Entertainment (DJSI World ex. All/AE)*.

1.4.2 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Lançado em 2005, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) foi o quarto índice de ações no mundo a monitorar o desempenho de mercado de empresas que adotam os princípios da

sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Para isto, o ISE mede o retorno médio de uma carteira teórica de ações de empresas de capital aberto e listadas na BM&FBOVESPA com as melhores práticas em sustentabilidade (BOVESPA, 2012b).

As empresas com as 200 ações mais negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo em termos de liquidez, e que tenham participado em pelo menos 50% dos pregões realizados nos 12 meses anteriores ao início da avaliação da carteira, são convidadas anualmente para participar do processo de seleção gerido pela BOVESPA. A metodologia do ISE, ilustrada na Figura 5, é realizada com base em um questionário contendo sete dimensões avaliadoras da sustentabilidade (BOVESPA, 2012c; MARCONDES; BACARJ, 2010):

- Dimensão Geral: compromissos com o desenvolvimento sustentável, alinhamento às boas práticas de sustentabilidade, transparência das informações corporativas e práticas de combate à corrupção.
- Dimensão Natureza do Produto: impactos pessoais e difusos dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas, adoção do princípio da precaução e disponibilização de informações ao consumidor.
- Dimensão Governança Corporativa: relacionamento entre sócios, estrutura e gestão do Conselho de Administração, processos de auditoria e fiscalização, práticas relacionadas à conduta e conflito de interesses.
- Dimensões Econômico-Financeira, Ambiental e Social: políticas corporativas, gestão, desempenho e cumprimento legal.
- Dimensão Mudanças Climáticas: política corporativa, gestão, desempenho e nível de abertura das informações sobre o tema.



Figura 5 - Estrutura do questionário ISE: dimensões, critérios e indicadores
 Fonte: MARCONDES; BACARJ, 2010, p. 33

Todas as sete dimensões possuem a mesma importância, sendo atribuídos, portanto, pesos idênticos. Cada dimensão é subdividida em critérios de avaliação que possuem pesos diferenciados em função de sua relevância da atividade do setor no contexto da gestão empresarial e das demandas da sociedade. Cada critério possui indicadores que se desdobram em perguntas com respostas padronizadas de múltipla escolha para obter informações sobre as práticas da empresa.

Assim como o DJSI, o processo de avaliação do ISE é auditado por organização independente. Nas dimensões Econômico-Financeira, Social e Ambiental, relacionadas com o desenvolvimento sustentável, existem quatro critérios básicos: políticas da empresa (nível de comprometimento), gestão (tipos de planos, programas, metas e monitoramento), desempenho (indicadores de performance) e cumprimento legal (atendimento da legislação de concorrência, ambiental e ao código do consumidor, entre outros) (MARCONDES; BACARJ, 2010).

A exclusão de uma empresa da carteira do ISE ocorre quando não houver o atendimento aos critérios de sustentabilidade apurados no questionário, na revisão anual, ou a qualquer momento em caso de regime de recuperação judicial ou falência. Também são motivos de exclusão: a deliberação do Conselho do ISE ocasionada por ocorrência que altere significativamente os níveis de sustentabilidade e responsabilidade social ou a retirada de circulação de parcela significativa de ações em virtude de oferta pública (MARCONDES; BACARJ, 2010).

A carteira do ISE de 2012 foi lançada com 51 ações de 38 empresas, próxima do limite máximo definido de 40 empresas, com valor de mercado correspondendo a 43,72% do total do valor das empresas com ações negociadas na Bolsa. Todas as

empresas do ISE 2012 publicaram Relatório de Sustentabilidade no último ano, sendo que 90% destas empresas adotaram as diretrizes da GRI para a elaboração do relatório. A carteira 2012 foi composta pelas seguintes empresas: AES Tiete, Anhanguera, Banco do Brasil, Bicbanco, Bradesco, Braskem, BRF Brasil Foods, CCR, Cemig, Cesp, Copel, Coelce, Copasa, CPFL Energia, Duratex, Energias do Brasil, Ecorodovias, Eletrobras, Eletropaulo, Embraer, Even, Fibria, Gerdau, Gerdau Metalúrgica, Itausa, Itaú Unibanco, Light S/A, Natura, Redecard, Sabesp, Santander, Sulamérica, Suzano Papel, Telemar, Tim Part S/A, Tractebel, Ultrapar e Vale (BOVESPA, 2012d).

A Tabela 3 apresenta a segmentação das empresas do ISE, utilizando os mesmos macro setores do Índice Dow Jones de Sustentabilidade Mundial.

Tabela 3 – Alocação percentual das empresas listadas no ISE 2012 por macro setores

Macro Setor	Percentual (%)
Utilidades (Eletricidade, Água e Distribuição de Gás)	36,84
Financeiro	18,42
Bens Primários	10,53
Indústrias	10,53
Serviços	7,89
Saúde	5,26
Telecomunicações	5,26
Alimentos	2,63
Construção	2,63
Total	100,00

Fonte: O autor, 2013. Adaptado de BOVESPA, 2012d

Na comparação entre os macrossetores do DJSI World 2012 e ISE 2012, apresentados, respectivamente, nas Tabelas 2 e 3, ressalta-se a grande diferença da contribuição do macrossetor Utilidades, composto por empresas do segmento de eletricidade, água e distribuição de gás. Enquanto no DJSI este macro setor responde por 2,57% das empresas, no ISE o percentual passa para 36,84%, sendo 31,58% relativos às empresas de eletricidade (12 empresas de geração e distribuição do total de 38 empresas na carteira), demonstrando a importância deste setor na economia brasileira, objeto desta tese.

1.4.3 Global Reporting Initiative (GRI)

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1997, nos Estados Unidos, que trabalha para uma economia global sustentável, fornecendo orientação de emissão de relatórios de sustentabilidade. Sua sede é em Amsterdã, na Holanda, com escritórios na Austrália, Brasil, China, Índia e Estados Unidos (GRI, 2012).

A estrutura de Relatórios de Sustentabilidade da GRI possui quatro elementos fundamentais para a elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização (GRI, 2006a):

1. **Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI:** princípios para a definição do conteúdo do relatório e a garantia da qualidade das informações relatadas. Incluem também o conteúdo do relatório, indicadores de desempenho e outros itens de divulgação, além de orientações sobre a elaboração do relatório. As Diretrizes da GRI são desenvolvidas com a participação de grupos de trabalho internacionais, partes interessadas e consulta pública;
2. **Protocolos de Indicadores:** fornecem definições, orientações para compilação e outras informações para assegurar a coerência dos indicadores de desempenho. São identificados indicadores essenciais de interesse da maioria dos *stakeholders*;
3. **Suplementos Setoriais:** complementam as Diretrizes com interpretações e orientações sobre a aplicação das mesmas em setores específicos;
4. **Protocolos Técnicos:** orientam na elaboração do relatório incluindo o estabelecimento de limites do relatório.

A primeira versão das Diretrizes foi lançada em 2000. A segunda versão de diretrizes, conhecida como G2, foi publicada em 2002, na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio + 10, na África do Sul, sendo a GRI referenciada no plano de implementação da conferência. Em 2006, surgiu a G3, terceira e atual versão de diretrizes, atualizada em 2011, com a

publicação da versão G3.1, contendo orientação ampliada sobre relatórios de gênero, comunidade e desempenho relacionados com os direitos humanos (GRI, 2012).

Ao elaborar o relatório, a organização deve declarar qual foi o nível de aplicação da Estrutura de Relatórios da GRI adotado no mesmo, entre os três níveis existentes (A, B e C) classificados conforme os critérios relatados, descritos na Figura 6, podendo acrescentar um ponto a mais (+) em cada nível (A+, B+ e C+) quando adotar verificação externa por organismo independente (GRI, 2006b).

Relatório		Níveis de aplicação					
		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3 RESULTADO	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15.	Com Verificação Externa	Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.	Com Verificação Externa	O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3 RESULTADO	Não exigido		Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador		Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	
		*Suplemento Setorial em sua versão final.					

Figura 6 – Nível de Aplicação da GRI

Fonte: GRI, 2006b, p. 2

1.4.3.1 Processo de definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade GRI

Uma questão essencial para a avaliação da hipótese levantada no presente trabalho é a relacionada com a adoção de critérios para a definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade da GRI, apresentados no documento *Technical Protocol: Applying the Report Content Principles* (Protocolo Técnico: Aplicando os Princípios de Conteúdo do Relatório, tradução nossa) (GRI, 2011a) e no documento *Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade* (GRI, 2006a). Estes documentos definem que a apresentação do desempenho de uma organização em um relatório

de sustentabilidade é realizada com a decisão do que deve constar como conteúdo do mesmo, sendo feita através da inclusão do conhecimento do propósito da organização e as expectativas pertinentes das partes interessadas.

Para as categorias econômica, ambiental e social, estes critérios identificam quais são os tópicos e indicadores relevantes através da utilização de quatro conceitos, denominados pela GRI de “Princípio da Materialidade”, “Princípio da Inclusão dos *Stakeholders*”, “Princípio do Contexto da Sustentabilidade” e “Princípio da Abrangência”. Estes princípios descrevem as diretrizes de informações importantes de constar em um relatório e guiam as decisões no processo de elaboração do relatório de sustentabilidade (GRI, 2006a, 2011b).

As três etapas do processo para definir o conteúdo do relatório de sustentabilidade da GRI são: a identificação, a priorização e a validação, ilustradas na Figura 7 com a indicação do princípio que deve ser adotado em cada etapa do processo, sendo o Princípio “Inclusão dos *Stakeholders*” aplicável durante todo o processo.

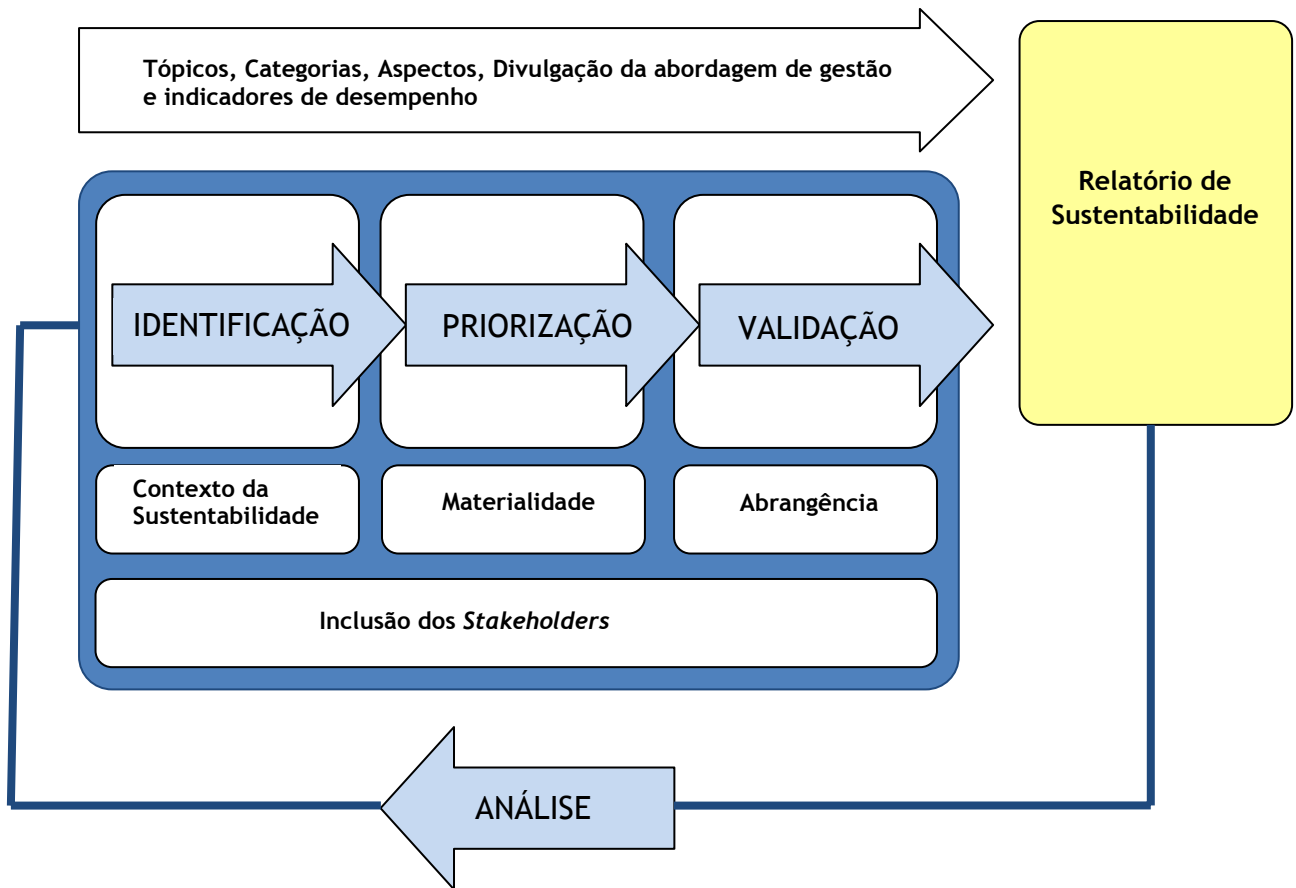


Figura 7 - Processo de definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade
 Fonte: O autor, 2013. Adaptado de GRI, 2011b, p.4.

Assim, o processo que define o conteúdo do relatório de sustentabilidade inicia-se com a identificação dos tópicos relevantes. Em seguida, estes tópicos são priorizados com relação a sua materialidade e, após, validados. A abordagem da GRI determina que cada etapa seja sempre avaliada através de listas de verificação, denominadas de “testes”, para orientar a utilização de cada princípio visando analisar se a extensão do conteúdo está completa para ser incluída no relatório. Após a emissão do relatório, deve ser feita uma análise do mesmo.

1.4.3.2 Etapa de identificação dos tópicos relevantes

Nesta etapa são identificados os temas ou tópicos relevantes para os impactos econômicos, ambientais e sociais da organização ou para as partes interessadas e que devem ser avaliados para inclusão no relatório de sustentabilidade de uma organização.

Durante a identificação dos tópicos relevantes devem ser aplicados os princípios “Contexto da Sustentabilidade” e “Inclusão dos *Stakeholders*”, sendo fundamental a utilização dos testes relacionados com estes dois princípios.

O “Princípio de Contexto da Sustentabilidade” está relacionado com informações do conteúdo do relatório envolvendo o desempenho da organização no contexto dos limites e condições impostas aos recursos ambientais ou sociais ao nível setorial, local, regional ou global. Normalmente este princípio é definido em termos de limites globais sobre os níveis de poluição e utilização de recursos naturais e com metas de desenvolvimento sócio-econômico sustentável.

Para o “Princípio de Contexto da Sustentabilidade” o conjunto obrigatório de “testes” para validar se o conteúdo está completo para ser reportado no relatório é apresentado no Quadro 2.

Teste 1: A organização apresenta seu entendimento de desenvolvimento sustentável e utiliza as melhores informações e medidas de desenvolvimento sustentável disponíveis para os temas abordados no relatório;

Teste 2: A organização apresenta seu desempenho com referência a condições e objetivos de desenvolvimento sustentável mais amplos, conforme aparecem em publicações setoriais, locais, regionais e/ou globais de destaque;

Teste 3: A organização apresenta seu desempenho de modo a comunicar a magnitude de seu impacto e sua contribuição em contextos geográficos apropriados;

Teste 4: O relatório descreve como os temas de sustentabilidade se relacionam com a estratégia, riscos e oportunidades de longo prazo da organização, incluindo temas da cadeia de suprimentos.

Quadro 2 – Testes para o “Princípio de Contexto da Sustentabilidade”

Fonte: GRI, 2006.

A GRI (2006, p. 41) define partes interessadas ou *stakeholders* como “os grupos ou indivíduos que, estima-se, possam ser significativamente afetados pelas atividades, produtos e/ou serviços da organização; ou cujas ações, estima-se, possam afetar a capacidade da organização de implementar suas estratégias e atingir seus objetivos com sucesso”.

O “Princípio de Inclusão dos *Stakeholders*” está relacionado com as expectativas e os interesses das partes interessadas, fundamentais de estarem presentes corretamente no conteúdo do relatório. Desta forma, a organização deve identificar suas partes interessadas e explicar no relatório como ele respondeu aos seus interesses e expectativas pertinentes.

Para o “Princípio de Inclusão dos *Stakeholders*” o conjunto obrigatório de “testes” para validar se o conteúdo está completo e ser reportado no relatório é apresentado no Quadro 3.

Teste 1: A organização pode descrever os *stakeholders* aos quais considera que deva prestar contas;

Teste 2: O conteúdo do relatório utiliza os resultados dos processos de engajamento dos *stakeholders* usados pela organização em suas atividades contínuas, conforme exigido pela estrutura legal e institucional dentro da qual ela opera;

Teste 3: O conteúdo do relatório utiliza os resultados de quaisquer processos de engajamento de *stakeholders* empreendidos especificamente para sua confecção;

Teste 4: Os processos de engajamento de *stakeholders* que subsidiam decisões sobre o relatório são coerentes com seu escopo e limite.

Quadro 3 – Testes para o “Princípio da Inclusão dos *Stakeholders*”
Fonte: GRI, 2006.

1.4.3.3 Etapa de priorização

A etapa de priorização envolve a análise de todos os tópicos identificados na etapa anterior visando criar uma relação de tópicos prioritários a serem incluídos no relatório de sustentabilidade.

Esta etapa é avaliada pelo “Princípio da Materialidade”, pois o relatório deve abordar temas e indicadores relevantes e que reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou que influenciem as avaliações e decisões das partes interessadas. A definição se um tema, ou tópico, possui materialidade relevante para ser reportado deve ser explicitada no relatório e é obtida através da combinação de fatores internos e externos, incluindo preocupações expressas diretamente pelas partes interessadas, as expectativas sociais mais amplas e influência da organização antes (como a cadeia de suprimentos) e depois (como os clientes) do seu processo produtivo, além de atendimento aos diplomas legais aplicáveis e outros requisitos subscritos.

Para o princípio da materialidade o conjunto obrigatório de “testes” para validar se o conteúdo está completo e ser reportado no relatório são apresentados no Quadro 4.

Na definição de temas relevantes, leve em conta fatores externos como:

Teste 1: Principais interesses/temas e indicadores de sustentabilidade levantados pelos *stakeholders*;

Teste 2: Principais temas e futuros desafios do setor relatados por pares e pela concorrência;

Teste 3: Regulamentos, leis, acordos internacionais ou acordos voluntários com importância estratégica para a organização e seus *stakeholders*;

Teste 4: Impactos, riscos ou oportunidades de sustentabilidade avaliados de forma adequada (como aquecimento global, HIV-aids, pobreza), identificados por meio de pesquisa confiável, feita por especialistas de renome ou por órgãos especializados com credibilidade no setor.

Na definição de questões relevantes, leve em conta fatores internos como:

Teste 5: Principais valores, políticas e estratégias organizacionais, sistemas de gestão operacional, objetivos e metas;

Teste 6: Interesses/expectativas de *stakeholders* envolvidos diretamente no sucesso da organização (como empregados, acionistas e fornecedores);

Teste 7: Principais riscos para a organização;

Teste 8: Fatores críticos para o sucesso organizacional;

Teste 9: Competências essenciais da organização e a forma como contribuem para o desenvolvimento sustentável.

Priorização:

Teste 10: O relatório prioriza temas e indicadores relevantes.

Quadro 4 – Testes para o “Princípio da Materialidade”

Fonte: GRI, 2006.

1.4.3.4 Etapa de validação

Esta é a etapa crucial no desenvolvimento da presente tese. A etapa de validação envolve a avaliação dos tópicos relevantes priorizados anteriormente com relação ao “Princípio de Abrangência” antes de se iniciar a etapa final, que é a elaboração do relatório. A validação tem o objetivo de garantir a completeza das

informações a serem incluídas e assegurar que o relatório forneça uma representação equilibrada do desempenho de sustentabilidade da organização, incluindo os resultados benéficos e adversos.

A abrangência envolve as dimensões de período de tempo especificado no relatório, escopo (tópicos abordados) e limite (grupos onde exerce controle e sobre a qual exerce influência). A abrangência dos tópicos de materialidade e indicadores deve ser suficiente para refletir os resultados econômicos, ambientais e sociais significativos de todos os locais dentro do limite de relatório e permitir que as partes interessadas avaliem o desempenho da organização no período do relatório.

Para o “Princípio de Abrangência” o conjunto obrigatório de “testes” para validar se o conteúdo está completo e ser reportado no relatório são apresentados no Quadro 5.

Teste 1: O relatório foi desenvolvido levando-se em conta toda a cadeia de organizações *upstream*¹² e *downstream*¹³ e abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base nos princípios de materialidade, de contexto da sustentabilidade e de inclusão dos *stakeholders*;

Teste 2: O relatório inclui todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da organização relatora, salvo declaração em contrário;

Teste 3: As informações no relatório incluem todas as ações ou eventos significativos no período coberto e estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis;

Teste 4: O relatório não omite dados relevantes que influenciariam as avaliações ou decisões dos *stakeholders* ou refletiriam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos.

Quadro 5 – Testes para o “Princípio de Abrangência”

Fonte: GRI, 2006.

¹² A montante

¹³ A jusante

1.4.4 Pesquisas anteriores sobre relatórios de sustentabilidade

Relatórios de Sustentabilidade podem ser desvirtuados do seu propósito original, voltado para a transparência do desempenho social, ambiental e financeiro das empresas, e se transformar em peças publicitárias com forte coloração de “maquiagem verde”. Tapscott e Ticoll (2005) alertam para situações em que estes relatórios são empregados principalmente como instrumentos de defesa das corporações contra críticas da sociedade, ao desviar o foco de assuntos centrais através de práticas socioambientais secundárias. De fato, as análises de alguns Relatórios de Responsabilidade Social Corporativas podem classificá-los como “maquiagem verde” (SEVÁ FILHO, 1996), pois se encaixam na definição de *greenwashing*, como a apresentada por Lins e Silva (2007, p. 6): “divulgação que por vezes extrapola os fatos reais, passando para a opinião pública uma preocupação socioambiental maior do que a realidade demonstra”, podendo ser adotados como instrumentos visando preservar a legitimidade do negócio (ROSA; ENSSLIN; ENSSLIN, 2009).

A existência de dissociação entre as informações ambientais favoráveis dos relatórios empresariais de sustentabilidade e as notícias ambientais desfavoráveis divulgadas na mídia foi identificada por Calixto e Mendonça (2006) ao analisarem o conteúdo dos relatórios contábeis de uma companhia de grande porte e os artigos sobre meio ambiente divulgados em periódicos de abrangência nacional.

Hubbard (2009) estudou os relatórios de sustentabilidade de 30 grandes empresas globais em três setores com características diferentes (Óleo e Gás, Instituições Bancárias e Alimentos) e concluiu que, mesmo sendo grandes empresas, seus relatórios, ao invés de apresentarem um equilíbrio de informações positivas e negativas, pendiam para as informações favoráveis do ponto de vista socioambiental. Neste artigo, o autor desabafa que a análise dos relatórios das principais empresas mundiais “tem sido uma experiência pessoalmente deprimente em termos de qualidade, objetividade e relevância das informações encontradas,

apesar deste ser um campo relativamente novo e voluntário”¹⁴ (HUBBARD, 2009, p. 14, tradução nossa).

Gallon *et al.* (2012, p. 309) ao analisarem a qualidade de informação dos Relatórios de Sustentabilidade de uma amostragem de 25 empresas, no período de 2007 a 2009, constataram que 19 empresas classificaram-se com evidenciação moderada, cinco empresas com evidenciação baixa e apenas uma empresa com evidenciação elevada, concluindo que “mesmo empresas consideradas como *benchmark* por suas práticas de responsabilidade social ainda têm um longo caminho a trilhar no sentido da transparência e qualidade da divulgação de suas práticas socioambientais”.

Neu, Warsame e Pedwell (1998) ao estudarem as evidenciações ambientais nos relatórios anuais realçaram a multiplicidade das partes interessadas relevantes e como o poder relativo destes públicos incentivam respostas diferenciadas de divulgação. O trabalho de Neu, Warsame e Pedwell retificou estudos anteriores (OLIVER, 1991), ao afirmar que em função de conflito de interesses, as empresas tentam legitimar informações para públicos relevantes e desafiar ou mesmo ignorar públicos menos importantes. Os autores recomendam que os conteúdos dos relatórios anuais ofereçam às organizações um método eficaz de gerenciamento de percepções das partes interessadas.

Para a análise do tipo de evidência em relatórios de sustentabilidade são apresentadas na literatura (GRAY; KOUHY; LAVERS, 1995; NOSSA, 2002) as seguintes categorias:

- **Evidência Declarativa:** quando somente a informação qualitativa é apresentada e expressa em termos puramente descritivos;
- **Evidência Quantitativa não-monetária:** quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza não financeira;
- **Evidência Quantitativa monetária:** quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza financeira.

¹⁴ O texto em língua estrangeira é: “has been a personally depressing experience in terms of the quality, objectivity and relevance of the information found, despite this being a relatively new and voluntary field.”

- **Evidência Quantitativa monetária e não-monetária:** quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza financeira e não-financeira.

Para o tipo de notícia em relatórios de sustentabilidade, Gray, Kouhy e Lavers (1995) recomendam as seguintes categorias:

- **Informação Boa:** declaração que reflita crédito para a empresa;
- **Informação Neutra:** declaração cujo crédito ou descrédito para a empresa não é óbvio.
- **Informação Ruim:** qualquer declaração que reflita descrédito para a empresa.

Murcia *et al.* (2008) ao analisarem os aspectos metodológicos da pesquisa acerca da divulgação das informações ambientais, observaram que as informações divulgadas por empresas de capital aberto com ações negociadas em Bolsas de Valores são mais acessíveis a execução de pesquisas, existindo nos estudos realizados os seguintes critérios para a seleção da amostra de empresas:

- **Maiores Empresas:** Grupo formado por grandes empresas (critério em função da dimensão significativa quanto ao Ativo Total, Patrimônio Líquido, Receita Bruta, número de empregados), com influência nas regiões onde estão inseridas e relevantes para o desenvolvimento econômico do país.
- **Setores Sensíveis ao Meio Ambiente:** Setor ou grupo de setores que possuam alto impacto ambiental.
- **Empresas pertencentes a Índices de Sustentabilidade:** empresas que têm procurado associar a sua imagem empresarial a uma postura ambientalmente correta, por exemplo, através da participação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE – Bovespa) e do Índice de Sustentabilidade *Dow Jones*.

Para garantir a validade das pesquisas científicas no levantamento e na análise das informações de caráter ambiental divulgadas pelas empresas brasileiras, Murcia *et al.* (2008) recomendam uma estrutura conceitual visando padronizar a

condução dos estudos na área de *disclosure* ambiental¹⁵, permitindo que a pesquisa reflita adequadamente o fenômeno estudado (validade) e produza medições constantes (confiabilidade). Esta estrutura tem como fio condutor a análise de conteúdo, amplamente adotada nas pesquisas científicas relacionadas com evidenciação de informações ambientais (NOSSA, 2002, GRAY; KOUHY; LAVERS, 1995).

Murcia *et al.* (2008) recomendam a condução de futuros estudos para testar empiricamente a estrutura conceitual visando padronizar a condução dos estudos na área de *disclosure* ambiental com a análise de uma amostra de empresas de setores de alto impacto ambiental e a análise em outros canais de comunicação como Relatórios de Sustentabilidade.

Rosa *et al.* (2012) realizaram um estudo comparativo das contribuições teórico-metodológicas sobre evidenciação ambiental no Brasil e Espanha. Foram avaliados 103 artigos publicados no período de 1991 a 2010, revelando que no Brasil o tema se consolidou após 2007, com pesquisas que remetem a estudos sobre contabilidade ambiental, com investigações de relatórios corporativos objetivando a identificação do perfil da informação. Na Espanha, o tema se desenvolveu a partir de 2000 com enfoque na normatização, na GRI, indicadores de sustentabilidade e informação ambiental.

As quantificações das informações requeridas pelos indicadores essenciais de desempenho econômico, ambiental e social propostos pelas Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* - GRI, efetivamente fornecidas pelas empresas brasileiras e estrangeiras em seus relatórios de sustentabilidade, foram desenvolvidas e avaliadas por autores como Dias (2006), Carvalho e Siqueira (2007), Castro, Siqueira e Macedo (2009) e Fernandes, Siqueira e Gomes (2010).

Dias (2006) avaliou os indicadores essenciais apresentados nos relatórios de sustentabilidade, comparando-os com as informações exigidas pela GRI, através da criação de um índice denominado *Grau de Aderência Plena aos Indicadores Essenciais solicitados pelo GRI* (GAPIE-GRI), cujo valor pode variar na faixa de 0% a 100%. O universo pesquisado foi constituído de empresas brasileiras participantes do banco de dados da GRI em 2005, e conforme permitido pelo modelo da GRI,

¹⁵ *disclosure* ambiental: evidenciação ambiental, divulgação de informações ambientais.

incluindo os indicadores omitidos com justificativas. A pesquisa sinalizou uma grande variação de aderência plena das empresas brasileiras, indo de 6% a 95,83%, indicando diferentes estágios de utilização destes indicadores. A autora concluiu que as empresas precisam

despender maior seriedade e/ou atenção ao elaborarem seus relatórios para que os usuários dos mesmos não sejam levados a acreditar que determinada empresa está apresentando seu relatório em conformidade com o GRI quando, na verdade, grande parte de seus indicadores apresenta problemas relativos ao que realmente deveria ser informado. (DIAS, 2006, p. 150).

Carvalho e Siqueira (2007) analisaram o GAPIE-GRI e o grau de evidenciação efetiva dos relatórios de sustentabilidade através do *Grau de Evidenciação Efetiva* (GEE) dos relatórios de empresas latino-americanas, excluídas as brasileiras, que utilizam as Diretrizes GRI. Os valores do grau de aderência encontrados foram baixos e com grande variação, de 16,33% a 54%, assim como o cálculo do GEE, excluído os indicadores justificadamente omitidos. Também concluíram sobre a necessidade das empresas avaliadas precisarem evoluir no atendimento às Diretrizes da GRI e na disponibilização de mais informações visando melhorar a qualidade do relatório de sustentabilidade.

Castro, Siqueira e Macedo (2009) retornaram aos cálculos dos Graus de Aderência Plena (GAPIE-GRI) e de Evidenciação Efetiva (GEE) em relatórios de sustentabilidade das empresas do setor elétrico sul americano elaborados com base na revisão realizada em 2006 das Diretrizes da GRI, conhecida como G3. Corroborando estudos anteriores realizados por outros pesquisadores, Castro, Siqueira e Macedo concluíram que não havia empresa do universo amostrado que apresentasse alto grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI, incluindo as empresas classificadas com o maior nível de aplicação (nível A). Como nos resultados de Dias (2006) e Carvalho e Siqueira (2007), nesta pesquisa foi verificada uma grande variação no grau de aderência plena, variando de 6% a 57%, apesar das empresas pertencerem ao mesmo setor econômico, percebendo-se a necessidade da evolução da aplicabilidade do relatório “para que os diversos usuários possam ter acesso ao real nível de responsabilidade socioambiental das organizações” (CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2009, p. 13).

A avaliação dos resultados obtidos por Dias (2006) e Carvalho e Siqueira (2007) foi retomada por Fernandes, Siqueira e Gomes (2010) através da quantificação do grau de evidenciação efetiva (GEE) com a alteração do cálculo através da decomposição dos indicadores essenciais da GRI em núcleos de informações visando a apuração de quanto da informação potencial do modelo GRI é efetivamente disponibilizado. Os cálculos com a nova fórmula sugerida confirmaram os resultados obtidos por Dias (2006). Inversamente, os resultados na amostra avaliada por Carvalho e Siqueira (2007) apresentaram valores diferentes de GEE, porém com resultados passando da faixa de 8,00% a 55,10% para 11,38% a 68,26%, ou seja, ainda com um grau de evidenciação efetiva baixo.

As principais críticas aos relatórios apontadas por diversos autores foram reunidas por Fernandes, Siqueira e Gomes (2010) e estão relacionadas a:

- (i) Ausência de padronização, que dificulta a comparabilidade entre relatórios de diferentes empresas ou até mesmo de uma só entidade ao longo do tempo;
- (ii) Viés favorável, destacando aspectos positivos em detrimento dos negativos ou utilizando o relatório como ferramenta de *marketing*;
- (iii) Escopo limitado, uma vez que nem todas as informações são prestadas com a abrangência requerida;
- (iv) Falta de transparência, observada pela reduzida quantidade de notas explicativas, dificuldade de identificar os responsáveis pela elaboração dos relatórios e adoção de procedimentos previamente acordados quando submetidos à auditoria externa.

Leite Filho, Prates e Guimarães (2009) analisaram o nível de evidenciação das informações socioambientais dos relatórios de sustentabilidade no ano de 2007 das empresas consideradas com nível de aplicação A+ pela *Global Reporting Initiative*, nível mais alto de evidenciação. O estudo concluiu que, apesar de consideradas A+, nenhuma das empresas selecionadas atendeu ao nível de evidenciação ideal, atingindo apenas 49% do ideal proposto pela diretriz GRI o melhor resultado dos relatórios avaliados, mostrando que ainda há necessidade de melhorias para alcançar a excelência na publicação de informações de sustentabilidade.

Braga *et al.* (2011) pesquisaram a influência das partes interessadas no nível de divulgação ambiental no Setor de Energia Elétrica no Brasil através da análise dos relatórios de sustentabilidade de 60 empresas brasileiras do setor de energia elétrica, limitando-se às principais partes interessadas na divulgação ambiental neste setor: o governo federal, o agente regulador e os acionistas/investidores. O estudo concluiu que o nível de divulgação no setor de energia elétrica no Brasil é principalmente influenciado pelo agente regulador. Também concluiu que o relatório socioambiental compulsório exigido pelo agente regulador em 2006 provocou a melhora no nível de divulgação da informação ambiental nos períodos de 2006 a 2009.

Calixto (2009) conduziu análise das informações sociais e ambientais disponibilizadas nos *websites* corporativos e nos relatórios socioambientais de 46 companhias do setor de energia elétrica que exercem atividades em países latino-americanos, tendo em vista os grandes impactos provocados por suas atividades, tanto positivos quanto negativos, concluindo que há grande comprometimento do setor com as questões socioambientais, o que sugere uma preocupação em manter diálogo com seus *stakeholders*.

Tregidga e Milne (2006) analisaram o surgimento e a construção de um discurso de desenvolvimento sustentável nos relatórios sócio-ambientais de empresas líderes, publicados entre 1993 e 2003, na Nova Zelândia, levantando preocupações sobre o papel do relatório corporativo em construir e legitimar a resposta das empresas para o desenvolvimento sustentável quando o mesmo é utilizado para fortalecer noções elitistas dos gestores ambientais.

O Quadro 6, a seguir, apresenta um resumo da pesquisa bibliográfica, em ordem cronológica, dos estudos anteriores sobre relatórios de sustentabilidade apresentados neste trabalho.

Autores	Estudo e resultados
Neu, Warsame e Pedwell (1998)	Estudos de evidências ambientais nos relatórios anuais realçaram a multiplicidade das partes interessadas relevantes e como o poder relativo destes públicos incentivam respostas diferenciadas de divulgação. Em função de conflito de interesses, as empresas tentam legitimar informações para públicos relevantes e desafiar ou mesmo ignorar públicos menos importantes.
Dias (2006)	Avaliação dos indicadores essenciais apresentados nos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras participantes do banco de dados da GRI em 2005, comparando-os com as informações exigidas pela GRI, através da criação do <i>Grau de Aderência Plena aos Indicadores Essenciais solicitados pelo GRI</i> (GAPIE-GRI). Resultado: grande variação de aderência plena das empresas brasileiras, de 6% a 95,83%, indicando diferentes estágios de utilização destes indicadores.
Calixto e Mendonça (2006)	Dissociação entre as informações ambientais favoráveis dos relatórios empresariais de sustentabilidade e as notícias ambientais desfavoráveis divulgadas na mídia.
Tregidga e Milne (2006)	Análise do discurso de desenvolvimento sustentável nos relatórios sócio-ambientais de empresas líderes, publicados entre 1993 e 2003, na Nova Zelândia, levanta preocupações sobre o papel do relatório corporativo em construir e legitimar a resposta das empresas para o desenvolvimento sustentável quando o mesmo é utilizado para fortalecer noções elitistas dos gestores ambientais.
Carvalho e Siqueira (2007)	Análise do GAPIE-GRI e do <i>Grau de Evidenciação Efetiva</i> (GEE) dos relatórios de empresas latino-americanas, excluídas as brasileiras, que utilizam as Diretrizes GRI. Os valores do grau de aderência encontrados foram baixos e com grande variação, de 16,33% a 54%, assim como o cálculo do GEE, excluído os indicadores justificadamente omitidos.
Murcia <i>et al.</i> (2008)	Análise dos aspectos metodológicos da pesquisa acerca da divulgação das informações. Critérios para a seleção da amostra de empresas: Maiores Empresas, Setores Sensíveis ao Meio Ambiente e Empresas pertencentes a Índices de Sustentabilidade.
Murcia <i>et al.</i> (2008) Nossa (2002), Gray; Kouhy; Lavers (1995)	Pesquisas científicas relacionadas com evidenciação de informações ambientais através da análise de conteúdo.
Castro, Siqueira e Macedo (2009)	Análise do GAPIE-GRI e de GEE em relatórios de sustentabilidade das empresas do setor elétrico sul americano elaborados com base na nas Diretrizes da GRI, versão G3. Conclusão: não havia empresa do universo amostrado que apresentasse alto GAPIE-GRI, incluindo as empresas classificadas com o maior nível de aplicação (nível A).
Calixto (2009)	Análise das informações sócio-ambientais disponibilizadas nos <i>websites</i> corporativos e nos relatórios socioambientais de 46 companhias do setor de energia elétrica que exercem atividades em países latino-americanos, conclui que há grande comprometimento do setor com as questões socioambientais, o que sugere uma preocupação em manter diálogo com seus <i>stakeholders</i> .
Hubbard (2009)	Relatórios de sustentabilidade de 30 grandes empresas globais em três setores com características diferentes (Óleo e Gás, Instituições Bancárias e Alimentos) pendiam para as informações favoráveis do ponto de vista socioambiental.

Autores	Estudo e resultados
Leite Filho, Prates e Guimarães (2009)	Análise do nível de evidenciação das informações socioambientais dos relatórios de sustentabilidade no ano de 2007 das empresas consideradas com nível de aplicação A+ pela GRI. Nenhuma das empresas selecionadas atendeu ao nível de evidenciação ideal, atingindo apenas 49% do ideal proposto pela GRI.
Fernandes, Siqueira e Gomes (2010)	Quantificação do GEE com a alteração do cálculo através de análise de conteúdo pela decomposição dos indicadores essenciais da GRI. Os cálculos confirmaram estudos anteriores com um grau de evidenciação efetiva baixo.
Braga <i>et al.</i> (2011)	Pesquisa da influência das partes interessadas através da análise dos relatórios de sustentabilidade de 60 empresas brasileiras do setor de energia elétrica, limitando-se às partes interessadas: governo federal, agente regulador e acionistas/investidores. Conclui que o nível de divulgação no setor de energia elétrica no Brasil é principalmente influenciado pelo agente regulador. A publicação compulsória exigida pelo agente regulador em 2006 provocou a melhora no nível de divulgação da informação ambiental nos períodos de 2006 a 2009.
Gallon <i>et al.</i> (2012)	Relatórios de Sustentabilidade de 25 empresas, de 2007 a 2009, 19 empresas com evidenciação moderada, cinco empresas com evidenciação baixa e apenas uma empresa com evidenciação elevada.
Rosa <i>et al.</i> (2012)	Estudo comparativo das contribuições teórico-metodológicas sobre evidenciação ambiental no Brasil e Espanha. Avaliados 103 artigos, de 1991 a 2010. No Brasil, tema consolidado após 2007, com estudos sobre contabilidade ambiental, objetivando a identificação do perfil da informação. Na Espanha, o tema se desenvolveu a partir de 2000, com enfoque na normatização, na GRI, indicadores de sustentabilidade e informação ambiental.

Quadro 6 – Estudos anteriores sobre relatórios de sustentabilidade

Fonte: O autor, 2013.

Este item encerra-se com a ressalva feita por Gray (2006), para quem a importância do tema sustentabilidade requer que os relatórios devam ser desenvolvidos em um contexto obrigatório urgente, porém com o relato explícito sobre a sustentabilidade do negócio, o que não é observado nos relatórios ao apresentarem erros na especificação do que é sustentabilidade.

1.4.5 Outras diretrizes de gestão para a sustentabilidade

Existem muitas iniciativas voluntárias visando fomentar a responsabilidade social das organizações, entendendo-se responsabilidade social, como a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades

na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente (ABNT, 2010).

As abordagens destas iniciativas podem ter uma abrangência geral, aplicáveis para qualquer tipo e tamanho de organização, ou para o uso específico de um determinado setor, e são materializadas através de recomendações, diretrizes, códigos de conduta e declarações de princípios. O Quadro 7 apresenta alguns exemplos destas iniciativas (ABNT, 2010).

Iniciativa	Informações
AccountAbility Série AA1000	Organização associativa aberta a todas as organizações e com foco na verificação de relatórios de sustentabilidade e responsabilidade social e no engajamento das partes interessadas. Desenvolveu três normas: AA 1000APS – Princípios gerais de <i>accountability</i> ¹⁶ AA1000AS – Requisitos para a verificação de sustentabilidade AA1000SES – Estrutura para o engajamento das partes interessadas.
World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)	Organização associativa voltada principalmente para grandes empresas. Desenvolveu diversas iniciativas e ferramentas, como: <i>The Global Water Tool</i> (Ferramenta para a questão mundial de água) <i>Improving Stakeholder Engagement: Measuring Impact</i> (Melhoria do engajamento das partes interessadas: medição dos impactos). <i>Organizational Governance: Issue Management Tool</i> (Governança organizacional: ferramenta para gestão de questões). <i>Sustainable Development: A learning Tool</i> (Desenvolvimento Sustentável: ferramenta de aprendizagem). Vários outros documentos como diretrizes, iniciativas e ferramentas para questões socioambientais específicas.
Indicadores do Instituto Ethos	Organização brasileira que busca promover a responsabilidade social no setor empresarial. Fornece várias ferramentas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), entre elas um conjunto de indicadores de RSE.
Diretrizes de Sustentabilidade IHA	A <i>International Hydropower Association</i> (IHA) é uma organização de empresas de geração de energia hidrelétrica. Produz várias ferramentas e publicações. As Diretrizes de Sustentabilidade IHA contêm recomendações de ações relativas às questões econômicas, sociais e ambientais.

Quadro 7 – Exemplos de outras iniciativas voluntárias em responsabilidade social

Fonte: O autor, 2013. Adaptado de ABNT, 2010, p. 90.

¹⁶ Definição de *accountability* (ABNT, 2010, p. 2): “condição de responsabilizar-se por decisões e atividades e prestar contas destas decisões e atividades aos órgãos de governança de uma organização, a autoridades legais e, de modo mais amplo, às partes interessadas da organização”.

1.4.6 Considerações sobre diretrizes de gestão para a sustentabilidade

Nas últimas duas décadas foram desenvolvidos diversos modelos de diretrizes visando orientar o aperfeiçoamento da organização para práticas socioambientais éticas e transparentes, incluindo a comunicação de seu desempenho através de indicadores e relatórios.

Os estudos relacionados com os relatórios de sustentabilidade, mais especificamente com os relatórios com base na diretriz de gestão para a sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*, descritos no presente item, em detrimento dos esforços de normalização de padrões mundiais, demonstram que há problemas na qualidade da informação com relação à completeza, padronização e credibilidade do conteúdo.

1.5 Transparência e maquiagem verde corporativa

A variável ambiental obtém um destaque crescente na estratégia empresarial como uma nova oportunidade de fazer negócios. Entre os fatores de influência que determinam o reconhecimento do gerenciamento ambiental como parte integrante dos processos decisórios corporativos, incluem-se a opinião pública; o aumento da concorrência; novos padrões de competição e as alterações climáticas no planeta.

Assim, associado ao grande interesse público pelas questões ambientais, as empresas passaram a rever suas estratégias de como querem ser percebidas pela sociedade.

Para isto, o *marketing* ambiental tornou-se um dos elementos decisivos das organizações ao apresentar suas atividades, produtos e serviços para o consumidor em diversos formatos: venda de créditos de carbono; diferenciação do concorrente através de ações que demonstrem a sua responsabilidade ambiental; certificação com base na norma internacional ISO 14001; ou alterações em seus produtos ou serviços para que o consumidor tenha a percepção que tais empresas são ambientalmente corretas.

O surgimento de uma grande quantidade de informações enganosas (LAYRARGUES, 1996), é amplamente citado em meios não acadêmicos internacionais, porém pouco estudado em artigos técnicos ou científicos. Na língua inglesa, o novo termo *greenwashing* refere-se às empresas que apresentam produtos e serviços com aparência ambiental que iludem os clientes, consumidores e organismos governamentais ou fazem que estas partes interessadas não possuam confiança e nem percebam credibilidade nestas empresas.

Por isto, Tapscot e Ticoli (2005) preveem que a variável *confiança* será crucial para a sobrevivência dos negócios em futuro recente, pois os grupos de atores envolvidos ou interessados no atual ambiente de negócios esperam perceber confiança e transparência. Como resultado de pesquisa sobre transparência e diálogo nas organizações, Quelhas e Alledi Filho (2009, p. 35) informam que uma gestão transparente envolve “uma comunicação aberta, honesta e direta da organização com seus *stakeholders*, possibilitando acesso dos mesmos aos assuntos que afetam os seus interesses”.

Este item visa analisar o termo *greenwashing* e como ele é praticado por grandes empresas. São identificados os motivos que provocaram o crescente discurso empresarial enaltecendo os benefícios ambientais de empresas, produtos e serviços, assim como as principais formas de divulgação de tais benefícios, muitas vezes inexistentes ou inadequados.

1.5.1 Transparência e *greenwashing*

Como já observado por diversos autores no capítulo 1.2 desta tese, ao invés da variável ambiental provocar a mudança da gestão corporativa por um novo modelo de crescimento econômico integrado com o socioambiental, ideia surgida com o Desenvolvimento Sustentável, observou-se em muitas situações o uso equivocado do conceito do desenvolvimento sustentável e também a banalização do uso desta expressão e de palavras como “eco”, “verde” e “sustentabilidade” (FURTADO, 2003).

Também se registrou o surgimento do *Ecobusiness*, uma “nova forma de gerenciar os negócios mantendo as mesmas estruturas que o desencadearam” (BRUGGER, 1993. p. 136), conforme identificado por Duncan (1992) e em documentos preparativos e retrospectivos (BRUNO, 2002) da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro.

O princípio da transparência empresarial afirma que uma organização deve disponibilizar, quando aplicável, o acesso às informações referentes às suas ações (ABNT, 2012), tais como as suas decisões e atividades que tenham impacto no meio ambiente e na sociedade. A ISO 26000 (ABNT, 2010) define que uma empresa é transparente quando apresenta franqueza sobre decisões e atividades que impactam na sociedade e no meio ambiente.

A expressão *greenwashing* entrou oficialmente para o léxico inglês em 1999 (FUTERRA, 2008), publicada no *Oxford English Dictionary* como o ato de enganar consumidores apregoando as práticas ambientais de uma empresa ou os benefícios ambientais de um produto ou serviço.

A expressão popular inglesa *whitewashing* (OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2007) é o ato de pintar a parede externa de uma casa com cal para dar uma boa aparência apenas momentânea, pois não resiste a ação direta dos primeiros pingos de chuva. A expressão também é utilizada quando se inocenta alguém através de investigações superficiais. Por analogia, *greenwashing*, é a boa aparência ambiental que não resiste a uma avaliação crítica.

Se literal, a tradução brasileira para *greenwashing* é “lavagem verde”, porém adaptações para a realidade e cultura brasileiras foram encontradas na pesquisa bibliográfica: lavagem verde, pincelada de verde (LINS; SILVA, 2007) verniz verde, sendo a que melhor traduz a expressão para a cultura brasileira é “maquiagem verde” (SEVÁ FILHO, 1996), pois além de remeter à origem etimológica inglesa do ato de pintar, exprime também a questão de camuflar as imperfeições através do uso de artifícios cosméticos, e por isto, será adotada neste presente trabalho.

Algumas corporações praticam a maquiagem verde de suas imagens patrocinando organizações externas independentes, em geral organizações não governamentais ou instituições de ensino e pesquisa, para que estas últimas confirmem os benefícios e atitudes ambientais das primeiras (MACDONALD, 2008). Esta forma de tentar dar credibilidade e confiança pode ter efeito contrário, pois estes devem ser valores construídos, paulatinamente, através da coerência e consistência de ações, competência e ética. Contudo, podem ser rapidamente desconstruídos se for percebida a incompetência, omissão ou manipulação (DE MARTINI JR, 1995).

Para Pelizzoli (1999, p. 78) o *greenwashing* “é a resposta acomodativa do mercado neoliberal despreparado ao desafio absolutamente ‘subvertedor’ que é construir uma sociedade e economia sustentáveis”. Layrargues (1996) relatou as duas etapas da manipulação discursiva da maquiagem verde: a apropriação do discurso da comunidade ambientalista pelo setor empresarial, seguida pela substituição de aspectos significantes deste discurso ambientalista por outros superficiais sem que se perceba qualquer modificação substancial.

A pesquisa bibliográfica realizada para este trabalho no banco de teses da CAPES e em outros mecanismos de buscas, registraram um número bastante reduzido de trabalhos acadêmicos ou artigos técnicos e científicos sobre o assunto *greenwashing*, sendo os principais referenciados no presente capítulo.

Ao contrário, o interesse exponencial da sociedade nos últimos anos pelo assunto *greenwashing* pode ser evidenciado na Tabela 4, a seguir, que apresenta através de pesquisa no banco de dados do buscador “Google Blogs” o número de vezes de publicação da palavra “greenwashing” em *blogs* na Internet em cada ano a partir de 2003, quando a palavra ainda não aparecia. A ferramenta de busca “Google Blogs” foi adotada por sua capacidade em acessar bases diferentes.

Tabela 4 – Resultados de publicação anual da palavra *greenwashing* em blogs a partir de 2003

Ano	Número de vezes de publicação da palavra <i>greenwashing</i> em blogs
2003	0
2004	3
2005	64
2006	2.164
2007	9.269
2008	23.592
2009	43.235

Fonte: O autor, 2013. Pesquisa no Google Blogs

A falta de produção científica disponível sobre *greenwashing*, assunto crucial nos temas sustentabilidade corporativa e transparência das empresas por envolver a comunicação de benefícios ambientais para as partes interessadas, pode ser explicada por se tratar de um tema relativamente novo, estando ainda em um estágio de identificação e análise pela comunidade acadêmica.

1.5.2 Pesquisas de opinião e de confiabilidade dos produtos

Pesquisas de opinião pública concluíram que o consumidor tem disposição para tomar decisões de compra baseadas nos aspectos socioambientais de um produto ou serviço. Cairncross (1992) relacionou pesquisa realizada na Grã-Bretanha em que os consumidores mostravam-se com disposição para pagar valores acima de 25% maiores por alimentos orgânicos sem agrotóxicos. As

pesquisas replicadas nos Estados Unidos da América e Canadá confirmaram os resultados ingleses, porém com ágios menores.

Pesquisa de opinião pública realizada no Brasil e divulgada em 2009 pelo Instituto Akatu (CÁSSIA, 2009) concluiu que 53% das pessoas do universo amostral pesquisado deixariam de comprar produtos normalmente consumidos se soubessem que o produto ou seu fabricante prejudica o meio ambiente ou a sociedade.

Este surgimento de uma nova população de consumidores interessados pelas questões socioambientais de produtos e serviços fez com que a variável socioambiental ganhasse prioridade na estratégia corporativa como uma nova oportunidade de fazer negócios e obter lucro. Neste contexto, o *marketing* ambiental é usado pelas empresas como uma ferramenta estratégica para planejar, posicionar e manter a imagem da empresa na mente do consumidor como socioambientalmente correta. Porém, como destaca Cairncross (1992, p. 170), “a propaganda verde em geral tende a enfatizar os elementos desagradáveis retirados de um produto, sem falar muito sobre as outras substâncias ruins ainda presentes ou adicionadas em substituição”.

Esta afirmação pode ser confirmada através do trabalho desenvolvido pela TerraChoice Environmental Marketing (2007), empresa especializada em propaganda e *marketing*, que pesquisou a confiabilidade de informações de 1.018 tipos de produtos com diferenciais teoricamente sustentáveis vendidos nos Estados Unidos da América e Canadá. Esta pesquisa constatou que 99,9% dos exemplares avaliados eram falsos ou dúbios, e ainda classificou os principais problemas em seis categorias: malefícios ocultos, falta de provas, imprecisão, irrelevância, polêmicos e mentira. Estas categorias são detalhadas a seguir.

Malefícios Ocultos: o maior percentual de *greenwashing* encontrado na pesquisa, totalizando 57% dos produtos pesquisados (580 produtos), foi o *marketing* ambiental destacando um benefício ambiental e a omissão de outros aspectos ambientais importantes do produto, impedindo uma análise do desempenho ambiental global do mesmo. Alguns exemplos desta categoria encontrados na pesquisa:

- Produtos que utilizam papel reciclado, porém, sem atenção para os impactos ambientais do processo produtivo para a fabricação do mesmo, tais como: a geração de efluentes líquidos, as emissões atmosféricas e o consumo de energia.

- Produtos de escritório (fotocopiadoras e impressoras) que possuem maior eficiência energética, sem atentar para a geração de resíduos perigosos gerados ou compatibilidade com o reaproveitamento de papel ou cartuchos de tintas.

Falta de Provas: a segunda maior frequência de casos de *greenwashing*, com 26% de produtos pesquisados (264 produtos) foram de produtos cujas propagandas não conferem sustentação ao benefício anunciado através de uma evidência objetiva, como uma comprovação científica, ou uma rotulagem ambiental por meio de uma certificação independente com credibilidade. Alguns exemplos desta categoria encontrados na pesquisa que não apresentaram quaisquer evidências objetivas ou certificações:

- Lâmpadas com maior eficiência energética.
- Produtos cosméticos que não realizam testes em animais para garantir a segurança dos produtos.
- Produtos feitos com papel que adotam a reciclagem de papel na sua produção.

Imprecisão: nesta categoria estão os produtos em que os benefícios não são claramente definidos ou não são explicados os critérios para a sua classificação, confundindo o consumidor potencial do produto. Estes produtos atingiram 11% do universo pesquisado (112 produtos). Alguns exemplos desta categoria encontrados na pesquisa:

- Produtos que alegam ser “Sem Química”, como inseticidas. Ao invés de anunciar que não possuem produtos químicos agressivos ao homem e ao meio ambiente, apregoam não apresentar compostos químicos, definição imprecisa, pois todos os ingredientes de qualquer produto são compostos químicos;
- Produtos que alegam ser “Sem Produtos Tóxicos”, como produtos de limpeza, desconsiderando o princípio de Paracelso que o veneno é uma questão de dose: "Tudo é veneno, não há nada que não seja veneno. Depende tão somente da dose" (ABEN, 2006);
- Produtos que alegam ser “100% Natural” para se diferenciar de produtos sintetizados artificialmente, como produtos para o tratamento

de cabelos, mas que possuem compostos químicos encontrados na natureza, como metais pesados;

- Produtos que alegam ser “Verde” ou “Sustentável”, como produtos que informam conter material reciclado, mas não informam o percentual de matéria prima reciclada.

Irrelevância: produtos cujas informações, apesar de corretas, são irrelevantes, atingiram 4% (41 produtos) dos produtos pesquisados, podendo iludir o potencial consumidor na escolha do produto, como, por exemplo, produtos vendidos em embalagens *spray* com propelentes livres de Cloro-fluor-carbono (CFC). A informação é irrelevante, pois o uso de CFC é proibido pelo Protocolo de Montreal (BRASIL, 1990a) e, assim, todos os produtos concorrentes também não empregam mais este propelente que agride a camada de ozônio, não sendo nenhuma vantagem ou diferencial para a escolha deste produto.

Polêmicos: produtos encontrados em 1% (10 produtos) da amostragem pesquisada podem apresentar vantagens ambientais comparativas perante a concorrência, mas pertencem a categorias polêmicas e que, de uma forma geral, possuem valores ambientais questionados pela sociedade, tais como cigarros orgânicos, e defensivos agrícolas orgânicos, que apesar de possuir um mercado consumidor, podem não ser necessários ou poderiam ser aplicados de forma mais controlada.

Mentira: encontrados em poucas amostras no universo pesquisado, 1% (10 produtos) são produtos que apregoam uma mensagem falsa, sendo principalmente: o uso inapropriado de certificação por organismos independentes, como produtos com certificação não comprovada ou registros em entidades ambientais falsas ou embalagens com informações sobre reciclabilidade erradas.

O Quadro 8, a seguir, apresenta uma síntese da Pesquisa de Confiabilidade de Informações de Produtos realizada pela TerraChoice Environmental Marketing.

Categoria de <i>greenwashing</i>	Percentual dos produtos pesquisados (%)	Definição	Exemplos
Malefícios Ocultos	57	Destaque para um benefício ambiental e a omissão de outros aspectos ambientais.	Produtos que utilizam papel reciclado, porém, sem atenção para os impactos ambientais do processo produtivo para a fabricação do mesmo.
Falta de Provas	26	Propagandas não conferem sustentação ao benefício anunciado.	Lâmpadas com maior eficiência energética.
Imprecisão	11	Benefícios não são claramente definidos ou não são explicados os critérios para a sua classificação.	Produtos que alegam ser “Verde” ou “Sustentável”, como produtos que informam conter material reciclado, mas não informam o percentual de matéria-prima reciclada
Irrelevância	4	Informações irrelevantes, apesar de corretas.	Produtos <i>spray</i> livres de CFC. A informação é irrelevante, pois o uso de CFC é proibido, não sendo diferencial para a compra.
Polêmicos	1	Possuem valores ambientais questionados pela sociedade.	Cigarros orgânicos.
Mentira	1	Mensagem falsa.	Produtos com registros em entidades ambientais falsas.

Quadro 8 – Síntese da Pesquisa de Confiabilidade de Informações de Produtos
 Fonte: O autor, 2013. Adaptado de TerraChoice Environmental Marketing, 2007.

Retornando ao *marketing* ambiental como uma forma de publicidade ou veiculação de determinada marca de uma empresa com a classificação de “ambientalmente correta”, Goulart (2009, p 23) esclarece que “marca é o símbolo que permite ao consumidor identificar todas as qualidades do produto”, e, portanto, deve ser verdadeira e “representar de fato aquilo que sugere ao consumidor”.

No Brasil, os principais diplomas legais que regulamentam a questão relacionada com a veracidade da informação veiculada ou sugerida em produtos e serviços são: a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, artigo 124, inciso X, que regula os direitos e obrigações relativas à propriedade industrial, e proíbe o registro da marca que induza a falsa indicação quanto à origem, procedência, natureza, qualidade ou utilidade do produto ou serviço a que a marca se destina (BRASIL, 1996); e o Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990b), que dispõe sobre a

proteção do consumidor e, em seu capítulo III, artigo 6º, garante como direito básico do consumidor a informação adequada e clara (inciso III) e a proteção contra a publicidade enganosa (inciso IV).

Problemas relacionados com a falta de clareza dos anúncios publicitários fizeram que o *marketing* verde passasse por regulamentação nos países europeus (FUTERRA, 2008). No Brasil, o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – CONAR é uma organização não governamental que atua para impedir que a publicidade enganosa ou abusiva cause constrangimento ao consumidor ou a empresa. O CONAR recebe poucas reclamações de cunho socioambiental contra anúncios publicitários. Em 2008, os processos instaurados por queixas de consumidores relacionadas com o assunto “preocupação com a ecologia” foi de apenas 1,6% (duas reclamações) do total de 123 questionamentos significativos recebidos pela entidade. O assunto “responsabilidade social” teve 6,5% (dezoito reclamações) do total de questionamentos significativos (CONAR, 2009).

Em 2011, o CONAR reconheceu a existência de abusos na comunicação sobre sustentabilidade e revisou o Código de Autorregulamentação Publicitária com um novo anexo, intitulado “Apelos de Sustentabilidade”, para orientar a elaboração de anúncios de propaganda com diferenciais socioambientais (MARINO, 2011).

1.5.3 Ações para fomentar a transparência

O novo comportamento estratégico de uma empresa deve ser baseado em princípios éticos (BRAGION, 2006), envolvendo o interesse dos *stakeholders*. Algumas ações visando fomentar a transparência, ou reforçar a credibilidade das informações divulgadas pelas empresas em seus produtos e serviços, já podem ser elencadas em diversos segmentos produtivos.

Estas iniciativas têm origem em políticas públicas e empresariais, e são compostas principalmente de programas de etiquetagem com a adoção de selos que facilitam a comunicação com o público consumidor, divulgação de informações técnicas e o emprego da prática voluntária de certificação de produtos e serviços através de selos verdes ou ecosselos conferidos por organismos de certificação independentes.

Começam a surgir no Brasil medidas que privilegiam com tributação diferenciada para bens em função de critério ambiental, tais como menores taxações e impostos sobre eletrodomésticos que possuam maior eficiência energética (BECK, 2009) e de automóveis que tenham a tributação diferenciada por emissão poluente (BARBOSA, 2009).

Em contraste, alguns produtos são classificados como maquiagem verde por não possuírem sustentação sólida ao benefício anunciado através de uma evidência objetiva. Esta evidência se caracteriza por ausência de uma comprovação científica ou inexistência de uma rotulagem ambiental através de uma certificação independente com credibilidade. Estas situações tornam-se críticas, pois o aparecimento de incertezas científicas, que podem acontecer em função de variações nas estimativas consideradas nas análises técnicas e pela complexidade das informações, é um dos problemas principais do *marketing* ambiental de produtos e serviços classificados como *greenwashing*, pois provocam, pela desconfiança, uma percepção pública negativa.

Alguns exemplos de ações para fomentar a transparência são descritos a seguir para os principais segmentos produtivos.

Construção Civil: existem muitos programas internacionais de avaliação ambiental de edificações ou de obras, com características e requisitos diferentes e que avaliam os critérios para uma construção ser considerada sustentável, tais como o uso racional da água e de energia, o uso consciente de materiais, a qualidade ambiental dos ambientes e sua localização. Os principais programas são: LEED - *Leadership in Energy and Environmental Design* (EUA); HQE *Haute Qualité Environmentale* (França); CASBEE (Japão); Green Star (Austrália) (PLAZA; PINTO, 2009).

Automotivo: no setor automotivo brasileiro se observa o esforço para divulgar informações técnicas não disponíveis para a sociedade objetivando auxiliar a tomada de decisão do consumidor. Em 2009, o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) divulgaram uma lista que classifica os níveis de emissões dos carros produzidos no Brasil em 2008. Utilizaram-se como critérios as emissões de três gases poluentes (monóxido de carbono, óxidos de nitrogênio e hidrocarbonetos) medidos em cada modelo de veículo automotivo e comparados aos valores máximos de emissões

permitidos em legislação pelo Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (SODRÉ, 2009).

Aparelhos domésticos: com o objetivo de estruturar ações que fomentassem a conservação de energia, o Governo Federal Brasileiro criou o Programa Brasileiro de Etiquetagem para informar aos consumidores sobre o consumo de energia dos equipamentos eletrodomésticos e, assim, facilitar a seleção na compra de produtos de maior eficiência em relação ao consumo de energia. Para tal, foram estabelecidas informações confiáveis sobre o consumo de energia dos aparelhos eletrodomésticos através de ensaios técnicos que são amplamente divulgadas e expostas em local visível nos produtos através do Selo Procel para os equipamentos elétricos domésticos e Selo Conpet para aparelhos domésticos a gás (INMETRO, 2009a).

Produtos Florestais: existem diversos ecosselos internacionais de certificação florestal, concedidos para as empresas de beneficiamento de madeira que apresentem um manejo sustentável, tais como: FSC - *Forest Stewardship Council, Program for the Endorsement of Forest Certification Schemes* – PEFC para os países da comunidade europeia e sistemas nacionais (Suécia, Finlândia, Noruega, Alemanha, Inglaterra, EUA, Canadá, África do Sul, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Chile, Áustria, Gana e Bélgica). No Brasil, existe o Cerflor: Manejo Florestal, participante do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC).

O Governo Federal criou o SBAC para desenvolver e coordenar as atividades de avaliação da conformidade e definiu o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como o gestor do SBAC para credenciar, através de uma acreditação, os organismos que pretendem fornecer o serviço de certificação para normas específicas.

Atualmente, existem organismos de certificação acreditados pelo INMETRO para Sistemas de Gestão da Qualidade (NBR ISO 9001), Ambiental (NBR ISO 14001), Manejo Florestal (NBR 14789), Responsabilidade Social (NBR 16001) e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC (NBR 14900). Para monitorar e controlar o processo de certificação foi criado no âmbito do SBAC a Comissão Permanente de Credibilidade que avalia a credibilidade quanto ao processo de acreditação no SBAC (INMETRO, 2009b).

Relatórios de Responsabilidade Social: visando o fortalecimento da credibilidade destes relatórios, a ISO 26000 (ABNT, 2010) recomenda a elaboração

de relatórios comparáveis ao longo do tempo e com relatórios produzidos por outras organizações do mesmo setor, justificando os tópicos omitidos, com processo de verificação rastreável e independente, que comprove refletir as questões relevantes para as partes interessadas e com o relato por uma organização externa do atendimento das diretrizes para a elaboração do relatório. As empresas que elaboram relatórios de sustentabilidade com base na estrutura de relatórios da *Global Reporting Initiative* (GRI) têm o nível de aplicação a esta estrutura acrescido de um ponto a mais (+) em cada nível (A+, B+ e C+) quando adota uma verificação externa por organismo independente.

1.5.4 Considerações sobre transparência e *greenwashing*

As empresas têm deveres em relação às partes interessadas, incluindo a responsabilidade por informações transparentes. Da mesma forma, as partes interessadas têm o direito de receber informações corretas para tomar uma decisão sobre uma organização, produto ou serviço e serem protegidos contra propaganda enganosa, pois podem não ter discernimento suficiente para reconhecer uma ação de *marketing* omissa ou falsa.

Quanto ao caminho para evitar o ceticismo público, acredita-se que ele passe pela conscientização dos *stakeholders* com relação à cobrança pela transparência das informações e através da decisão de compra. Porém, esta conscientização ainda é pouco identificada no cidadão brasileiro, haja vista a carência de reclamações de cunho socioambiental recebida pela entidade de autorregulamentação publicitária.

Ainda com relação ao cenário brasileiro, uma questão crucial para garantir a consistência da certificação de produtos e processos é a gestão do INMETRO para realizar avaliações periódicas dos organismos certificadores para que a certificação não perca a sua credibilidade, pois os organismos de certificação, pressionados pelas necessidades de mercado, poderiam fazer concessões à qualidade de seus serviços para obter contratos de auditoria.

As informações coletadas para a elaboração deste trabalho indicam que começam a aparecer, ainda que de forma não estruturada em uma política

ambiental mais ampla, algumas políticas públicas que vão além da rotulagem através de ecosselos ou a simples informação técnica, mas sim privilegiando com tributação diferenciada para bens em função de critério ambiental.

Concluindo, este item demonstra que a maquiagem verde é um assunto crucial nos temas sustentabilidade corporativa e transparência das empresas.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 Tipo de pesquisa e procedimentos

Levando-se em conta a definição do problema; que trata da deficiência na qualidade do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* identificada em estudos acadêmicos, porém sem aprofundar quais são as causas potenciais; e o estabelecimento do objetivo do estudo; que é realizar um exame crítico sobre os relatórios de sustentabilidade elaborados pelas empresas, tendo como base os relatórios do setor de geração de energia elétrica por hidroeletricidade no Brasil, e avaliar a significância destes documentos em prestar informações claras para a sociedade sobre a eficácia do desempenho das empresas na área socioambiental; adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, com o emprego de pesquisa do tipo descritiva e a utilização de procedimentos bibliográfico e documental, por meio de análise de conteúdo.

Para a presente tese foi realizada uma pesquisa descritiva exploratória sobre o tema Relatório de Sustentabilidade e sobre *Global Reporting Initiative*, por este ser o modelo de elaboração de relatórios de sustentabilidade mais adotado mundialmente na atualidade. Para a pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: relatório de sustentabilidade, *Global Reporting Initiative* e sustentabilidade.

A definição do problema e o desenvolvimento da hipótese, objetivos e questões basearam-se em pesquisa bibliográfica sobre o tema em artigos internacionais e nacionais publicados, dissertações, teses e livros.

2.1.1 Pesquisa documental

Segundo Godoy (1995) a pesquisa documental constitui o exame de materiais de natureza diversa, os quais não foram analisados ou que podem ser reexaminados na busca de novas interpretações, ou interpretações complementares ao desvendar um conteúdo latente que pode estar escondido em um discurso aparente, simbólico e polissêmico.

Para Laurence Bardin (2011) é importante estudar a comunicação escrita, manifestada no presente trabalho pelos relatórios de sustentabilidade e em notícias, quando se pretende entender o problema a partir da própria expressão e linguagem dos indivíduos envolvidos, sendo fundamental a correta seleção dos documentos a serem analisados em função dos propósitos, idéias ou hipóteses, o acesso a estes documentos e a codificação e análise dos dados através da análise de conteúdo.

A técnica de análise de conteúdo apresenta como característica a avaliação quantitativa de dados qualitativos (MÚRCIA et al, 2008). A análise de conteúdo, segundo Bardin, designa

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2011, p.48)

A autora definiu as seguintes etapas a serem adotadas na análise de conteúdo: definição do objeto de pesquisa, definição das categorias e subcategorias, definição da Unidade de Codificação e critérios para a análise da informação ambiental.

Definiu-se como o objeto de pesquisa de análise de conteúdo o “Relatório de Sustentabilidade” das empresas de energia elétrica, com base nas diretrizes da GRI, por ser a evidência de informação da realidade socioambiental disponibilizada pelas empresas.

2.1.1.1 Análise de conteúdo

Com orientação pelas hipóteses e referencial teórico, adotaram-se procedimentos de categorização, codificação e classificação para a exploração do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade. As categorias são os grupos formados por subcategorias, que são formados por unidades de informação (BARDIN, 2011). No caso desta pesquisa, as categorias são o conjunto de “testes” definidos para o Princípio da Abrangência, pois os testes relacionados com este princípio são os que devem ser feitos na etapa de validação para assegurar que o relatório forneça uma representação equilibrada do desempenho de sustentabilidade da organização, incluindo os resultados benéficos e adversos. As subcategorias são formadas por cada um dos testes existentes para o Princípio da Abrangência.

2.1.1.2 Unidades de Informação (UI)

As Unidades de Informação foram geradas pela decomposição de cada um destes testes com a utilização de sentenças, conforme recomendação em pesquisas com evidenciação ambiental (MILNE; ADLER, 1999). Desta forma, a definição do elenco de Unidades de Informação (UI) seguiu o processo de decomposição do “Princípio da Abrangência”, conforme adotado por Fernandes, Siqueira e Gomes (2010) para os indicadores essenciais da GRI, através da análise semântica com a utilização dos sinais pausais da língua portuguesa (o ponto e a vírgula) e a adição e exclusão por meio das conjunções coordenativas “e” e “ou” (CUNHA; CINTRA, 2001).

Quando a conjunção coordenativa aditiva “e” está entre duas palavras ou grupo de palavras que representam objetos de mesmo valor numa frase do princípio de Abrangência, esses núcleos são separados em unidades de informação diferentes.

No caso de ocorrência da conjunção coordenativa alternativa “ou” adotou-se uma única unidade de informação, pois apenas um item precisa ser atendido.

Exemplificando, o teste 3 do “Princípio da Abrangência”, cujo texto é “informações no relatório incluem todas as ações ou eventos significativos no período coberto e estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis”, foi decomposto em duas Unidades de Informação formadas pela separação dos dois grupos de palavras que representam objetos de mesmo valor na frase e que estavam unidos pela conjunção coordenativa aditiva “e”.

A primeira Unidade de Informação (UI T3.1) é “informações no relatório incluem todas as ações ou eventos significativos no período coberto”. E a segunda Unidade de Informação (UI T3.2) é “informações no relatório incluem estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis”.

Assim, aplicando-se o processo de decomposição nos testes do “Princípio da Abrangência” foram definidas as Unidades de Informação descritas nos Quadros 9 a 12.

Teste	Abrangência
T1	O relatório foi desenvolvido levando-se em conta toda a cadeia de organizações <i>upstream</i> e <i>downstream</i> e abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base nos princípios de materialidade, de contexto da sustentabilidade e de inclusão dos <i>stakeholders</i> .
UI	Descrição da Unidade de Informação
UI T1.1	Leva-se em conta toda a cadeia de organizações <i>upstream</i> e <i>downstream</i>
UI T1.2	Abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de materialidade.
UI T1.3	Abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio do contexto de sustentabilidade
UI T1.4	Abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de inclusão dos <i>stakeholders</i> .

Quadro 9 – Unidades de Informação do Teste 1 do Princípio da Abrangência

Fonte: O autor, 2013.

Teste	Abrangência
T2	O relatório inclui todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da organização relatora, salvo declaração em contrário
UI	Descrição da Unidade de Informação
UI T2.1	Inclui todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da organização relatora, salvo declaração em contrário.

Quadro 10 – Unidades de Informação do Teste 2 do Princípio da Abrangência

Fonte: O autor, 2013.

Teste	Abrangência
T3	As informações no relatório incluem todas as ações ou eventos significativos no período coberto e estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis
UI	Descrição da Unidade de Informação
UI T3.1	incluem todas as ações ou eventos significativos no período coberto
UI T3.2	Incluem estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis

Quadro 11 – Unidades de Informação do Teste 3 do Princípio da Abrangência.

Fonte: O autor, 2013.

Teste	Abrangência
T4	O relatório não omite dados relevantes que influenciariam as avaliações ou decisões dos <i>stakeholders</i> ou refletiriam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos.
UI	Descrição da Unidade de Informação
UI T.4.1	Não omite dados relevantes que influenciariam as avaliações ou decisões dos <i>stakeholders</i> ou refletiriam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos.

Quadro 12 – Unidades de Informação do Teste 4 do Princípio da Abrangência

Fonte: O autor, 2013.

A hipótese levantada na presente tese procura responder a questão central do estudo, ou seja, a operacionalização do processo de definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade pode não ser suficiente para apoiar a transparência empresarial pela possibilidade de apresentar resultados duvidosos.

A metodologia da GRI estabelece que na etapa de validação seja avaliada a completeza das informações significativas com relação ao “Princípio de Abrangência” antes de se iniciar a etapa final, que é a elaboração propriamente dita do relatório. Desta maneira, seria assegurada a representação equilibrada do desempenho de sustentabilidade da organização, incluindo os resultados benéficos e adversos.

Para examinar o atendimento da etapa de validação pelas empresas, este estudo quantificará as evidências pela avaliação de cada Unidade de Informação com base nas informações contidas nos relatórios de sustentabilidade das companhias, associadas com as informações de seus desempenhos socioambientais disponíveis por outras fontes de consulta independentes, como informações nos *websites* do Superior Tribunal de Justiça, Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais.

A seleção por informações em fontes de consulta independentes teve o propósito de evitar vieses provocados por amostras não representativas, inválidas ou não confiáveis em função, por exemplo, de distorções de artigos de jornal por seguirem uma linha editorial contrária ao evento divulgado.

Vale destacar que não é objetivo da avaliação das informações de notícias realizar o rastreamento das consequências, a legitimidade das constatações por autoridades públicas e a conclusão do processo avaliado, mas sim avaliar o nível de transparência do assunto no relatório. Ou seja, caso no ano base de pesquisa, tenha se encontrada uma notícia de autuação por autoridade competente, será avaliada apenas se a mesma notícia foi registrada no relatório de sustentabilidade do respectivo ano base, mesmo que posteriormente seja posteriormente justificada como improcedente, não se estendendo a pesquisa para outros anos até a conclusão final do assunto.

Para a coleta de notícias utilizou-se o buscador “Google”, aplicando-se filtros através da seleção de palavras-chave que levassem às páginas eletrônicas na internet que noticiassem acidentes ou ação civil pública envolvendo as empresas

selecionadas na pesquisa. Utilizou-se esta ferramenta por sua capacidade em acessar bases de informações diferentes. Foram selecionadas as seguintes palavras-chave associadas com o nome de cada empresa avaliada: “acidente”, “poluição”, “ação civil pública”, “ministério público”, “autuação”, “derramamento”, “ambiental”, “meio ambiente”, “atingidos por barragens” e “comunidade”.

Desta forma, conforme adaptado de Dias (2006) e Carvalho e Siqueira (2007), caso haja falha de evidenciação no relatório de sustentabilidade, independentemente de ser originada por omissão, negligência ou imprudência, ou não haja evidência da informação solicitada em cada Unidade de Informação, a mesma será classificada como *Inconsistente* e com a pontuação “0” e quando há a evidenciação será classificada com *Aderência Plena* e com a pontuação “1”. Caso a informação não seja suficiente para classificá-la como Aderência Plena ou como Inconsistente será classificada como *Dúbia* e com pontuação de 0,5. Estes critérios e pontuações estão consolidados no Quadro 13.

Categoria	Critério	Pontuação
Aderência Plena (AP)	Há evidência da informação solicitada na Unidade de Informação avaliada	1
Dúbia (D)	Não há evidência suficiente da informação solicitada na Unidade de Informação avaliada para classificá-la como AP ou I	0,5
Inconsistente (I)	Há falha de evidenciação ou não há evidência da informação solicitada na Unidade de Informação avaliada	0

Quadro 13 – Categorias de classificação e pontuação da informação
Fonte: O autor, 2013. Adaptado de DIAS, 2006; CARVALHO; SIQUEIRA, 2007.

Portanto, como há oito Unidades de Informação (UI T1.1, UI T1.2, UI T1.3, UI T1.4, UI T2.1, UI T3.1, UI T3.2 e UI T4.1), cada empresa avaliada poderá obter a pontuação máxima total de 8 pontos, ou atendimento pleno (100%), levando-se em conta a possibilidade de pontuação máxima (1 ponto) para cada uma das oito Unidades de Informação, todas com o mesmo peso e cada uma com o valor proporcional ao total de unidades de informação contidas no teste.

2.1.2 Critérios de seleção das empresas e delimitação do estudo

Para a seleção da amostra analisada por esta pesquisa, foram adotados os seguintes critérios:

- 1) A base de dados utilizada para seleção das empresas do Setor Elétrico é a constante no *website* oficial da GRI, endereço disponível em <http://www.globalreporting.org>, acesso em 20/11/2011;
- 2) Fazem parte do escopo todas as empresas geradoras de energia elétrica por Usina Hidrelétrica de Energia (UHE, com mais de 30 MW), que estejam localizadas exclusivamente em território brasileiro;
- 3) A pesquisa limita-se às empresas com nível de aplicação A+, por retratar organizações com o maior nível de aplicação das diretrizes da GRI e que tiveram verificação por organismo externo à organização. A GRI somente aceita divulgar relatório em seu site na Internet quando ele possui declarado o “Nível de Aplicação das Diretrizes da GRI”, que representa o nível de aplicação da estrutura de relatório da GRI, podendo ser C (menor nível), B (nível intermediário) e A (maior nível). Quando é utilizada verificação externa voluntária para o relatório é adicionado o símbolo “+” após a letra, por exemplo, C+, B+ e A+). Assim, para a seleção das empresas que compõe a base amostral delimitou-se a pesquisa para as empresas que tiveram o maior nível de aplicação das diretrizes da GRI na data de corte da pesquisa e cujos relatórios foram avaliados externamente;
- 4) As análises das empresas selecionadas limitam-se às empresas com relatórios de sustentabilidade com os critérios da versão vigente das diretrizes da GRI, versão G3 ou G3.1, com o nível de aplicação A+, disponíveis nos anos bases mais recentes, ou seja 2009, 2010 ou 2011. Optou-se em restringir a pesquisa para os anos mais recentes para que os relatórios avaliados já tivessem incorporados os novos critérios G3 das diretrizes da GRI, publicados em 2006. A opção por avaliar três anos foi para ampliar a base de dados de informações existentes;

- 5) Os resultados das notícias de cada empresa analisada foram obtidos no mesmo ano em que os respectivos relatórios de sustentabilidade foram baseados. Ou seja, as informações contidas no relatório de sustentabilidade de um ano específico serão associadas com as informações de seus desempenhos socioambientais por outras fontes de consulta independentes disponíveis neste mesmo ano avaliado;
- 6) A fonte definida para a coleta dos dados foi o *website* oficial de cada empresa avaliada, que disponibiliza os relatórios de sustentabilidade atualizados, sendo os mesmos confrontados com os respectivos relatórios de sustentabilidade disponíveis no *website* oficial da GRI para avaliar a segurança da captura de informações atualizadas e oficiais. Assim, os relatórios foram avaliados em sua versão disponível no formato pdf nos *websites* das empresas avaliadas;
- 7) Na pesquisa documental dos relatórios e notícias apenas foram consideradas as atividades relacionadas com geração de energia por hidreletricidade, excluindo-se outras atividades reportadas nos relatórios e notícias, como a geração de eletricidade por Usinas Térmicas e seus respectivos impactos ambientais.

O banco de dados do *website* da GRI na data de corte de 20/11/2011 continha 139 empresas com localização no Brasil, sendo 26 empresas do Setor Elétrico, conforme relação no Quadro 14.

Empresa	Ano do Relatório	Nível de Aplicação do Relatório
AES Eletropaulo	2010	C
AES Tiete	2010	C
Ampla	2010	A
Celpe	2010	Não declarado
Cemat	2010	Não declarado
Cesp	2010	C
Chesf	2010	C
Coelba	2010	A
Coelce	2010	A
COPEL	2010	A
COSERN	2010	Não declarado
CPFL	2010	A+
CTEEP	2010	C
EDP	2010	A+
Elektro	2010	B
Eletrobras	2010	B
ENDESA	2010	A
Endesa Cachoeira	2010	A
Endesa CIEN	2010	A
Endesa Fortaleza	2010	A
Enersul	2010	Não declarado
Furnas	2010	Não declarado
Light	2010	A
Itaipu (Binacional)	2010	A+
Rede Empr EE	2010	B
Tractebel	2010	A+

Quadro 14 – Empresas do Setor Elétrico e Nível de Aplicação do Relatório de Sustentabilidade GRI

Fonte: O autor, 2013.

Três empresas do Setor Elétrico se enquadraram nos critérios selecionados para esta pesquisa: EDP, Tractebel e CPFL, cujas informações básicas são descritas no Quadro 15. A empresa Itaipu Binacional obteve nível de aplicação A+ em seu relatório de sustentabilidade, porém sua UHE está localizada em territórios brasileiro e paraguaio, o que a exclui da seleção da base amostral analisada.

Empresa	Acionistas principais	Perfil da Geração	Capacidade instalada (MW)
CPFL Companhia Paulista de Força e Luz Energia	VBC Energia, BB Carteira Livre 1, Bonaire Participações e BNDESPar	Oito usinas hidrelétricas, uma usina termelétrica a biomassa (bagaço) de cana-de-açúcar, uma usina termelétrica a óleo e 34 PCHs. As usinas localizam-se nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Paraíba e Minas Gerais.	Encerrou 2010 com capacidade instalada de 2.309 MW
EDP Energias do Brasil	EDP Energias de Portugal	Gera energia por hidroeletricidade por três empresas: Energest: usinas e pequenas centrais hidrelétricas nos estados do Espírito Santo e do Mato Grosso do Sul; Investco: controladora da Usina Hidrelétrica Lajeado, no Estado do Tocantins; Enerpeixe: detém 60% de participação acionária e opera a Usina Hidrelétrica Peixe Angical, no Estado do Tocantins	Encerrou 2010 com capacidade instalada de 1.741 MW, sendo 1734,9 MW por hidroeletricidade.
Tractebel Energia	GDF Suez	21 usinas: 8 hidroelétricas, 6 térmicas, 7 complementares (2 a biomassa, 2 eólicas e 3 pequenas centrais hidrelétricas)	Encerrou 2010 com capacidade total instalada de 7.543 MW

Quadro 15 – Informações básicas das empresas selecionadas, ano base 2010
Fonte: O autor, 2013. Adaptado de CPFL, 2011; EDP, 2011; Tractebel, 2011.

Uma limitação desta pesquisa passa pela confiabilidade das informações divulgadas pelas empresas, pois segundo Murcia *et al.* (2008) existe diferença entre evidência ambiental e performance ambiental, pois empresas com postura ambientalmente incorretas poderiam divulgar apenas informações positivas.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo é apresentada e discutida a análise de conteúdo por empresa com base nas informações contidas nos respectivos relatórios de sustentabilidade, associadas com as informações de seus desempenhos socioambientais veiculadas por outras fontes de consultas. Estas informações são confrontadas com o referencial teórico do objeto de pesquisa para buscar as respostas da hipótese suscitada nesta tese de que a operacionalização do processo de definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade pode não ser suficiente para apoiar a transparência empresarial pela possibilidade de apresentar resultados duvidosos.

3.1 CPFL Energia

3.1.1 Evidências

Por meio de levantamentos documentais, destacam-se os seguintes dados disponibilizados na internet:

O Relatório Anual 2009 da CPFL Energia, obtido no *website* da empresa, informa em sua apresentação que o mesmo apresenta as principais estratégias e práticas de gestão do grupo, bem como o desempenho de suas empresas nas esferas econômica, ambiental e social, e que a elaboração do relatório foi com base na metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI), alcançando o nível A+ de aplicação das diretrizes GRI, sendo os indicadores GRI econômico-financeiros, socioambientais e setoriais que compõem o relatório verificados externamente pela empresa de consultoria KPMG (CPFL, 2010a).

Ao responder ao indicador EN 28 da metodologia GRI, em que deve ser informada a existência de “multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais”, o Relatório Anual 2009 da CPFL Energia relata que “não ocorreram derramamentos nas empresas da CPFL Energia nesse ano, havendo apenas duas advertências

(sanções não-monetárias) relativas ao corte de vegetação, consideradas de baixa gravidade. Nos últimos três anos a companhia não foi multada por desvios ambientais” (CPFL, 2010a, p. 116). Esta declaração contradiz as três condenações por danos causados ao meio ambiente recebidas em 2009 pela Usina Hidrelétrica Barra Grande, cuja composição acionária inclui a CPFL, conforme detalhado a seguir.

A Usina Hidrelétrica Barra Grande foi construída no Rio Pelotas, entre os municípios Anita Garibaldi, em Santa Catarina, e Pinhal da Serra, no Rio Grande do Sul, opera desde novembro de 2005, sendo concessionária da mesma a empresa Energética Barra Grande S.A. (Baesa), em que a CPFL possui 25,01% da composição acionária. Os demais acionistas são: Alcoa Alumínio S/A, com 42,2%; Companhia Brasileira de Alumínio, com 15%; InterCement, com 9%; e DME Energética, com 8,8%. A potência máxima instalada é de 708 megawatts, quantidade suficiente para suprir 26% da demanda de energia de Santa Catarina, ou 17% do total de energia consumido no Rio Grande do Sul (ALCOA, 2011). Em 4 de janeiro de 2008, o IBAMA renovou a Licença de Operação (LO) n.º 447/2005, referente à operação da Usina Hidrelétrica Barra Grande, pelo período de seis anos.

Em 2009, O Ministério Público de Vacaria obteve três condenações contra a Usina Hidrelétrica Barra Grande por danos causados ao meio ambiente (DERZETE, 2009). Uma ação foi provocada pelo derramamento de óleo diesel em um riacho da região devido ao tombamento de um caminhão, com sentença confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça. As outras duas ações foram por queimadas ocorridas em áreas que estavam sob seu território, ambas com sentença condenatória em 1º grau e em julgamento em segunda instância.

Em 11 de março de 2010, visando conhecer as expectativas e os interesses das partes interessadas, foi realizado o I Painel de *Multistakeholders* da CPFL Energia (CPFL, 2010a). O relatório informa, sem detalhar os nomes ou razões sociais, que estiveram representados neste encontro clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade civil, comunidade, academia, governo, entidades setoriais, investidores e acionistas, totalizando 49 pessoas, que analisaram e comentaram o Relatório Anual 2008. No relatório são informadas outras formas de comunicação externa: pesquisas de opinião de clientes, pesquisas internas de clima, condução de fóruns (como a Rede de Valor, para fornecedores), formação de grupos internos de

colaboradores, reuniões periódicas com o mercado de capitais (Apimec) e com Conselhos de Consumidores (Cocens) das distribuidoras da CPFL Energia.

No Relatório Anual 2009 da CPFL Energia as materialidades identificadas foram priorizadas considerando os aspectos estratégicos da gestão da sustentabilidade na CPFL Energia e as demandas apontadas pelas partes interessadas, sendo enumerados os seguintes temas: cadeia de valor, eficiência energética, relacionamento com clientes, relacionamento com a comunidade, mudanças climáticas, segurança & qualidade de vida e transparência (CPFL, 2010a). Apesar do relacionamento com a comunidade ter sido priorizado como materialidade a ser trabalhada, esta não foi traduzida em metas específicas e não houve comentário em todo o relatório sobre a audiência pública realizada em 2009 no município de Chapecó, conforme detalhado a seguir, que teve como desdobramento a ação civil pública pelo Ministério Público Federal contra o IBAMA e a empresa Foz do Chapecó Energia, em que a CPFL é acionista majoritária.

A Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó está situada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó, em Santa Catarina, e Alpestre, no Rio Grande do Sul, sendo responsável pela sua construção a empresa Foz do Chapecó Energia, em que a CPFL possui 51% da composição acionária. Os demais acionistas são: Furnas (Furnas Centrais Elétricas, que detém 40% das ações) e pela CEEE-GT (Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, que detém 9% das ações) (CPFL, 2010b). O empreendimento está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Brasileiro, com potência instalada de 855 MW (megawatt), que corresponde à energia suficiente para o abastecimento de 25% do consumo do estado de Santa Catarina ou 18% do consumo do estado do Rio Grande do Sul (SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2010).

Em 14 de dezembro de 2009, aconteceu uma audiência pública no município de Chapecó promovida pela Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com a participação de representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério da Aquicultura e Pesca e cerca de 150 pescadores e agricultores da região da Foz do Rio Chapecó, sendo solicitado ao IBAMA que não concedesse a licença de operação à Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó Energia “enquanto não forem solucionados os problemas sociais, ambientais e econômicos que vêm se acumulando desde o início das obras”, sendo o principal conflito o relacionado com

reconhecimento pela empresa dos direitos de indenização aos moradores sem título de posse de propriedade (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2009).

3.1.2 Avaliação das Unidades de Informação

Com base nas evidências levantadas no relatório e notícias localizadas, as Unidades de Informação obtidas com a decomposição dos testes definidos para o Princípio da Abrangência, descritas nos Quadros 9 a 12 foram avaliadas conforme as categorias e respectivas pontuações definidas no Quadro 13, e detalhadas a seguir.

UI T1.1 Relatório foi desenvolvido levando-se em conta toda a cadeia de organizações “upstream” e “downstream”.

Conforme esclarecimento do documento *Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade* (GRI, 2006a, p. 12) “ao avaliar influência, a organização tem de considerar sua capacidade de influenciar entidades tanto *upstream* (a cadeia de suprimentos, por exemplo) como *downstream* (os distribuidores e usuários de seus produtos e serviços, por exemplo)”.

Esta Unidade de Informação aborda o que Post, Preston e Sachs (2002) denominaram de Teoria dos *Stakeholders* em empresas estendidas, descrita no item 1.3.1 deste trabalho, em que se ultrapassam os limites tradicionais da empresa, envolvendo os *stakeholders* críticos da sua cadeia de valor.

No relatório da CPFL 2009 o indicador GRI n° 4.14 (“Relação dos *stakeholders* engajados pela organização”) foi respondido com informações sobre o I Painel de *Multistakeholders* da CPFL Energia (CPFL, 2010a), que contou com as seguintes organizações a montante e a jusante: fornecedores, governo, entidades setoriais e clientes, sem detalhar quem eram.

A resposta para o indicador GRI n° 4.16 (“Abordagens para engajamento dos *stakeholders*, incluindo a frequência do engajamento”), detalha como se levou em conta a cadeia de valor, através da “Rede de Valor”, fórum de fornecedores “que visa à troca de aprendizagens e à construção de uma agenda comum e colaborativa

para a promoção do desenvolvimento sustentável”, como os seguintes temas, em 2009: “A crise econômica e a agenda da sustentabilidade” e “Os antecedentes e o que está em jogo na COP-15”, sendo decidida a inclusão de novos fornecedores, clientes e concessionárias de energia, a partir de 2010 (CPFL, 2010a, p. 90).

Com a evidência da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “1”.

UI T1.2 Abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de materialidade.

Um dos testes do Princípio da Materialidade, apresentado no Quadro 4, subitem 1.4.3.3 do presente trabalho, está relacionado com a definição de temas relevantes considerando-se a importância para as partes interessadas, incluindo os “principais interesses/temas de sustentabilidade e indicadores levantados pelas partes interessadas (por exemplo, grupos vulneráveis dentro das comunidades locais, sociedade civil).”

A Teoria dos *Stakeholders* considera que os *stakeholders* possuem interesses que devem ser considerados na gestão corporativa através das diversas necessidades dos atingidos pela organização (DONALDSON; PRESTON, 1995), devendo o campo de visão organizacional ser ampliado além dos interesses dos acionistas, investidores ou clientes (MARTINS; FONTES FILHO, 1999).

No relatório da CPFL 2009 o indicador GRI n° 4.17 (“Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos *stakeholders* e que medidas a organização tem adotado para tratá-las”) foi respondido com questões sobre o uso racional e eficiente de energia com as comunidades, órgãos públicos e iniciativa privada (CPFL, 2010a, p. 61 e 63), satisfação do cliente (CPFL, 2010a, p. 67), fórum de fornecedores “Rede de Valor” (CPFL, 2010a, p. 90), apoio ao Projeto Planeta Sustentável nas revistas e sites da editora Abril (CPFL, 2010a, p. 90), adesão à campanha Saco é um Saco, liderada pelo Ministério do Meio Ambiente, para a promoção do uso consciente de sacolas plásticas (CPFL, 2010a, p. 90) e a criação do Blog do Presidente, disponível no portal interno da companhia para a comunicação entre os colaboradores e o presidente da empresa (CPFL, 2010a, p. 99). O relatório também incluiu como resposta a este indicador o I Painel de *Multistakeholders* da CPFL Energia que registrou contribuições relacionadas com a

forma e conteúdo do relatório anual da CPFL Energia, incorporados na publicação de 2009. (CPFL, 2010a).

No relatório da CPFL 2009 o indicador GRI n° SO1 (“Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída de materiais”) tratou de princípios éticos (CPFL, 2010a, p. 32), pesquisa e desenvolvimento (CPFL, 2010a, p. 61), redução de perdas comerciais (CPFL, 2010a, p. 63), ações voluntárias (CPFL, 2010a, p. 89), comunicação corporativa (CPFL, 2010a, p. 93), prevenção de choques elétricos (CPFL, 2010a, p. 104) e controles ambientais (CPFL, 2010a, p. 116).

No relatório da CPFL 2009 os indicadores GRI n° EU20 (“Gestão dos impactos do deslocamento involuntário”) e o EU22 (“Número de pessoas desalojadas por projetos novos ou de expansão”) são respondidos com informações de famílias reassentadas da empresa Baesa, indenizações no município de Campos Novos e ações nas áreas da UHE Monte Claro, UHE 14 de Julho e na construção da UHE Castro Alves (CPFL, 2010a, p. 125).

Quanto a Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó o relatório informa:

Para a implantação do canteiro de obras, na Foz do Chapecó Energia, foram concedidas 62 indenizações em dinheiro, 36 Cartas de Crédito, um suporte para Reassentamento Rural Coletivo e três indenizações depositadas em juízo em função de acordo não amigável entre os proprietários e a empresa. A Foz do Chapecó Energia também indenizou 51 safras e concedeu um auxílio social de 1,5 a 2,5 salários mínimos, durante seis meses, para famílias que não se enquadraram nos benefícios oferecidos. (CPFL, 2010a, p. 125).

O texto acima não esclarece se as ações realizadas são relacionadas aos interesses/temas levantados na audiência pública, realizada em 14 de dezembro de 2009, no município de Chapecó, com demandas da comunidade de pescadores e agricultores impactados pela usina.

Assim, por não haver evidência suficiente da informação solicitada na Unidade de Informação avaliada para classificá-la como Aderência Plena ou Inconsistente, a mesma foi avaliada na categoria “dúbia”, com a pontuação de “0,5”.

UI T1.3 Abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio do contexto de sustentabilidade

Conforme esclarecimento do documento *Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade* (GRI, 2006a, p. 11), “o relatório deverá apresentar o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade”.

Os testes do Princípio *do Contexto da Sustentabilidade*, apresentados no Quadro 2, subitem 1.4.3.2 do presente trabalho, são atendidos com as evidências descritas a seguir.

O relatório registra uma série de ações e compromissos nacionais e internacionais que sustentam suas diretrizes e estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável. Em 2008, a CPFL Energia tornou-se signatária do *Caring for Climate*, compromisso liderado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de estimular as empresas a desenvolver iniciativas voluntárias que extrapolem as exigências legais e que possam contribuir para o combate às causas das mudanças climáticas. A CPFL Energia aderiu ao Pacto Global da ONU, iniciativa para encorajar o alinhamento de políticas e práticas empresariais a valores e objetivos aplicáveis internacionalmente, e participa do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG), sendo coordenadora, em 2009, de oito encontros das empresas signatárias, das Comissões de Direitos Humanos e de Meio Ambiente (*Caring for Climate*) (CPFL, 2010a).

Em 2009, foi realizado o *Fórum CPFL: Energia para o Desenvolvimento* com especialistas de quatro setores sociais (setor privado, gestão pública, organizações não governamentais e academia e institutos de pesquisa) para o debate dos desafios e oportunidades energéticas para o Brasil, com destaque para a expansão e oferta de fontes complementares e na construção de modelos econômicos de baixo carbono e máxima eficiência (CPFL, 2010a).

A CPFL Energia concluirá um novo inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no primeiro semestre de 2010 e este não considerará cálculos de emissão de áreas alagadas “em razão de não haver no mercado uma metodologia única e universal, passível de comparabilidade, que possa mensurar este indicador.” A empresa informou que contribui para o estabelecimento de uma metodologia através de participação em projeto de Pesquisa & Desenvolvimento (CPFL, 2010a, p. 157).

Em fevereiro de 2010, foi realizado o *VIII Encontro de Fornecedores*, cujo tema foi “Economia de baixo carbono e perspectivas pós-COP-15” (CPFL, 2010a, p. 90).

Como há evidência da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “1”.

UI T1.4 Abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de inclusão dos “stakeholders”.

Os testes do Princípio de Inclusão dos *Stakeholders*, apresentados no Quadro 3, subitem 1.4.3.2 do presente trabalho, incluem a avaliação se a organização pode descrever as partes interessadas a quem se considera responsável; se o conteúdo do relatório utiliza os resultados dos processos de engajamento dos *stakeholders em suas atividades e na confecção do relatório* e o se os processos de engajamento das partes interessadas que informam decisões sobre o relatório são coerentes com seu escopo e limite.

Conforme avaliado na Unidade de Informação UI T1.2 o relatório da CPFL 2009 não deixa claro se as ações realizadas na gestão dos impactos do deslocamento involuntário são relacionadas aos interesses/temas levantados na audiência pública realizada em 14 de dezembro de 2009, no município de Chapecó, com demandas da comunidade de pescadores e agricultores impactados pela usina.

Da mesma forma que na UI T1.2, por não haver evidência suficiente da informação solicitada na Unidade de Informação avaliada para classificá-la como Aderência Plena ou Inconsistente, a mesma foi avaliada com a pontuação “0,5”.

UI T2.1 Inclui todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da organização relatora, salvo declaração em contrário

O documento *Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade* (GRI, 2006a, p. 12) exemplifica a entidade sobre a qual se tem controle como a “geralmente chamada de ‘limite organizacional’, vinculado a definições usadas em relatórios financeiros”. E a avaliação da influência da organização relatora sobre a qual exerce influência, “geralmente chamada de ‘limite operacional’”, deve ser considerado a cadeia de valor, já descrita na UI T1.1.

No relatório da CPFL 2009 o indicador GRI nº 3.6 (“Limite do Relatório”) informa que o relatório anual da CPFL Energia visa relatar as práticas desenvolvidas e os resultados obtidos ao longo de 2009, além das metas almejadas por todas as empresas do Grupo, qual é a estrutura societária, com a participação da CPFL

Energia no capital de outras sociedades e o organograma societário do grupo (CPFL, 2010a).

Com a evidência da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “1”.

UI T3.1 Incluem todas as ações significativas ou eventos significativos no período do relatório.

Apesar da obrigatoriedade pelos critérios da GRI, o Relatório Anual 2009 da CPFL Energia não cita as três condenações que a Usina Hidrelétrica Barra Grande recebeu por danos causados ao meio ambiente e também não menciona à audiência pública realizada em 2009 no município de Chapecó já descrita anteriormente, sendo este um evento significativo no período do relatório, por se tratar de um conflito relacionado com indenização aos moradores que alegam não possuir título de posse de propriedade.

Como não há evidência da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “0”.

UI T3.2 Incluem estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis.

Conforme já descrita na avaliação da UI T3.1 não evidenciado no Relatório Anual 2009 da CPFL Energia qualquer comentário sobre a audiência pública, realizada em 14 de dezembro de 2009, no município de Chapecó, já comentada anteriormente, em que foi solicitado ao IBAMA a não concessão da licença de operação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó Energia.

Como não há evidência da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “0”.

UI T4.1 Não omite dados relevantes que influenciariam as avaliações ou decisões dos “stakeholders” ou refletiriam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos.

Conforme já descrita na avaliação da UI T3.1. Como não há evidência da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “0”.

A Tabela 5 consolida os resultados da avaliação das Unidades de Informação aplicadas à CPFL, com a obtenção de 50 por cento do total de pontos passíveis de serem computados.

Tabela 5 – CPFL: Avaliação das Unidades de Informação

UI	Descrição da Unidade de Informação	Pontuação
UI T1.1	Relatório foi desenvolvido levando-se em conta toda a cadeia de organizações a montante e a jusante.	1
UI T1.2	Inclui todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de materialidade.	0,5
UI T1.3	Inclui todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio do contexto de sustentabilidade.	1
UI T1.4	Inclui todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de inclusão dos <i>stakeholders</i> .	0,5
UI T2.1	Inclui todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da organização relatora, salvo declaração em contrário.	1
UI T3.1	Inclui todas as ações significativas ou eventos significativos no período do relatório.	0
UI T3.2	Inclui estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis.	0
UI T4.1	Não omite dados relevantes que influenciariam as avaliações ou decisões dos <i>stakeholders</i> ou refletiriam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos..	0
Total de pontos obtidos		4,0
Percentual de pontos obtidos no total		50,00%

Fonte: O autor, 2013.

3.2 EDP

3.2.1 Evidências

Por meio de levantamentos documentais, destacam-se os seguintes dados disponibilizados na internet.

O Relatório Anual de Sustentabilidade 2009 da EDP, obtido no *website* da empresa, foi elaborado com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), cobre o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2009 e abrange todas as empresas controladas diretas da empresa: as distribuidoras de energia EDP Bandeirante e EDP Escels, a comercializadora Enertrade e as geradoras de energia Enerpeixe, Energest, Investco e Ceneel. Os indicadores econômico-financeiros do relatório foram auditados pela empresa de auditoria KPMG e os indicadores sociais e ambientais foram verificados externamente pela empresa PricewaterhouseCoopers, alcançando o nível de aplicação A+ das diretrizes GRI (EDP, 2010).

A Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães – Lajeado, com potência instalada de 902,5 MW, foi construída pela INVESTCO S.A., consórcio formado pelo Grupo REDE, EDP, CEB e CMS Energy, e localiza-se no rio Tocantins, entre os municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins. Seu reservatório ocupa área de 630 km² e inundou os municípios de Miracema, Lajeado, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras e sua jusante, afetando diretamente, com necessidade de deslocamento, 6.483 pessoas. Em 2001, sua conclusão garantiu a independência energética do estado do Tocantins e a geração de energia excedente para o Sistema Interligado Nacional – SIN (CASTRO, 2009).

Os 33 Projetos Básicos Ambientais para mitigação e compensação dos impactos sócio-ambientais provocados pelo aproveitamento hidrelétrico da usina foram objeto de auditoria de conformidade pelo Tribunal de Contas da União – TCU (2008). A auditoria concluiu que existiam falhas no atendimento dos projetos, porém com uma parcela significativa em conclusão que poderiam ser eliminadas por meio do cumprimento das determinações aos órgãos federais (IBAMA/TO e INCRA). Também concluiu que “a empresa INVESTCO S.A. e os órgãos de fiscalização de meio ambiente se prontificaram a examinar e atender as reivindicações que lhes forem encaminhadas pelas comunidades afetadas pela UHE e pelos gestores municipais”. Esta interface entre o empreendedor e suas partes interessadas retorna ao relatório de auditoria do TCU através do seguinte destaque:

Ademais, subsistem dificuldades no intercâmbio entre os municípios e o empreendedor, as quais constituem barreiras para as soluções de questões comuns. Avalia-se que o Empreendedor deve reiniciar esses contatos e negociações, visando resolver esses problemas. O empreendedor se comprometeu a agir nesse sentido; (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2008, p. 21).

Em 15 de junho de 2009, os prefeitos de Palmas, Brejinho de Nazaré, Ipueiras, Lajeado, Miracema, Porto Nacional e Tocantínia, integrantes do Consórcio Intermunicipal do Lago (CILago), pleitearam o cumprimento das pendências definidas nos Planos Básicos Ambientais como condicionante para o órgão ambiental estadual, Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS) renovar a licença de operação LO nº 123/2006 da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães – Lajeado, com validade até 31/12/2009 (GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS, 2009). Porém, em 9/2/2010, os prefeitos foram “surpreendidos pela informação de que esta licença havia sido emitida e não comunicada ao consórcio” CILago (GONÇALVES, 2010a).

A renovação da licença de operação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães foi concedida pelo NATURATINS e possui 72 condicionantes elaboradas com base nos 33 Planos Básicos Ambientais (GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS, 2010). Apesar da validade da licença de operação estar dependente à execução destas condicionantes, em 2/3/2010, os prefeitos integrantes do Consórcio Intermunicipal do Lago (CILago) reiteraram à Investco pelo pleno cumprimento dos Planos Básicos Ambientais (GONÇALVES, 2010b), demonstrando a persistência dos obstáculos de comunicação entre os municípios e o empreendedor.

Em 26/04/2012, o CI Lago consolidou o cumprimento dos termos assinados com a Investco S.A., incluindo as solicitações do Relatório Técnico de Levantamento dos Passivos Sócio-econômicos e Ambientais advindos da implantação da UHE Luis Eduardo Magalhães (ESTADO, 2012), sendo informado pelo gerente de meio ambiente da Investco que “o encontro foi positivo e selou o entendimento entre a operadora e o Consórcio”.

3.2.2 Avaliação das Unidades de Informação

Com base nas evidências levantadas no relatório e notícias localizadas, as Unidades de Informação obtidas com a decomposição dos testes definidos para o Princípio da Abrangência foram avaliadas conforme a seguir.

UI T1.1 Relatório foi desenvolvido levando-se em conta toda a cadeia de organizações a “upstream” e “downstream”.

Os indicadores GRI n° 4.14 (“Relação dos *stakeholders* engajados pela organização”), GRI n° 4.16 (“Abordagens para engajamento dos *stakeholders*, incluindo a frequência do engajamento”) e GRI n° 4.17 (“Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos *stakeholders* e que medidas a organização tem adotado para tratá-las”) foram respondidos por consultas realizadas em quatro painéis em São Paulo e Mogi das Cruzes (SP), Vitória (ES) e Palmas (TO) e, no início de 2010, com consultas realizadas, através de entrevistas pessoais, emails ou telefone com 109 *stakeholders* (representantes dos acionistas, clientes, fornecedores, público interno, comunidades, poder público e órgãos reguladores) para identificar temas de sustentabilidade prioritários a serem apresentados no relatório de 2009 (EDP, 2010).

Este processo de engajamento dos *stakeholders* foi consolidado na elaboração de uma matriz de materialidade, composta por 43 assuntos abordados pelos *stakeholders*, sendo os seguintes temas de maior prioridade com relação ao nível de importância para a EDP e para os *stakeholders* (em ordem de importância):

1. Transparência e divulgação de resultados;
2. Cumprimento da legislação ambiental;
3. Impactos socioambientais de usinas hidrelétricas; e
4. Licenciamento de usinas hidrelétricas.

Com a evidência da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “1”.

UI T1.2 Abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de materialidade.

Como já descrito anteriormente, um dos testes do Princípio da Materialidade está relacionado com a definição de temas relevantes considerando-se a importância para as partes interessadas, incluindo os “principais interesses/temas de sustentabilidade e indicadores levantados pelas partes interessadas (por exemplo, grupos vulneráveis dentro das comunidades locais, sociedade civil).”

O indicador GRI nº 4.17 (“Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos *stakeholders* e que medidas a organização tem adotado para tratá-las”) foi respondido com descrições genéricas dos canais de relacionamento da EDP com os *stakeholders*, ações e principais temas e preocupações. Por exemplo, para a parte interessada “sociedade”, composta por um grupo heterogêneo composto de comunidades no entorno dos empreendimentos, ONGs e entidades sociais, entidades setoriais, instituições de ensino e pesquisa, instituições culturais e mídia, foram elencados no relatório os canais de relacionamento, ações e principais temas e preocupações conforme reproduzido no Quadro 16 a seguir.

Parte Interessada	Canais de relacionamento	Ações	Principais temas e preocupações
Sociedade: - Comunidades no entorno dos empreendimentos - ONGs e entidades sociais - Entidades setoriais - Instituições de ensino e pesquisa - Instituições culturais - Mídia	- Reuniões com entidades comunitárias, ONGs, instituições de ensino e pesquisa - Participação em entidades setoriais - Revista ON - Entrevistas para a imprensa - <i>Press releases</i> - Internet - Relatório Anual de Sustentabilidade	- Programas sociais, culturais e ambientais direcionados às comunidades das áreas de atuação, - Consultas públicas sobre os empreendimentos - Relacionamento proativo e ético com os meios de comunicação e imprensa locais e de representatividade regional ou nacional. - Parceria em projetos de P&D.	- Investimento em projetos sociais, culturais e esportivos - Transparência e divulgação de resultados - Atendimento e satisfação de Clientes (sic) - Exploração sexual de crianças e adolescentes, - Trabalho infantil

Quadro 16 – Relatório EDP: engajamento da parte interessada “sociedade”
 Fonte: Quadro Engajamento de Partes Interessadas (EDP, 2010, p. 28).

A resposta para o indicador GRI nº SO1 (“Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída de materiais”) abordou a melhoria da eficiência energética dos consumidores e programas socioculturais em

educação e desenvolvimento local, por considerar que a influência da empresa nas comunidades depende da contribuição para o progresso educacional e cultural e econômico das pessoas (EDP, 2010).

Na identificação dos riscos ambientais do negócio a empresa considerou o risco de não cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental e de exposição a desastres naturais (EDP, 2010), exemplificando que na atividade de geração de energia, estudos de monitoramento integram as condicionantes ambientais do empreendimento. “Na UHE Lajeado, por exemplo, inclui ainda monitoramento da população de botos” (EDP, 2010, p. 113).

Ainda em relação à UHE Lajeado, o relatório informa que foi finalizado, em 2009, o convênio assinado entre Investco e Fundação Nacional do Índio (Funai), que beneficiou 57 aldeias indígenas e 3 mil índios.

Aqui cabe uma pausa na evidenciação de informações para recapitular a teoria normativa de identificação de tipos e análise da relevância de *stakeholders*, de Mitchell, Agle e Wood (1997). Ela se baseia na combinação dos atributos de poder de influência do *stakeholder*, legitimidade do relacionamento do *stakeholder* com a organização e a urgência da reivindicação. Nesta teoria, o *stakeholder* classificado como *dependente* é aquele que não tem poder de influência, mas possui legitimidade e urgência. Por isto, ele dependente de outros *stakeholders* ou do gestor da empresa para ter o poder necessário para influenciar.

O Consórcio Intermunicipal do Lago (CILago), representando os municípios de Palmas, Brejinho de Nazaré, Ipueiras, Lajeado, Miracema, Porto Nacional e Tocantínia, exemplificam o *stakeholder* dependente com reivindicações urgentes e legítimas, porém sem poder, necessitando do apoio de outros *stakeholders* com este atributo, como o TCU.

Assim, apesar da relação extensa de temas considerados relevantes para muitas das partes interessadas da EDP, não se evidenciou no conteúdo do relatório as ações pertinentes com os temas e preocupações dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal do Lago (CILago) com relação a operação da Usina Hidrelétrica Lajeado - Luís Eduardo Magalhães, apesar de destacado no relatório de auditoria do TCU.

A Unidade de Informação avaliada requer que inclua *todas* as informações que poderiam ser consideradas relevantes. Como não há evidência integral da

informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “0”.

UI T1.3 Abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio do contexto de sustentabilidade

Os testes do Princípio *do Contexto da Sustentabilidade*, apresentados no Quadro 2, subitem 1.4.3.2 do presente trabalho, são atendidos com as evidências descritas a seguir.

A EDP é signatária de uma série de ações e compromissos nacionais e internacionais que sustentam suas diretrizes e estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável, como o acordo global sobre as alterações climáticas, com adesão ao Comunicado de Copenhague sobre Mudanças Climáticas (EDP, 2010, p.9), o Pacto Global da ONU (EDP, 2010, p. 24) e membro fundador do Programa Brasileiro GHG Protocol que visa promover a mensuração e incentivar a gestão voluntária das emissões de gases de efeito estufa (GEE) (EDP, 2010, p. 104).

Como há evidência da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “1”.

UI T1.4 Abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de inclusão dos “stakeholders”.

Os testes do Princípio de Inclusão dos *Stakeholders*, apresentados no Quadro 3, subitem 1.4.3.2 do presente trabalho, incluem a avaliação se a organização pode descrever as partes interessadas a quem se considera responsável; se o conteúdo do relatório utiliza os resultados dos processos de engajamento dos *stakeholders em suas atividades e na confecção do relatório* e o se os processos de engajamento das partes interessadas que informam decisões sobre o relatório são coerentes com seu escopo e limite.

Conforme avaliado na Unidade de Informação UI T1.2 o relatório de sustentabilidade 2009 da EDP não evidenciou ações relacionadas com os temas e preocupações dos municípios integrantes do CILago impactados pela operação da Usina Hidrelétrica Lajeado.

Da mesma forma que na UI T1.2, a UI T1.4 requer a inclusão de *todas* as informações que poderiam ser consideradas relevantes. Como não há evidência

integral da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “0”.

UI T2.1 Abrange todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da organização relatora, salvo declaração em contrário

O indicador GRI nº 3.6 (“Limite do Relatório”) comunica que as informações do relatório anual da EDP abrangem todas as controladas diretas da Companhia (EDP, 2010). A avaliação da influência da organização relatora sobre a qual exerce influência, considerando a cadeia de valor, foi descrita na UI T1.1.

Com a evidência da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “1”.

UI T3.1 Incluem todas as ações significativas ou eventos significativos no período do relatório.

Conforme avaliado na Unidade de Informação UI T1.2 o relatório de sustentabilidade 2009 da EDP não evidenciou as ações relacionadas com os temas e preocupações dos municípios integrantes do CILago impactados pela operação da Usina Hidrelétrica Lajeado, evento significativo, pois quando os termos foram cumpridos o gerente de meio ambiente da Investco considerou como positivo o entendimento entre a empresa e o CILago.

Cabe destacar que o processo de avaliação de engajamento dos *stakeholders* foi realizado no início de 2010, ou seja, após o relatório do TCU (2008) e o pleito do CILago.

Como não há evidência da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “0”.

UI T3.2 Incluem estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis.

Conforme já descrito na avaliação da UI T1.2 a empresa não identificou como risco ambiental do negócio o não cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental, sendo este o assunto questionado pelo TCU e CILago.

Como não há evidência da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “0”.

UI T4.1 Não omite dados relevantes que influenciariam as avaliações ou decisões dos stakeholders ou refletiriam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos.

Conforme já descrito na avaliação da UI T3.1. Como não há evidência da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “0”.

A Tabela 6 consolida os resultados da avaliação das Unidades de Informação da EDP, com a obtenção de 37,50 por cento do total de pontos passíveis de serem computados.

Tabela 6 – EDP: Avaliação das Unidades de Informação

UI	Descrição da Unidade de Informação	Pontuação
UI T1.1	Relatório foi desenvolvido levando-se em conta toda a cadeia de organizações a montante e a jusante.	1
UI T1.2	Inclui todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de materialidade.	0
UI T1.3	Inclui todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio do contexto de sustentabilidade.	1
UI T1.4	Inclui todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de inclusão dos <i>stakeholders</i> .	0
UI T2.1	Inclui todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da organização relatora, salvo declaração em contrário.	1
UI T3.1	Inclui todas as ações significativas ou eventos significativos no período do relatório.	0
UI T3.2	Inclui estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis.	0
UI T4.1	Não omite dados relevantes que influenciariam as avaliações ou decisões dos <i>stakeholders</i> ou refletiriam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos..	0
Total de pontos obtidos		3,0
Percentual de pontos obtidos no total de pontos		37,50

Fonte: O autor, 2013.

3.3 TRACTEBEL

3.3.1 Evidências

O Relatório de Sustentabilidade 2011 da Tractebel, obtido no *website* da empresa, informa que o mesmo foi elaborado com base nas diretrizes da GRI, aborda a gestão e o desempenho da empresa durante o ano de 2011, sob os aspectos de governança corporativa, econômico, social e ambiental, tendo sido verificado externamente pela empresa PricewaterhouseCoopers e pela GRI, alcançando o nível de aplicação A+ das diretrizes GRI (TRACTEBEL, 2012).

A Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito) foi construída pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), formado pelas empresas GDF SUEZ-Tractebel Energia (40,07%), Vale (30%), Alcoa (25,49%) e Intercement (4,44%). Inaugurada em setembro de 2012, a UHE Estreito está localizada no Rio Tocantins, na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins. A hidrelétrica é um empreendimento que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2 do Governo Federal e tem uma capacidade total de 1.087 MW, suficiente para a demanda de uma cidade com 4 milhões de habitantes, e possui Licença de Operação n° 974/2010, emitida pelo IBAMA, em 24/11/2010 (CESTE, 2012).

Em junho de 2011, o IBAMA multou em R\$ 4,5 milhões o Consórcio Estreito Energia. Conforme notícia veiculada pelo IBAMA em seu *website*, na página “Notícias Ambientais”,

Dentre as irregularidades que motivaram as autuações estão a entrega de relatórios falsos, coleta de fauna sem autorização, descumprimento de notificação do órgão ambiental e a grande mortandade de peixes causada pelos testes de funcionamento das turbinas. (IBAMA, 2011).

Em 26 de maio de 2011, o Consórcio Estreito Energia (Ceste) enviou comunicado à imprensa esclarecendo que a morte de peixes teve relação direta com os testes de comissionamento da Unidade Geradora 1 da Usina Hidrelétrica Estreito e detectada a situação, os testes foram imediatamente paralisados, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

informado do ocorrido e convocados especialistas para identificar as causas da ocorrência (CESTE, 2011). Foi divulgado na mídia que, “segundo a companhia, a multa e as situações relatadas pelo IBAMA estão sendo contestadas na esfera administrativa” (COSTA, 2011).

Não foi encontrada no *website* do IBAMA ou outra fonte independente, como o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, nenhuma informação oficial sobre este auto de infração, recurso administrativo ou decisões relativas ao seu julgamento.

No relatório de sustentabilidade 2011 da Tractebel, o indicador GRI n° EN 28 (“Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais”) foi respondido da seguinte forma: “A Companhia não sofreu multas significativas por não cumprimento da regulamentação ambiental em 2011.” (Tractebel, 2012, p. 169).

3.3.2 Avaliação das Unidades de Informação

Com base nas evidências levantadas no relatório e notícias localizadas, as Unidades de Informação obtidas com a decomposição dos testes definidos para o Princípio da Abrangência foram avaliadas conforme a seguir.

UI T1.1 Relatório foi desenvolvido levando-se em conta toda a cadeia de organizações “upstream” e “downstream”.

No Relatório de Sustentabilidade 2011 da Tractebel, os indicadores GRI n° 4.14 (“Relação dos *stakeholders* engajados pela organização”) e GRI n° 4.16 (“Abordagens para engajamento dos *stakeholders*, incluindo a frequência do engajamento”), foram respondidos que a Tractebel consulta anualmente seus públicos antes da elaboração do relatório, por meio de formulário eletrônico, sendo os seguintes temas de maior interesse dos *stakeholders*: desempenho econômico; gestão ambiental geral; saúde e segurança no trabalho; adequação às leis e regulamentos federais, estaduais e municipais; e Comunidade. Os *stakeholders* identificados que impactam ou são impactados pela empresa são (TRACTEBEL, 2012, p. 18; 132):

1. Empregados e seus representantes

2. Comunidade
3. Imprensa
4. Clientes
5. Fornecedores
6. Governo
7. Acionistas
8. Entidades sociais, ambientais e do setor
9. Instituições financeiras
10. Empresas do setor

Com a evidência da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “1”.

UI T1.2 Abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de materialidade.

Um dos testes do Princípio da Materialidade está relacionado com a definição de temas relevantes considerando-se a importância para as partes interessadas, incluindo os “principais interesses/temas de sustentabilidade e indicadores levantados pelas partes interessadas (por exemplo, grupos vulneráveis dentro das comunidades locais, sociedade civil).”

No relatório da Tractebel 2011 o indicador GRI nº 4.17 (“Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos *stakeholders* e que medidas a organização tem adotado para tratá-las”) foi respondido com os seguintes temas de maior interesse dos *stakeholders*: desempenho econômico; gestão ambiental geral; saúde e segurança no trabalho; adequação às leis e regulamentos federais, estaduais e municipais; e comunidade. Porém, apesar de um dos temas de maior interesse dos *stakeholders* segundo consulta seja a “adequação às leis e regulamentos federais, estaduais e municipais” (TRACTEBEL, 2012, p. 18), não há no relatório comentário sobre o alto de infração do IBAMA em função das irregularidades relatadas no website “Notícias Ambientais (IBAMA, 2011), como a mortandade de peixes causada pelos testes de funcionamento das turbinas. O relatório informa que a empresa “não sofreu multas significativas por não cumprimento da regulamentação ambiental em 2011.” (TRACTEBEL, 2012, p. 169). A mortandade de peixes causada pelos testes de funcionamento das turbinas foi

esclarecida pelo Consórcio Estreito Energia (Ceste) através de comunicado à imprensa (CESTE, 2011).

Também, como já relatado, não foi encontrada nenhuma informação oficial sobre este auto de infração, recurso administrativo ou decisões relativas ao seu julgamento.

Assim, por não haver evidência suficiente da informação solicitada na Unidade de Informação UI T1.2 para classificá-la como Aderência Plena ou Inconsistente, a mesma foi avaliada com a pontuação “0,5”.

UI T1.3 Abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio do contexto de sustentabilidade

Os testes do *Princípio do Contexto da Sustentabilidade*, apresentados no Quadro 2, subitem 1.4.3.2 do presente trabalho, são atendidos com as evidências descritas a seguir.

A empresa possui uma Política Tractebel Energia sobre as Mudanças Climáticas, se comprometendo a priorizar as fontes renováveis de energia na expansão da sua matriz energética, o investimento em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento relacionados a conservação do meio ambiente, as mudanças climáticas e as energias renováveis. Toda política é uma “carta de boas intenções” e o relatório apresenta exemplos, descritos a seguir ((TRACTEBEL, 2012, p.108), porém restritos a equipamentos de controle de poluição e destinação de resíduos gerados, e mesmo deste modo, apenas nas usinas termelétricas, insuficientes para atender ao contexto mais amplo de sustentabilidade exigido pelo *Princípio do Contexto da Sustentabilidade*. Exemplos de ações relacionadas com a Política Tractebel Energia sobre as Mudanças Climáticas, excluídas as ações em Usinas Termelétricas, por não serem do escopo deste trabalho:

- Implantação de software para estimativa das emissões de CO₂ em viagens aéreas;
- Implantação de sistema de videoconferência nas unidades regionais para reduzir o número de deslocamentos e, conseqüentemente, evitar as correspondentes emissões de GEE.
- Em 2011, iniciou-se o desenvolvimento do Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa, segundo os princípios do GHG Protocolo Brasileiro.

Como não há evidência suficiente da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “0,5”.

UI T1.4 Abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de inclusão dos “stakeholders”.

Os testes do Princípio de Inclusão dos *Stakeholders* incluem a avaliação se a organização pode descrever as partes interessadas a quem se considera responsável; se o conteúdo do relatório utiliza os resultados dos processos de engajamento dos *stakeholders em suas atividades e na confecção do relatório* e o se os processos de engajamento das partes interessadas que informam decisões sobre o relatório são coerentes com seu escopo e limite.

Conforme avaliado na Unidade de Informação UI T1.2 as informações disponíveis em evidências do relatório e notícias são dúbias para se decidir pelo atendimento ou não às informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de inclusão dos *stakeholders*.

Da mesma forma que na UI T1.2, por não haver evidência suficiente da informação solicitada na Unidade de Informação UI T1.4 para classificá-la como Aderência Plena ou Inconsistente, a mesma foi avaliada com a pontuação “0,5”.

UI T2.1 Abrange todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da organização relatora, salvo declaração em contrário

A resposta ao indicador GRI nº 3.6 (“Limite do Relatório”) afirma que os dados do relatório anual da Tractebel abrangem a operação da Tractebel Energia e de todas as suas subsidiárias controladas e nas quais tem participação em consórcios em todo o Brasil (TRACTEBEL, 2012).

A avaliação da influência da organização relatora sobre a qual exerce influência, considerando a cadeia de valor, foi descrita na UI T1.1.

Com a evidência da informação solicitada nesta Unidade de Informação, a mesma foi avaliada com a pontuação “1”.

UI T3.1 Incluem todas as ações significativas ou eventos significativos no período do relatório.

O Relatório de Sustentabilidade 2011 da Tractebel não faz referência ao alto de infração do IBAMA ao Consórcio Estreito Energia no valor de R\$ 4,5 milhões pelas irregularidades ambientais (IBAMA, 2011).

Também na avaliação da UI T3.1, conforme a UI T1.2, as informações disponíveis em evidências do relatório e notícias são dúbias para se decidir pelo atendimento ou não da inclusão de ações significativas ou eventos significativos no período do relatório.

Da mesma forma que na UI T1.2, por não haver evidência suficiente da informação solicitada na Unidade de Informação UI T3.1 para classificá-la como Aderência Plena ou Inconsistente, a mesma foi avaliada com a pontuação “0,5”.

UI T3.2 Incluem estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis.

Conforme já descrito na avaliação da UI T1.2 não evidenciado no Relatório de Sustentabilidade 2011 da Tractebel referência ao alto de infração do IBAMA ao Consórcio Estreito Energia.

Também na avaliação da UI T3.2, conforme a UI T1.2, as informações disponíveis em evidências do relatório e notícias são dúbias para se decidir pelo atendimento ou não da inclusão de estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis.

Da mesma forma que na UI T1.2, por não haver evidência suficiente da informação solicitada na Unidade de Informação UI T3.2 para classificá-la como Aderência Plena ou Inconsistente, a mesma foi avaliada com a pontuação “0,5”.

UI T4.1 Não omite dados relevantes que influenciariam as avaliações ou decisões dos stakeholders ou refletiriam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos.

Da mesma forma que na UI T1.2, por não haver evidência suficiente da informação solicitada na Unidade de Informação UI T3.2 para classificá-la como Aderência Plena ou Inconsistente, a mesma foi avaliada com a pontuação “0,5”.

A Tabela 7 consolida os resultados da avaliação das Unidades de Informação da Tractebel, com a obtenção de 62,50% por cento do total de pontos passíveis de serem computados.

Tabela 7 – Tractebel: Avaliação das Unidades de Informação

UI	Descrição da Unidade de Informação	Pontuação
UI T1.1	Relatório foi desenvolvido levando-se em conta toda a cadeia de organizações a montante e a jusante.	1
UI T1.2	Inclui todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de materialidade.	0,5
UI T1.3	Inclui todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio do contexto de sustentabilidade.	0,5
UI T1.4	Inclui todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de inclusão dos <i>stakeholders</i> .	0,5
UI T2.1	Inclui todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da organização relatora, salvo declaração em contrário.	1
UI T3.1	Inclui todas as ações significativas ou eventos significativos no período do relatório.	0,5
UI T3.2	Inclui estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis.	0,5
UI T4.1	Não omite dados relevantes que influenciariam as avaliações ou decisões dos <i>stakeholders</i> ou refletiriam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos..	0,5
Total de pontos obtidos		5,0
Percentual de pontos obtidos no total de pontos		62,50%

Fonte: O autor, 2013.

3.4 Análise da operacionalização do processo de definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade

Esta tese possui como objetivo geral realizar um exame crítico sobre os relatórios de sustentabilidade elaborados pelas empresas, tendo como base os relatórios do setor de geração de energia elétrica por hidroeletricidade no Brasil, e avaliar a significância destes documentos em prestar informações claras para a sociedade sobre a eficácia do desempenho das empresas na área socioambiental. Este objetivo geral foi desdobrado em três objetivos específicos. O primeiro destes é

analisar a operacionalização do processo de definição do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade fundamentados nos critérios das diretrizes de gestão da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Como exposto anteriormente no referencial teórico, diversos trabalhos acadêmicos internacionais e nacionais sobre os relatórios de sustentabilidade com os critérios da GRI demonstram haver problemas na qualidade dos mesmos com relação à completeza, padronização e credibilidade do conteúdo. Porém, estes estudos não se aprofundam na investigação das causas potenciais dos conteúdos incompletos ou da baixa transparência, limitando-se a evidenciar as limitações dos relatórios.

O processo de definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade da GRI é composto por três etapas que definem o seu conteúdo, conforme relatado no item 1.4.3.1 do presente trabalho, sendo cada etapa avaliada por listas de verificação, denominadas de “testes”, para analisar a completeza da extensão do conteúdo.

Neste processo, a terceira etapa de validação envolve a análise crítica para avaliar se foram considerados todos os temas relevantes através dos testes definidos para o “Princípio da Abrangência” antes de se iniciar a etapa final de elaboração propriamente dita do relatório. Assim, assegura-se a representação equilibrada do desempenho de sustentabilidade da organização.

As Unidades de Informação para a análise do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade avaliados foram geradas pela decomposição dos testes disponíveis no “Princípio da Abrangência” da GRI, pois estes devem ser empregados na etapa de validação.

Para examinar o atendimento da etapa de validação pelas empresas, este estudo quantificou as evidências pela avaliação de cada Unidade de Informação, com base nas informações contidas nos relatórios de sustentabilidade da CPFL, EDP e Tractebel, associadas com as informações de seus desempenhos socioambientais disponíveis por outras fontes de consulta independentes.

Como a abordagem da GRI determina a aplicação dos “testes” para analisar a completeza do conteúdo antes da elaboração do relatório, os resultados das avaliações deveriam apresentar aderência plena para todas as Unidades de Informação, ou seja, atendimento total (100%).

Entretanto, os resultados resumidos na Tabela 8, a seguir, demonstram que nenhuma das empresas avaliadas atingiu o atendimento pleno (100%), ficando na

faixa de 37,50% (EDP) a apenas 62,50% (Tractebel), com o resultado de 50% para a CPFL.

Tabela 8 – Resumo da Avaliação das Unidades de Informação

UI	Descrição da Unidade de Informação	Pontuação por Empresa		
		CPFL	EDP	Tractebel
UI T1.1	Relatório foi desenvolvido levando-se em conta toda a cadeia de organizações a montante e a jusante.	1	1	1
UI T1.2	Inclui todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de materialidade.	0,5	0	0,5
UI T1.3	Inclui todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio do contexto de sustentabilidade.	1	1	0,5
UI T1.4	Inclui todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base no princípio de inclusão dos <i>stakeholders</i> .	0,5	0	0,5
UI T2.1	Inclui todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da organização relatora, salvo declaração em contrário.	1	1	1
UI T3.1	Inclui todas as ações significativas ou eventos significativos no período do relatório.	0	0	0,5
UI T3.2	Inclui estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis.	0	0	0,5
UI T4.1	Não omite dados relevantes que influenciariam as avaliações ou decisões dos <i>stakeholders</i> ou refletiriam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos.	0	0	0,5
Total de pontos obtidos		4,0	3,0	5,0
Percentual de pontos obtidos no total de pontos máximos		50,00%	37,50%	62,50%

Fonte: O autor, 2013.

Mais importante do que hierarquizar o grau de atendimento entre as empresas avaliadas é a indicação de que todas apresentaram falhas na validação das informações antes do início da elaboração propriamente dita do relatório. A validação das informações deve ser realizada na etapa de pré-elaboração do relatório (etapa de validação), conforme metodologia da GRI.

Este fato permite inferir que a baixa qualidade do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade da GRI identificada em diversos estudos acadêmicos é motivada pela falha na aplicação dos testes, que, provavelmente, não foram empregados ou foram adotados sem eficácia, refletindo na informação final com relação à completeza e credibilidade do conteúdo.

A afirmação anterior é sustentada com o fato que, no processo de elaboração do relatório de sustentabilidade da GRI, a etapa de validação chancela a completeza das informações que serão incluídas no relatório, fazendo aceitar como legítima a representação equilibrada do desempenho de sustentabilidade da organização, ao invés da obliquidade para o lado das informações favoráveis.

Esta falha na construção dos relatórios avaliados do setor de geração de energia elétrica por hidroeletricidade no Brasil limita a qualidade final do relatório elaborado com base nos critérios definidos pela GRI e compromete o poder deste instrumento de gestão e comunicação, que ganha contínuo destaque mundial, inclusive no Brasil, em demonstrar para a sociedade como a empresa realiza seu gerenciamento econômico-financeiro também considerando os aspectos ambiental e social.

Desta forma, recomenda-se que as empresas que pretendam relatar seu desempenho sócio-ambiental, através de relatório de sustentabilidade, realizem de forma eficaz a aplicação dos “testes” para analisar se o conteúdo está completo, antes de se iniciar a etapa de elaboração do relatório, como já é determinado pela abordagem da GRI e apresentado no documento *Technical Protocol: Applying the Report Content Principles* (Protocolo Técnico: Aplicando os Princípios de Conteúdo do Relatório, tradução nossa) (GRI, 2011a) e no documento *Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade* (GRI, 2006a).

Vale frisar que a seleção da base amostral para esta pesquisa limitou-se às empresas com o maior nível de aplicação das diretrizes da GRI (A+) e com

verificação por organismo externo à organização, ou seja, estas empresas seriam as “melhores da classe”. Não faz parte do objetivo desta tese avaliar as causas limitantes para que as auditorias independentes assegurem o pleno atendimento dos critérios da GRI.

Ainda assim, não deve sair do campo de visão das empresas o enfoque do modelo de relatório de sustentabilidade da GRI que pretender ilustrar o *status quo* da organização para atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável no contexto da gestão do negócio. Numa sociedade capitalista, o desenvolvimento sustentável se traduz em empresas que busquem um negócio financeiramente viável, através do crescimento econômico rentável, e orientadas para a preservação dos recursos naturais e para a justiça social.

Muitos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento têm analisado, por diferentes perspectivas, o conceito do desenvolvimento sustentável, com conclusões, por vezes díspares, afetadas por suas concepções política e ideológica. Em todos os casos, o que se coloca como tema central é a complexidade para a superação de uma estratégia de crescimento econômico obtida com a degradação do capital natural e prejuízos sociais até se atingir um novo modelo de desenvolvimento que contemple a internalização destes custos sociais e ambientais.

No caso do Setor Elétrico, os custos ambientais são inevitavelmente externalizados com o alagamento de áreas para a construção de barragens, sendo estes impactos ressarcidos por medidas de compensação no processo de licenciamento ambiental, em que se verificaram pendências e demandas com as partes interessadas impactadas pelas atividades de construção e operação das usinas hidrelétricas e suas barragens. Os custos sociais externalizados são exemplificados pela remoção da população vulnerável afetada pelo empreendimento, com frequência acompanhada de conflitos, apesar dos prévios diagnósticos culturais da comunidade e as relações de dependência entre a sociedade local e os recursos ambientais previstos nas diretrizes para a elaboração do EIA/RIMA.

Durante a pesquisa documental desta tese, observou-se nos relatórios avaliados a concentração de ações para o controle dos aspectos ambientais ou a mitigação dos impactos ambientais, em geral, através da abordagem tecnocrata, em que a presunção da onipotência tecnológica resolve qualquer problema, com soluções obtidas por meios gerenciais ou técnicos pautados na instalação de

equipamentos de controle de poluição, destinação de resíduos gerados e na ecoeficiência, considerados insuficientes segundo os próprios critérios da GRI, conforme desenvolvido a seguir.

A definição do conteúdo do relatório GRI prevê, com o “Princípio de Contexto da Sustentabilidade”, que a organização deva relatar seu desempenho no contexto mais amplo da sustentabilidade e dentro dos limites e condições impostas aos recursos ambientais ou sociais ao nível setorial, local, regional (por exemplo, desenvolvimento da comunidade) ou global (por exemplo, mudança climática) e como “contribui ou pretende contribuir no futuro”, ressaltando que “o simples relato de tendências no desempenho individual (ou na eficiência da organização) não responderá a essa questão” (GRI, 2006a, p.11).

Exemplificando, como já descrito na avaliação das Unidades de Informação da Tractebel, subitem 3.3.2 desta tese, para o “Princípio de Contexto da Sustentabilidade” a empresa apresentou apenas sua política sobre as mudanças climáticas, com compromissos, porém sem detalhar *como* contribui ou pretende contribuir para este tema fundamental para a sustentabilidade, evidenciando alguns poucos exemplos restritos a equipamentos de controle de poluição e destinação de resíduos gerados.

Para especialistas, como Zhouri (2003) e Kishinami (2012), a sustentabilidade da geração de energia por hidroeletricidade está associada com a diminuição do uso de matéria, água (área alagada) e energia; e eliminação e redução de desperdícios e usos ineficientes da energia.

Para se evitar uma visão maniqueísta e possibilitar uma compreensão mais ampla sobre o complexo tema da sustentabilidade, entende-se que as contradições sobre a qualificação do que é sustentável, ou não é sustentável, podem ser esclarecidas com os conceitos usados por Sachs (1999) ao diferenciar a eficiência econômica macrossocial e microempresarial. Para garantir que esta última seja eficiente, além do patamar microeconômico, também no nível socioambiental, é preciso que ela esteja alinhada e coerente com políticas públicas que impeçam a externalização dos custos sociais e ambientais.

Para isto, visando atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável, uma empresa precisa se organizar e ser suportada por sistemas de negócios que aumentem a sua credibilidade através do desempenho ambiental e social de seus processos, produtos e serviços.

3.5 Avaliação do atendimento às partes interessadas

O segundo objetivo específico da tese é avaliar se os conteúdos dos relatórios de sustentabilidade consideram as demandas de suas partes interessadas.

A evidenciação das informações dos relatórios de sustentabilidade das empresas do Setor de Energia Elétrica, associada com a coleção de registros das informações de seus desempenhos socioambientais disponíveis por outras fontes de consulta independentes, demonstrou existir demandas das partes interessadas impactadas não retratadas nos respectivos relatórios de sustentabilidade.

Estas demandas podem ser exemplificadas pelo conflito relacionado com o pleito de reconhecimento dos direitos de indenização aos moradores sem título de posse de propriedade na Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó Energia (CPFL) e as dificuldades no intercâmbio entre os municípios impactados pela Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães – Lajeado (EDP).

O gerenciamento dos *stakeholders* muitas vezes pode se caracterizar por mediação de conflitos e articulação de arranjos de negociação, não devendo ser percebido como um fato negativo a ser eclipsado para outras partes interessadas que tenham outros interesses na organização, como investidores, pois pode ser entendido como uma omissão voluntária. Ou ainda pior, manipulação de informações. Relatórios de Sustentabilidade devem possuir legitimidade suficiente para que não haja julgamentos que identifiquem omissão, manipulação ou incompetência, pois estas desconstruem os valores mais desejados em um relatório: confiança e credibilidade.

O exemplo, a seguir, permitirá promover novas considerações sobre alguns dos temas abordados até aqui. No relatório da Tractebel 2011 o indicador GRI n° 4.16 (“Abordagens para o engajamento dos *stakeholders*, incluindo sua frequência por tipo e grupo de *stakeholders*”) foi respondido com o seguinte texto (TRACTEBEL, 2012, p. 164): “Como parte do processo de elaboração do Relatório de Sustentabilidade, a Companhia realiza anualmente o engajamento e consulta aos *stakeholders*. Para isso, aplica a todos os públicos e simultaneamente uma pesquisa *online*.” Esta resposta foi considerada como um “reporte completo” pela empresa

relatora e pela empresa auditora do relatório, sendo a única resposta direta ou referência ao indicador GRI nº 4.16 em todo o conteúdo do relatório.

O correto gerenciamento de *stakeholders* é desafiante e necessário para viabilizar a sustentabilidade organizacional. Por isto, devem-se evitar modelos “elitistas”, como o “engajamento” e a consulta via *web* para todos os tipos de *stakeholders*, pois estes modelos perpetuam reducionismos centrados nos privilégios de algumas partes interessadas, além de excluir os *stakeholders* sem consciência do potencial que uma organização tem de afetá-los, os *stakeholders* não mobilizados socialmente, os incautos e os indiferentes. Todos estes podem ser impactados pela organização e possuir legitimidade legal de serem considerados como uma das partes interessadas.

Este exemplo também retoma a Teoria dos *Stakeholders*, pois uma parte interessada classificada como *dependente* possui legitimidade e urgência, porém não tem poder de influência. Este *stakeholder* precisa de outros *stakeholders* ou do gestor da empresa para ter o poder necessário para influenciar. Outra questão é a adoção da pesquisa *online* como única forma de “engajamento” e consulta, pois este tipo de pesquisa exige a disponibilidade e conhecimento para o acesso tecnológico à organização e não permite a interação entre os *stakeholders*, também não sendo o *fórum* adequado para a identificação de um “*stakeholder* dependente”.

O exemplo citado igualmente explicita a fragilidade da auditoria independente que avalizou o pleno atendimento do indicador GRI nº 4.16, considerado como “reporte completo”, e cujo parecer visa fortalecer a credibilidade do relatório de sustentabilidade, como será avaliado no subitem 3.6, a seguir.

Portanto, é essencial que a organização realize a completa identificação de seus *stakeholders* significativos para auxiliar o processo de tomada de decisões através do atendimento e conciliação das diversas necessidades que mobilizem os grupos atingidos pela organização, tais como órgãos ambientais, acionistas, trabalhadores, comunidade local e organizações governamentais e não governamentais.

3.6 Avaliação da transparência da governança empresarial

O último objetivo específico da tese é avaliar se os relatórios de sustentabilidade com base nos critérios das diretrizes de gestão da GRI são suficientes para apoiar a transparência da governança empresarial.

O interesse público pela magnitude dos impactos ambientais e pelos efeitos sociais negativos tornou a transparência corporativa um elemento decisivo para as empresas. Para isto, as corporações precisam confirmar sua reputação através de ações responsáveis visando desenvolver a confiança dos *stakeholders*. Neste contexto, é crucial o reconhecimento do relatório de sustentabilidade correto, através de informações compreensíveis, satisfatórias, exatas e equilibradas.

Os três relatórios de sustentabilidade avaliados apresentam intensa demonstração de informações favoráveis e não reportam atividades com impacto ao meio ambiente e à sociedade, evidenciadas por outras fontes de informação externas às empresas, como confirmado na análise de conteúdo, quando se verificou falhas na etapa de validação das informações a serem incluídas no relatório.

Ao se fazer o exercício de enquadramento dos relatórios de sustentabilidade das empresas do Setor de Energia Elétrica, aqui avaliados, nas categorias de *greenwashing* (TERRACHOICE ENVIRONMENTAL MARKETING, 2007), elencadas no subitem 1.5.2 desta tese, os mesmos seriam classificados na categoria “Malefícios Ocultos”, onde o *marketing* ambiental destaca benefícios ambientais e omite outros aspectos ambientais importantes, impedindo uma análise do desempenho ambiental global do mesmo.

Relatórios de sustentabilidade com informações incompletas ou ausentes prejudicam a transparência do desempenho social e ambiental e comprometem a credibilidade dos mesmos e enfraquecem, se não eliminam, a confiança do usuário.

As evidências deste trabalho indicam que as empresas não atendem as recomendações da ISO 26000 (ABNT, 2010) para fortalecer a credibilidade do relatório de sustentabilidade através de um processo de verificação rastreável e independente, que comprove refletir as questões relevantes para as partes interessadas. Além disto, o relato por uma organização externa do atendimento das

diretrizes para a elaboração do relatório não se mostrou eficaz para garantir o conteúdo equilibrado do relatório.

Conclui-se pela maior prudência ao desenvolver um relatório de sustentabilidade e que se evite a emissão e publicidade do mesmo até que se tenha atingido um resultado comprovado através da validação do seu conteúdo antes de sua elaboração final. Só então, se iniciaria a divulgação por meio de um *marketing* socioambiental transparente, o qual deve disponibilizar informações completas caso o usuário do relatório deseje obter as evidências objetivas ou queira conhecer mais sobre as particularidades de um determinado tema.

Caso contrário, haverá o risco do relatório de sustentabilidade ser interpretado como uma comunicação insincera, direcionada para a construção de uma imagem positiva, ao invés de retratar um desempenho socioambiental real. Por isto, os relatórios de sustentabilidade devem ser elaborados levando em consideração, além dos resultados positivos do desempenho socioambiental da empresa, também os resultados negativos e como estes serão resolvidos.

Reforça-se, mais uma vez, que não foi o objetivo da avaliação das informações de notícias realizar o rastreamento das consequências, a legitimidade das constatações por autoridades públicas e a conclusão do processo avaliado, mas sim avaliar o nível de transparência do assunto no relatório.

4 CONCLUSÃO

A hipótese aqui abordada foi que a operacionalização do processo de definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade pode não ser suficiente para apoiar a transparência empresarial pela possibilidade de apresentar resultados duvidosos. A investigação e análise dos relatórios de sustentabilidade elaborados pelas empresas, tendo como base os relatórios do setor de geração de energia elétrica por hidroeletricidade no Brasil, procuraram atender o objetivo desta tese de avaliar a significância destes documentos em prestar informações claras para a sociedade sobre a eficácia do desempenho das empresas na área socioambiental.

No caso específico dos relatórios de sustentabilidade com base na diretriz de gestão para a sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI), os estudos acadêmicos correlatos mostram que há problemas na qualidade da informação com relação à completeza, padronização e credibilidade do conteúdo, porém os mesmos não investigam as causas potenciais dos conteúdos incompletos ou da baixa transparência.

A verificação da hipótese foi realizada pela quantificação das evidências das informações contidas em relatórios de sustentabilidade GRI das empresas CPFL, EDP e Tractebel, associadas com as informações de seus desempenhos socioambientais disponíveis por outras fontes de consulta independentes, como informações nos *websites* do Superior Tribunal de Justiça, Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais.

Os resultados da análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade permitiram constatar que as Unidades de Informação avaliadas de nenhuma das empresas atingiram o atendimento pleno de evidência da informação solicitada. Esta constatação indica que todas as empresas avaliadas apresentaram falhas na validação das informações antes do início da elaboração propriamente dita do relatório, como determina a etapa de validação da GRI, sugerindo que os testes disponíveis nos princípios da GRI, provavelmente, não foram empregados ou foram adotados sem eficácia, afetando a qualidade da informação com relação à completeza e credibilidade do conteúdo.

Portanto, uma recomendação que se infere da constatação anterior é que seja realizada de forma eficaz a aplicação dos “testes” para analisar se o conteúdo está

completo antes da elaboração do relatório, como já é determinado pela abordagem da GRI.

Confirmou-se a pertinência da seleção do setor de geração de energia elétrica por hidroeletricidade no Brasil como objeto de pesquisa, por seus significativos aspectos econômico, ambiental e social.

As análises das informações socioambientais disponibilizadas nos relatórios das empresas amostradas do setor de energia elétrica brasileiro corroboram que suas atividades geram elevados impactos, reais e potenciais. Tais impactos podem ser positivos; como a geração de uma energia considerada limpa, necessária para a crescente demanda por energia para sustentar as taxas de crescimento econômico brasileiro e responsável por 74,0% de toda a oferta de energia elétrica em 2011; como negativos, representados pela alteração drástica das condições naturais dos cursos de água, a eliminação de extensas áreas de vegetação e o deslocamento compulsório de milhares de pessoas.

No contexto do Setor de Energia Elétrica e desenvolvimento sustentável, conclui-se que este modelo de oferta de energia deveria ter seus empreendimentos avaliados quanto à internalização dos custos sociais e ambientais nas etapas de planejamento e operação através do processo de licenciamento ambiental, instrumento fundamental previsto na Política Nacional de Meio Ambiente. Contudo, em função de falhas neste processo de licenciamento, e apesar de existirem projetos e controles operacionais destinados a mitigar e/ou compensar os impactos destes empreendimentos, permanecem pendências e demandas com as partes interessadas impactadas pelas atividades de construção e operação das usinas hidrelétricas e suas barragens, podendo desestabilizar a sustentabilidade do empreendimento.

Por isto, as expectativas das partes interessadas, devem ser conhecidas e consideradas pelas empresas visando o sucesso do empreendimento, tanto na etapa de implementação quanto na operacional.

As empresas têm deveres em relação às partes interessadas, incluindo a responsabilidade por informações transparentes. Da mesma forma, as partes interessadas têm o direito de receber informações corretas para tomar uma decisão sobre uma organização, produto ou serviço e serem protegidos contra propaganda enganosa, pois podem não ter discernimento suficiente para reconhecer que estão sendo impactados.

Algumas questões que merecem ser aprofundadas em futuros trabalhos são: a influência dos limites da auditoria independente no resultado da verificação do relatório de sustentabilidade GRI e a extensão da pesquisa de análise de conteúdo para outros setores industriais formados por grandes empresas e com elevado impacto ambiental potencial.

Espera-se que o estudo possa contribuir para o aumento de conhecimento sobre o tema, em destaque na atualidade, seja pelos esforços de normalização mundial do relatório de sustentabilidade GRI, ou pela recomendação para as empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) publicarem Relatórios de Sustentabilidade, e, principalmente, com a recomendação para o fomento destes relatórios incluída no documento final “The Future We Want”- “O Futuro que Queremos” da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no parágrafo 47, com potencial regulamentação brasileira compulsória dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004. p. 7-11, 13-35.

ADAM, David. *Earthshakers: the top 100 green campaigners of all time*. The Guardian, Londres, 28 nov. 2006. Disponível em <<http://www.guardian.co.uk/environment/2006/nov/28/climatechange.climatechangeenvironment>>. Acesso em: 17 out. 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL (Brasil). *Despacho nº 3.034*, de 21 de dezembro de 2006. Aprova alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica instituindo Relatório de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, DF, 28 dez. 2006. Seção 1, p. 158. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/dsp20063034.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

_____. *Atlas de energia elétrica do Brasil*. 3. ed. Brasília: ANEEL, 2008. 236 p.

ALCOA. *Usina Hidrelétrica Barra Grande: energia para o desenvolvimento*. Disponível em: <http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom_page/environment_barra_grande.asp>. Acesso em: 20 ago. 2011.

ALMEIDA, Angela M. *Campo e cidade como imagens*. Didática CPDA. Rio de Janeiro, n. 1, 1999.

ANÁLISE. Companhia aberta se relaciona melhor. *Especial Rio+20*. São Paulo: Análise Editorial, 2012. Irregular.

ANDRADE, J. C. S., DIAS, C. C. e QUINTELLA, R. H. A dimensão político-institucional das estratégias sócio ambientais: o jogo Aracruz celulose S.A: índios tupiniquim e guarani. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 4, n.9, p. 1-18, 2. sem. 2001.

ANUÁRIO GESTÃO AMBIENTAL. São Paulo: Análise Editorial, 2011-2012.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Pescadores e agricultores da região da Foz do Rio Chapecó pedem que licença de operação de hidrelétrica não seja concedida*. Disponível em: <<http://al-sc.jusbrasil.com.br/noticias/2035342/pescadores-e-agricultores-da-regiao-da-foz-do-rio-chapeco-pedem-que-licenca-de-operacao-de-hidreletrica-nao-seja-concedi>>. Acesso em: 20 jan. 2011

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA - ABRADÉE. Disponível em: <www.abradee.com.br>. Acesso em: 18 jan. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM – ABEN. *Cartilha do Trabalhador de Enfermagem*. Rio de Janeiro: ABEN, 2006. 44 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *NBR ISO 14001: Sistemas da Gestão Ambiental – Requisitos com orientações para uso*. Rio de Janeiro, 2004.

_____. *NBR ISO 31000: Gestão de riscos: Princípios e diretrizes*. Rio de Janeiro, 2009. 24 p.

_____. *NBR ISO 26000: Diretrizes sobre responsabilidade social*. Rio de Janeiro, 2010. 110 p.

_____. *NBR 16001: Responsabilidade Social: Sistema de Gestão: Requisitos*. Rio de Janeiro, 2012. 48 p.

AUSTEN, Siobhan *et al.* *Multi-Outcome Construction Policies: Literature Review on Stakeholder Theory*. Brisbane: CRC for Construction Innovation, 2009. 21 p.

BARBOSA, Flávia. Carros poderão ter imposto ambiental. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 out. 2009. Caderno Economia, p. 25.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70 - Brasil, 2011. 280 p.

BECK, Martha. Embrulho Verde de Natal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 out. 2009. Caderno Economia, p. 25.

BERMANN, Celio. Crise Ambiental e as energias renováveis. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.60, n.3, p. 20-29, Set. 2008.

_____. A energia hidrelétrica não é limpa, nem barata. *Blog Viomundo*, 03 jun, 2010. Entrevista. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/entrevistas/bermann-a-energia-hidreletrica-nao-e-limpa-nem-barata.html>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

BESSERMAN, Sérgio. Quando a infelicidade da pergunta é a resposta. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 ago. 2010. 1º caderno, p.6.

BOAVENTURA, J. M. G. *et al.* Teoria dos stakeholders e teoria da firma: um estudo sobre a hierarquização das funções-objetivo em empresas brasileiras. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 289-307, jul./set. 2009.

BOFF, Leonardo. *Ética e sustentabilidade*. Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. 16 p.

_____. Positividades e negatividades da economia verde. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/leonardo-boff/noticias/2012/06/17/positividades-e-negatividades-da-economia-verde/>> Acesso em: 23 dez. 2012.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO - BOVESPA. *Relate ou Explique* - Relatório de sustentabilidade ou similar. <http://www.bmfbovespa.com.br/novo-valor/pt-br/nas-empresas/relate-ou-explique.asp>. Acesso em: 30 nov. 2012.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO - BOVESPA. *O que é o ISE*. Disponível em: <<https://www.isebvmf.com.br/index.php?r=site/conteudo&id=1>>. Acesso em: 29 dez. 2012.

_____. *Processo de seleção*. Disponível em: <<https://www.isebvmf.com.br/index.php?r=site/conteudo&id=9>>. Acesso em: 30 dez. 2012.

_____. *BM&FBOVESPA divulga nova carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial para 2012*. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/noticias/2011/BMFBOVESPA-divulga-nova-carreira-do-Indice-de-Sustentabilidade-Empresarial-para-2012-2011-11-25.aspx?tipoNoticia=1&idioma=pt-br>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

_____. *Dicionário de Finanças*. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/intros/intro-dicionario-de-financas.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 29 dez. 2012.

BRAGA, Celia *et al.* Fatores determinantes do nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 230-262, 2011.

BRAGION, Luiza. Nem tão responsáveis assim. *ComCiência Revista Brasileira de Jornalismo Científico*, n. 82, 10 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=19&id=199>>. Acesso em: 22 mar. 2010.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Seção 1, p. 2548-2549. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

_____. Decreto nº 99.280, de 6 de junho de 1990. Promulgação da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 07 jun. 1990. Seção 1, p. 10894. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99280.htm>. Acesso em: 11 set. 2009.

_____. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, DF, 12 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 11 set. 2009.

_____. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, DF, 15 maio 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 11 set. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.427, de dezembro de 1996. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, DF, 27 dez. 1996. Seção 1, p. 28653. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/lei19969427.pdf>>. Acesso: em 20 de dez. 2012.

_____. Portal Brasil. <http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/programa-luz-para-todos>. 2012.

BRUGGER, Paula. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: Alternativa ou Eufemismo? *Revista Perspectiva*, Florianópolis, n. 17, p. 133-138, 1993.

BRUNO, Kenny. *Greenwash +10: The UN's Global Compact, Corporate Accountability and the Johannesburg Earth Summit*. San Francisco, USA : CorpWatch, jan. 2002. 24 p. Relatório técnico.

BUYSSE, Kristel e VERBEKE, Alain. Proactive Environmental Strategies: A Stakeholder Management Perspective. *Strategic Management Journal*, Chicago (USA), v. 24, n. 5, p. 453-470, May 2003.

CAIRNCROSS, Frances. *Meio Ambiente: Custos e Benefícios*. 1. ed. São Paulo: Ed. Nobel, 1992. 269 p.

CALIXTO, Laura; MENDONÇA, K. F. C. Disclosure ambiental: estudo de caso longitudinal da Petrobras S.A. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 13, 2006, Belo Horizonte.

CALIXTO, Laura. Evidenciação Socioambiental na América Latina: Uma Análise do Setor de Energia Elétrica. *Seminário em Administração do Programa de Pós-graduação em Administração da FEA-USP*, 12, 2009, São Paulo.

_____. *Responsabilidade Socioambiental: A Divulgação de Relatórios na América Latina*. 2011. 316 f. Tese (Doutorado em Gestão Socioambiental e da Saúde) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Simpósio Sobre Poluição, 1, 1971, Brasília. *Documento Síntese*. 129 p.

CAMPOS, Taiane L. C. Políticas para stakeholders: um objetivo ou uma estratégia organizacional? *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 10, n. 4, p. 111-130, Out. Dez. 2006

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Contribuição da pós-graduação brasileira para o desenvolvimento sustentável: Capes na Rio+20 / Brasília : Capes, 2012. 194 p.

CARNEIRO, Eder J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOUNI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B.

(orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 27-47.

CARVALHO, Fernanda M.; SIQUEIRA, José R. M. Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais e empresas latino-americanas. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, Vol. 9, n. 38, 2007. Disponível em: < <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/113>>. Acesso: em 20 de dez. 2012.

CÁSSIA, C. Como fugir do Greenwashing. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 jul. 2009. Caderno Razão Social, p. 15.

CASTRO, Fernanda A. R.; SIQUEIRA, José R. M.; MACEDO, Marcelo A. S. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3” da Global Reporting Initiative nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul americano. In: Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 2009, São Paulo. 16 p. Disponível em: < <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2009/site/index.cfm?FuseAction=dsp.programacao>>. Acesso: em 20 de jan. 2012.

CASTRO, Vonínio B. *As transformações no mundo do trabalho e no ambiente da pesca no povoado Cajueiro, Palmeirante –TO*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, jun. 2009.

CHAMBERS, Robert. *Sustainable Livelihoods - Developments, Reflections and the Future*. In: Draft chapter written in 2003/4 and originally intended for publication in Ideas for Development. Disponível em: <<http://community.eldis.org/?233@@@.59b9a649/11!enclosure=.59c11aff>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

CLARKSON, M. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *Academy of Management Review*, New York (USA), v. 20, n. 1, p. 92-117. 1995.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CEBDS. *Carta enviada à Presidência*. Disponível em: <http://cebds.org.br/media/uploads/carta_à_presidência_-_04_de_junho_de_2012.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE AUTORREGULAMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA – CONAR. *Conar em números 2008*. Disponível em: <<http://www.conar.org.br>>. Acesso em: 27/10/09.

CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE. *Ceste esclarece mortandade de peixes na Usina de Estreito*. Notícias de 26/05/2011. Disponível em: <http://www.uhe-estreiro.com.br/ver_noticia.php?noticia_id=182>. Acesso em: 18 dez 2012.

CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE. *Presidenta Dilma inaugura Usina Hidrelétrica Estreito*. Disponível em: <<http://www.uhe-estreiro.com.br>>. Acesso em: 19 dez 2012.

CORAL, Eliza; STROBEL, Juliana S.; SELIG, Paulo M. A. Competitividade empresarial no contexto dos indicadores de sustentabilidade corporativa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 24, 2004, Florianópolis. *Anais do ENEGEP 2004*. p. 5122-5129.

CORPORATE REGISTER. *website* de recursos de responsabilidade corporativa internacional Disponível em: <http://www.corporateregister.com> Acesso em: 22 fev. 2012.

COSTA, Luciano. Hidrelétrica de Estreito é multada pelo Ibama em R\$4,5 milhões. *Jornal da Energia*, São Paulo, 07 jun. 2011. Disponível em: <http://www.jornaldaenergia.com.br/ler_noticia.php?id_noticia=6719&id_tipo=2&id_scao=3>. Acesso em: 23 nov. 2012.

COSTA, Rogério H. da (Rogério Haesbaert da); PORTO GONÇALVES, Carlos W. A nova des-ordem mundial. São Paulo: Editora Unesp, 2006, 160 p.

CPFL ENERGIA. Relatório Anual 2009. Emitido em 2010. Disponível em: <<http://www.cpfl.com.br/Default.aspx?alias=www.cpfl.com.br/relatorioanual2009>>. Acesso em: 12 dez 2010.

_____. Usina Foz do Chapecó é inaugurada. CPFL Imprensa: 30/12/2010. Disponível em: <<http://www.cpfl.com.br/SaladImprensa/Releases/tabid/154/EntryId/391/Usina-Foz-do-Chapeco-e-inaugurada.aspx>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

_____. Relatório Anual 2010. Emitido em 2011. Disponível em: <<http://www.cpfl.com.br/SaladImprensa/Releases/tabid/154/tagid/244/RA-2010.aspx>>. Acesso em: 12 dez 2011.

CROWTHER, Yasmin (Ed.). Rumo à Credibilidade 2010: uma pesquisa de relatórios de sustentabilidade no Brasil. 2. ed. Global Reporters. 2010. Disponível em <<http://fbds.org.br/fbds/IMG/pdf/doc-431.pdf>>. Acesso em: dez. 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 749 p.

D'AVIGNON, Alexandre; CARUSO, Luiz A. C. O caráter necessariamente sistêmico da transição rumo à economia verde. *Política Ambiental*, Belo Horizonte, n. 8, p. 24-35, jun. 2011.

DE MARTINI JR, Luiz C. Comunicação de Riscos Tecnológicos Ambientais. *Revista Produção*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p.135 - 143, nov. 1995.

DE MARTINI JR, Luiz C.; SILVA, Elmo R.; MATTOS, Ubirajara, O. Análise de Empresas Brasileiras Certificadas em Sistema de Gestão Ambiental por Categoria

de Complexidade. In: *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, Resende, 24 a 26 de outubro de 2012. 11 p.

DERZETE, Paula. *Obtidas condenações contra empresa dos Campos de Cima da Serra*. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/ambiente/coletanea_legislacao/ambiente/noticias/id18696.htm>. Acesso em: 24 nov. 2009.

DIAS, Lidiane N. S. *Análise da Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Brasileiras*. 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 27 jan. 2006.

DIEGUES, Antonio C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas, *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, jan./jun. 1992.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. *Academy of Management Review*, New York (USA), v. 20, n. 1, p. 65-91, jan. 1995.

DUNCAN, Cameron. *Nuevo maquillaje verde que luce el Banco Mundial: Simular una posicion ambientalista mientras se destruye el planeta*. Amsterdam, Greenpeace Internacional, 1992. 9 p.

EDP. Relatório Anual 2009. Emitido em 2010. Disponível em: <http://www.edpbr.com.br/energia/empresa/relatorios_anuais/relatorio_2009/Default.aspx>. Acesso em: 22 dez 2012.

_____. Relatório Anual 2010. Emitido em 2011. Disponível em: <<http://www.edpbr.com.br>>. Acesso em: 22 dez 2012.

ELKINGTON, John. Passivos criados hoje assombrarão por décadas. *Época Negócios*, São Paulo, 03 ago. 2009. p. 44-48. Entrevista.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (Brasil). *Balanço Energético Nacional 2012: ano base 2011 - relatório final*. Rio de Janeiro: EPE, 2012, 282 p. Relatório técnico.

_____. *Balanço Energético Nacional 2012: Ano base 2011 - síntese do relatório final*. Rio de Janeiro: EPE, 2012, 53 p. Relatório técnico.

ESTADO. *Reunião do CI Lago consolida cumprimento de acordos entre municípios e Investco*. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2012/04/26/reuniao-do-ci-lago-consolida-cumprimento-de-acordos-entre-municipios-e-investco>>. Acesso em: 20 mai 2012.

FEARNSIDE, P.M. Brazil's Samuel Dam: Lessons for hydroelectric development policy and the environment in Amazonia. *Environmental Management*, New York, v. 35, n.1, p. 1-19. 2005.

FEARNSIDE, P.M. As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa. *Novos Cadernos NAEA*, v. 12, n. 2, p. 5-56, dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/315/501>>. Acesso em: 14 jan 2013.

FERNANDES, Fernanda S; SIQUEIRA, José R. M.; GOMES, Monica Z. A decomposição do modelo da Global Reporting Initiative (GRI) para avaliação de relatórios de sustentabilidade. *Revista do BNDES*, v. 34, p. 101-132, dez. 2010.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, 4(9): 21- 55, 2. Sem. 2001.

FURTADO, João S. *Gestão com responsabilidade socioambiental: a empresa e a sociedade*. mar. 2003, 22 p. Disponível em:

<<http://teclim.ufba.br/jsf/acoessa/rso04.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2009.

FUTERRA SUSTAINABILITY COMMUNICATIONS. *The Greenwash Guide*. London: Futerra, [2008]. 44 p. Disponível em:

<http://www.futerra.co.uk/downloads/Greenwash_Guide.pdf>. Acesso em: 21 set. 2009.

GALLON, Alessandra V. *et al.* Qualidade informacional dos relatórios de sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental: uma análise com base nos indicadores da ONU. *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão*, Volume 7, Número 3, 2012, pp. 298-311.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. *Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade*: 2006. São Paulo: Instituto Ethos, dez. 2006. 47 p. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/_Uniethos/documents/gri_g3_portugues.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2012.

_____. *Níveis de Aplicação da GRI*. Versão 3.0, 2006. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazil-Portuguese-G3-Application-Levels.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

_____. *Technical Protocol Applying the Report Content Principles*, 2011. Disponível em: <http://www.globalreporting.org>. Acesso em 11 jan. 2012.

_____. *Global Reporting Initiative Sustainability Reporting Guidelines*. Version 3.1, 2011. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

_____. *Relatórios no Brasil*. 2011. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/network/regional-networks/gri-focal-points/focal-point-brazil/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. *What is GRI ?* 2012. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/what-is-gri/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

GODOY, Arlinda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.35, n.3. p.20-29. maio-jun. 1995.

GONÇALVES, Antônio. *Consórcio questiona renovação de licença da Investco*. Extraído de: Prefeitura de Palmas 09 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://prefeitura-palmas-to.jusbrasil.com.br/politica/4558064/consorcio-questiona-renovacao-de-licenca-da-investco>>. Acesso em: 25 mai. 2012.

GONÇALVES, Antônio. *Consórcio reitera cobranças feitas a Investco*. Extraído de: Prefeitura de Palmas em 02 de Março de 2010. Disponível em: <<http://prefeitura-palmas-to.jusbrasil.com.br/politica/4596770/consorcio-reitera-cobrancas-feitas-a-investco>>. Acesso em: 25 mai. 2012.

GONZALEZ, Roberto S. A importância da comunicação dos indicadores sustentáveis para o mercado financeiro. *Revista RI – Relações com Investidores*, Rio de Janeiro, n. 85, p. 22-25, mar. 2005.

GOULART, Ana C. V. O greenwashing no Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 out. 2009. Caderno Razão Social, p. 23.

GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS. *Governo apoia causa dos municípios impactados pelo Lago*. 15 de Junho de 2009. Disponível em: <<http://atn.to.gov.br/noticia/2009/6/15/governo-apoia-causa-dos-municipios-impactados-pelo-lago/>>. Acesso em: 25 mai 2012

GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS. *Naturatins e Ibama renovam licença de operação da UHE Luis Eduardo Magalhães*. 09 de Fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://secom.to.gov.br/noticia/2010/2/9/naturatins-e-ibama-renovam-licenca-de-operacao-da-uhe-luis-eduardo-magalhaes>>. Acesso em: 25 mai 2012

GRAY, Rob. Does sustainability reporting improve corporate behaviour? Wrong question? Right time? *Accounting and Business Research*, Special Issue, 36: 65-88, 2006.

GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. Constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 8 Iss: 2, pp.78 – 101, 1995.

GREENWOOD, Michelle. The importance of stakeholders according to business leaders. *Business and Society Review*, Massachusetts, v. 106, n. 1, p. 29-49, Spring 2001. Disponível em: <http://web.sau.edu/RichardsRandyL/business_ethics_filing_cabinet_importance_of_stakeholders.htm>. Acesso em: 16 dez. 2012.

GUSMÃO, Antônio C. F.; DE MARTINI JR, Luiz C. *Gestão Ambiental na Indústria*. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: SMS Digital, 2009. 224 p.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. *Science*, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 13 dec. 1968.

HILL, C. W. L.; JONES, T. M. Stakeholder: agency theory. *Journal of Management Studies*, v. 29, n. 2, pp. 131-154, mar. 1992. Disponível em: <http://www.ensp.unl.pt/saboga/incentivos/texto_02.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2012.

HUBBARD, Graham. Beyond Accounting - assessing the impact of sustainability reporting on tomorrow's business. *Tomorrow's company*, 2008. Disponível em: <<http://www.icaew.com/~media/Files/Technical/Sustainability/graham-hubbard-sustainability-reporting-discussion.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2012.

_____. Unsustainable reporting. *CR Debates*, The Royal Institution of Great Britain, London, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.corporateregister.com/crra/2008-ceremony/media/UnsustainableReporting.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (Brasil). *Estudos e pesquisas: Informação Geográfica, número 7. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2012*, 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA (Brasil). *Consórcio responsável pela usina hidrelétrica de Estreito é multado*. Notícias: 02 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/publicadas/consorcio-responsavel-pela-usina-hidreletrica-de-estreito-e-multado>>. Acesso em: 20 dez 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO (Brasil). *Selo Procel e Selo Conpet*. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br>>. Acesso em: 21 out. 2009.

_____. *Comissão Permanente de Credibilidade*. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br>>. Acesso em 21 out. 2009.

IUCN; UNEP; WWF. *World conservation strategy: living resource conservation for sustainable development*. Gland (Switzerland): International Union for Conservation of Nature (IUCN), United Nations Environment Programme (UNEP) and World Fund for Nature (WWF), 1980. 77 p.

JENSEN, M. C. Value maximization, stakeholder theory, and the corporate objective function. *Journal of Applied Corporate Finance*, v. 14, n. 3, p. 8-21, 2001.

KISHINAMI, Roberto. A Eficiência Energética como componente da Eficiência Econômica. In: MILLIKAN, Brent *et al.* *O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios*, Brasília: Ed. Paula Franco Moreira, 2012, Capítulo 2.1, p. 37-39.

LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 192 p.

LAYRARGUES, Philippe P. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da poluição*. 1996. 254 p. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LEITE FILHO, Geraldo A.; PRATES, Lorene A.; GUIMARÃES, Thiago N. Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no ano de 2007. *Revista de Contabilidade e Organizações*, Ribeirão Preto (SP), v. 3, n. 7, p. 43-59, set.-dez. 2009.

LEMOS, Haroldo Mattos de. *Os problemas ambientais: evolução histórica*. Rio de Janeiro: CEEMA UFRJ, 1993, 34 p.

LINS, Luiz S.; SILVA, Raimundo N. S. *Responsabilidade sócio-ambiental ou greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental*. In: Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 9, 2007, Curitiba. 15 p.

LOUETTE, Anne (Org.) *Indicadores de Nações: uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade*. 1.ed. São Paulo: WHH – Willis Harman House, 2007. 116 p.

MACDONALD, Christine. *Green, Inc.: An environmental insider reveals how a good cause has gone bad*. Lyons Pr, 2008. 265 p.

MACHADO JR, Eliseu Vieira. *Sinergia dos stakeholders: um framework de gestão e responsabilidade social: estudo de caso em instituição de ensino superior brasileira*. 2009. 312 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Universidade Metodista de Piracicaba, Santa Barbara D'Oeste, 24 mar. 2009.

MARINO, José V. Propaganda sustentável. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 nov. 2011. 1º caderno, p. 7.

MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. In: _____ (Ed.). *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 1. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. Capítulo I, p. 21-42.

MARCONDES, Adalberto W.; BACARJ, Celso D. *ISE: sustentabilidade no mercado de capitais*. 1. ed. São Paulo: Report Ed., 2010. 173 p.

MARGULIS, Sergio. Economia do Meio Ambiente. In: MARGULIS, Sergio (ed.). *Meio Ambiente: Aspectos Técnicos e Econômicos*. 1. ed. Brasília: IPEA, 1990. Cap. 6, p. 135-155

MARTINS, Humberto F.; FONTES FILHO, Joaquim R. ¿En quién se pone el foco? Identificando "stakeholders" para la formulación de la misión organizacional. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, Caracas, n. 15, 18 p. Out. 1999.

MATTOS, Ubirajara A. de O.; PORTO, Marcelo F. de S.; FREITAS, Nilton B. B. *Novas Tecnologias, Organização do Trabalho e seus Impactos na Saúde e Meio*

Ambiente. *Políticas e Conteúdos Básicos em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente*, São Paulo, CUT/CAJAMAR, 1995.

McCORMICK, John. The origins of the world conservation strategy. *Environmental Review: ER*, v. 10, n. 3, p. 177-187, 1986.

_____. *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. 224 p.

McDERMOTT, Mat. *Emissions from hydropower in Brazil grossly underestimated*. May 29, 2012. Disponível em: <<http://www.treehugger.com/renewable-energy/emissions-hydropower-brazil-grossly-underestimated.html>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

MEADOWS, Donella H. *et al. Limites do crescimento*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. 200 p.

MILNE, Markus J.; ADLER, Ralph W. Exploring the reliability of social and environmental disclosures content analysis. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 1999, Vol. 12 Iss: 2, p. 237-256

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (Brasil). *MPF/TO: impactados por UHE de Estreito rejeitam proposta de filtro para prover água a reassentamentos*. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/com-presenca-do-mpf-to-impactados-por-uhe-de-estrito-rejeitam-proposta-de-filtro-para-prover-agua-a-reassentamentos/?searchterm=Ceste>. Acesso em: 19 dez. 2012.

MITCHELL, G. Problems and Fundamentals of Sustainable Development Indicators. *Sustainable Development*, United Kingdom, v. 4, n. 1, p. 1-11, mar. 1996.

MITCHELL, R.K.; AGLE, B.R.; WOOD, D.J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really count. *Academy of Management Review*, New York (USA), v. 22, n. 4, p. 853-886. Oct. 1997.

MOKHIBER, Russell. *Crimes corporativos*. 1. ed. São Paulo: Ed. Página Aberta: Scritta, 1995. 394 p.

MOLLER, Hayley. *Hydropower continues steady growth*. Disponível em: <http://www.earth-policy.org/data_highlights/2012/highlights29>. Acesso em: 12 dez. 2012.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Apropriações diferenciadas do conceito de desenvolvimento sustentável. *Geosul*, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 44-54, jan.-jun. 2000.

MURCIA, Fernando D. *et al.* Aspectos metodológicos da pesquisa acerca da divulgação de informações ambientais: proposta de uma estrutura para análise do

disclosure ambiental das empresas brasileiras. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, São Paulo, v.2, n. 2, p. 88-104, maio-ago. 2008.

NEU, D; WARSAME, H.; PEDWELL, K. Managing public Impressions: environmental disclosures in annual reports. *Accounting, Organizations and Society*, Great Britain, v. 23, n. 3, p. 265-282, apr. 1998.

NOSSA, Valcemiro. *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. 2002. 246 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 19 dez. 2002.

OLIVER, C. Strategic responses to institutional processes. *Academy of Management Review*, 15, p. 145-179. 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano - 1972*. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

_____. *Além da Rio+20: Avançando rumo a um futuro sustentável*. 29 ago 12. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/alem-da-rio20-avancando-rumo-a-um-futuro-sustentavel/>>. Acesso em: 21 out. 2012.

OXFORD. *Oxford Dictionary of Rhymes*. Oxford University Press, 2007. Disponível em: <<http://www.askoxford.com/worldofwords>>. Acesso em: 21 set. 2009.

PELIZZOLI, M. L. *A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. 160 p.

PICHET, Eric. Enlightened shareholder theory: whose interests should be served by the supporters of Corporate Governance? *Corporate Ownership & Control*, Paris, vol. 8, n. 2-3, p. 353-362, 2011.

PLAZA, M.; PINTO, C. Selo Ecológico: incentivando a melhoria contínua dos produtos. *Revista Banas Qualidade*, São Paulo, v. 18, n. 205. p. 50 – 54, jun. 2009.

PORTO, Marcelo F. Saúde, ambiente e o primado do interesse público. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 36 n. especial, p. 36-45, jun. 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461 p.

POST, J. E.; PRESTON, L. E.; SACHS, S. Managing the extended enterprise: The new stakeholder view. *California Management Review*, California, v. 45, n. 1, p. 6-28, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 22. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979. 364 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA. *Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza - Síntese para Tomadores de Decisão*. PNUMA, 2011. 52 p. Disponível em:

<http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/GER_synthesis_pt.pdf>. Acesso em: 23 set. 2012.

QUELHAS, Osvaldo L.G.; ALLEDI FILHO, Cid. Transparência nos Negócios a Partir do Diálogo in: QUELHAS, Osvaldo L.G (Org.) *et al. Transparência nos negócios e nas organizações: os desafios de uma gestão para a sustentabilidade*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Parte I, p. 11-37.

QUELHAS, Osvaldo L.G.; MEIRIÑO, Marcelo J.; VIEIRA NETO, Julio. Motivadores mercadológicos para o desempenho ambiental. In: ADISSI, Paulo J (Org.); PINHEIRO, Francisco A. (Org.); CARDOSO, Rosangela da S. (Org.). *Gestão Ambiental de Unidades Produtivas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Cap. 2, p. 19-54.

REDCLIFT, Michael R. Sustainable Development (1987-2005) – an oxymoron comes of age. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 65-84, jan./jun. 2006.

REVISTA MEIO AMBIENTE INDUSTRIAL. *Energia gerada através da hidreletricidade continuará sendo prioritária no Brasil*. Julho/agosto, 2011, p. 54-55.

ROBERTO, José A.; SERRANO, Antônio. As organizações econômico-sociais e os seus stakeholders. *Economia Global e Gestão*, Lisboa, vol.12, n. 2, p. 73-93, aug. 2007.

ROBINSON, J. Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. *Ecological Economics*, n. 48, p. 369-384, 2004.

ROSA, Fabrícia S.; ENSSLIN, Sandra R.; ENSSLIN, Leonardo. Evidenciação ambiental: processo estruturado de revisão de literatura sobre avaliação de desempenho da evidenciação ambiental. In: *South American Congress on Social and Environmental Accounting Research – CSEAR*, 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

ROSA, Fabrícia S. *et al.* Evidenciação ambiental: estudo comparativo das contribuições teórico-metodológicas de Brasil e Espanha. *Revista Universo Contábil*, Vol.8, No.1, p. 123-140, jan/mar., 2012.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Estúdio Nobel, 1993. 103 p.

_____. Desenvolvimento sustentável. In: *Série Meio Ambiente em Debate*, 7. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996.

_____. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008. 96 p.

SAM Sustainable Asset Management AG and S&P Dow Jones Indices LLC. *The Dow Jones Sustainability World Index Guide*. Version 12.0, 30 August 2012. Disponível em: <<http://www.sustainability-indexes.com/library/guidebooks.jsp>>. Acesso: em 23 de dez. 2012.

SANTOS, M.A. *Inventário de emissões de gases de efeito estufa derivadas de hidrelétricas*. 2000. 148 f. Tese (Doutorado em Ciências em Planejamento Energético) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ppe.ufrj.br/pppe/production/tesis/masantos.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

SAVAGE, G. eT. t al. Strategies for assessing and managing organizational stakeholders. *Academy of Management*, New York, v. 5, n. 2, p. 61-75, may 1991.

SAVITZ, Andrew W. *A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 288 p.

SAWYER, Donald. Economia verde e/ou desenvolvimento sustentável? *Política Ambiental*, Belo Horizonte, n. 8, p. 36-42, jun. 2011.

SERÔA DA MOTTA, Ronaldo. Análise de Custo-Benefício do Meio Ambiente. In: MARGULIS, Sergio (ed.). *Meio Ambiente: Aspectos Técnicos e Econômicos*. 1. ed. Brasília: IPEA, 1990. Cap. 5, p.109-134.

_____. Valoração e precificação dos recursos ambientais para uma economia verde. *Política Ambiental*, Belo Horizonte, n. 8, p. 179-190, jun. 2011.

SEVÁ FILHO, Arsênio O. Opinião pública e interesses institucionais nas questões tecnológicas e ambientais. In: *Conferência Nacional de Geografia e Cartografia - Encontro Nacional dos Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*, maio 1996, Rio de Janeiro. 22 p.

SILVA, Marina. Belo Monte: Marina defende auditoria externa. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 dez. 2011. Caderno Economia, p. 8. Entrevista.

_____. Prefácio. In: MILLIKAN, Brent *et al.* *O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios*, Brasília: Ed. Paula Franco Moreira, 2012, p 7-8.

SILVEIRA, Alexandre M., YOSHINAGA, Claudia E.; BORBA, Paulo R. F. Crítica à teoria dos stakeholders como função-objeto corporativa. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 33-42, jan./mar. 2005.

SODRÉ, Eduardo. O ranking da sujeira. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 set. 2009. Caderno Carroetc, p. 1.

S&P Dow Jones Indices LLC. *Dow Jones Sustainability World Index*. November 30, 2012. Disponível em: < http://www.sustainability-indexes.com/images/indexes-monthly-djsi-world_tcm1071-337267.pdf>. Acesso: em 23 de dez. 2012.

STEINER, Achim *et al.* Orientando para a sustentabilidade. *Jornal da Ciência*, 25 maio 2012. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=82570>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

STERNBERG, E. The stakeholder concept: a mistaken doctrine. *Foundation for Business Responsibilities*, n. 4, nov. 1999. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=263144>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

SUNDARAM, A.; INKPEN, A. *The corporate objective revisited*. *Foundation for Business Responsibilities*, n. 4, nov. 1999. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=293219>>. Acesso em: 15 dez. de 2012.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Brasil). *STJ autoriza a retomada da construção da hidrelétrica Foz do Chapecó*. Decisão: 30/08/2010. Disponível em <http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=98745>. Acesso em: 25 jan. 2011.

SUSTAINABLE MEASURES. *What is sustainability indicators ?*. 2003. Disponível em < <http://www.sustainablemeasures.com/node/89>>. Acesso em: 5 set. 2008.

TAPSCOTT, Don; TICOLL, David. *A empresa transparente*. 1. ed. São Paulo: M. Books, 2005. 355 p.

TAVARES, M. Economia verde na América Latina: as origens do debate nos trabalhos da CEPAL. In: *Política Ambiental*, Belo Horizonte, n. 8, p. 58-70, jun. 2011.

TERRACHOICE ENVIRONMENTAL MARKETING. *The "Six Sins of Greenwashing"™*: a study of environmental claims in North American consumer markets. USA.: nov. 2007. 15 p.

TRACTEBEL. *Relatório de Sustentabilidade 2011*. Emitido em 2012. Disponível em: <http://rso.tractebelenergia.com.br/>. Acesso em 12 dez 2012.

TREGIDGE, H.; MILNE, M. From sustainable management to sustainable development: A longitudinal analysis of a leading NZ environmental reporter, *Business Strategy and Environment*, 2006. 15: 219-241.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Brasil). *Auditoria de conformidade visando verificar o cumprimento, pela empresa INVESTCO S.A., dos 33 Projetos Básicos Ambientais resultantes da concessão de uso da Usina Hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado*. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=ACORDAO-LEGADO-73132&texto=5573696e612b48696472656c25453974726963612b4c616a6561646f&sort=&ordem=&bases=ATO-PESSOAL;ACORDAO-LEGADO;DECISAO-LEGADO;RELACAO-LEGADO;PROCESSO-EXTERNO;NORMATIVOS;PORTAL-PUBLICO;ACORDAO-RELACAO-LEGADO;ATA->>

SAGAS;&highlight=5573696e612b48696472656c25453974726963612b4c616a6561646f>. Acesso em: 25 maio 2012.

UNITED NATIONS. *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. 2012. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

_____. *The future we want*. Disponível em: <<http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/733FutureWeWant.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

VAINER, Carlos B. *População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas*. In: MARTINE, George (Ed.). *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 1. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. Capítulo VIII, p. 183-201.

VAN BELLEN, H. M. *Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação*. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 67-87, jan./jun. 2004.

VEIGA, José E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 220 p.

VEIGA, José E. *Sustentabilidade: a legitimização de um novo valor*. 2. ed. São Paulo: Ed. Senac, 2010. 160 p.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. *A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável*. In: HOGAN, Daniel J.; VIEIRA, Paulo F, (Org.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1995. P. 73-102.

VIOLA, Eduardo. *A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998*. In: *International Congress of the Latin American Studies Association*, 21, 1998, Chicago, USA, 24-26 de setembro.

_____. *Perspectivas internacionais para a transição para uma economia verde de baixo carbono*. *Política Ambiental*, Belo Horizonte, n. 8, p. 43-57, jun. 2011.

YOUNG, Carlos E. F. *Potencial de crescimento da economia verde no Brasil*. *Política Ambiental*, Belo Horizonte, n. 8, p. 88-97, jun. 2011.

WRIGHT, Ronald. *Uma breve história do progresso*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. 238 p.

ZHOURI, Andréa. *Perspectivas do uso da energia hidrelétrica no Brasil. Pequenas represas podem ajudar a evitar problemas sociais e ecológicos?* In: *Seminário Teuto-Brasileiro sobre "Energias Renováveis"*, Berlim, 2 e 3 de junho de 2003. 7 p.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKY, Klemens e PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKY, Klemens; PEREIRA, Doralice B. *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Parte I, p. 89-118.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKY, Klemens; PEREIRA, Doralice B. *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Parte I, p. 49-64.